Avante!
Biblioteca

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44 — Série VII — N.º 37
16 de Janeiro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa ★ Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

UNIDADE
CAMINHO DA VITÓRIA

Unicidade sindical
Unidade sindical

Unidade do Povo com as Forças Armadas
Unidade das forças democráticas com o MFA
Unidade da classe operária
Unidade dos operários e camponeses
Unidade do Povo trabalhador
Unidade das forças democráticas

Unidade — caminho da vitória!

Unir e organizar
Organizar e lutar
Lutar e vencer

A vitória é difícil mas é nossa!

A lição do 14 de Janeiro deve ser compreendida

O fortalecimento e dinamização da componente popular do processo revolucionário português é uma condição para a consolidação e alargamento das liberdades conquistadas e para arrostar e vencer a crise em que se debate o País como consequência da política sabotadora dos círculos mais reaccionários do capital financeiro.

Isso implica um trabalho aturado em duas frentes: uma do reforço da colaboração activa das forças realmente interessadas no processo democrático através duma busca persistente de caminhos comuns para a resolução prática e justa dos difíceis problemas nacionais; outra, de um esforço continuado e multiforme na direcção do povo trabalhador para a estruturação e dinamização do movimento popular de massas no sentido mais amplo — o que implica uma participação cada vez mais vasta nessa resolução prática dos problemas nacionais.

Não há outro caminho, na originalidade do processo revolucionário português, para construir em Portugal um Estado genuinamente democrático. Quando falamos em «genuinamente democrático» queremos significar que se trata de um Estado que reflicta cada vez mais as aspirações profundas do nosso povo e com elas se identifique.

Isto significa também que esse Estado se deva tornar nas mãos do povo um instrumento de luta e de contenção — e numa fase posterior de anulação mesmo — contra as forças que durante 48 anos reduziram os trabalhadores das fábricas e dos campos e os camponeses pobres à condição de subgente, privados dos direitos e dos meios de subsistência mais elementares: os grandes financeiros, monopolistas e latifundistas.

Temos afirmado que o fortalecimento e dinamização da componente popular do nosso processo revolucionário era indispensável para vencer o desfasamento entre a evolução do movimento militar, encabeçado pelo MFA, e a evolução do movimento democrático, esta perigosamente prejudicada pelas dificuldades do trabalho unitário entre os partidos políticos.

A marcha vertiginosa dos acontecimentos nos últimos dias trouxe mais uma vez a lume a maturidade política e a unidade de pensamento e de acção da componente militar e a acentuação da crise unitária entre os partidos políticos da coligação governamental.

O movimento popular sem o Movimento das Forças Armadas — dizíamos no último editorial do «Avante!» — **não estaria em condições não só de fazer progredir, como mesmo de assegurar a sobrevivência da democracia. O Movimento das Forças Armadas sem o movimento popular poderia talvez deter o poder político mas jamais construir uma sociedade democrática.**

A discussão entre os trabalhadores e a iminência de promulgação da lei dos sindicatos e o inerente problema da inclusão ou não nessa lei do princípio da unicidade sindical provocaram a polarização de opiniões divergentes entre as diversas tendências e partidos políticos que constituem ou apoiam a actual coligação governamental, o que nada favorece o fortalecimento da componente popular do processo democrático em curso.

A grandiosa manifestação popular organizada pela INTERSINDICAL, apoiada pelos PCP, o MDP e o MES e ainda pelo MDM, o MJT e a UEC e sectores de outros quadrantes políticos é o argumento mais poderoso e significativo contra aqueles que não estão verdadeiramente interessados no reforço e dinamização da componente popular do nosso processo democrático.

Não se hesitou mesmo em evocar questões de «inconstitucionalidade» — como fez publicamente o ministro Salgado Zenha — e até mesmo de ameaças de abandono da coligação governamental, no caso de inserção na lei do princípio da unicidade sindical.

Pode perguntar-se a que constituição se referia o senhor ministro visto que a «constituição» que rege o actual regime provisório é o Programa do MFA e este pronunciou-se de uma maneira inequívoca a favor da unicidade sindical.

A gigantesca manifestação de terça-feira é a resposta *das classes trabalhadoras e das amplas massas populares*, depois de uma discussão em que mais de um milhão de operários, assalariados rurais e empregados, promovida pela INTERSINDICAL NACIONAL, se pronunciaram abertamente pela inclusão na lei de um princípio que assegurará a unidade da classe operária no duro combate contra a exploração patronal.

Procura-se instilar aos olhos de observadores externos a ideia de que o princípio da unicidade sindical é uma iniciativa de cúpula, alheia, portanto, à decisão das massas.

A resposta dos trabalhadores é elucidativa e concludente: A unicidade sindical não é contrária, antes pelo contrário, às liberdades democráticas fundamentais nem ao princípio básico da unidade sindical. Quer dizer: uma só Confederação Sindical que exprima a unidade e a liberdade da organização de classe por excelência das amplas massas trabalhadoras que são os sindicatos.

Há forças e pessoas que continuam arreigadas a conceitos de legalidade cuja raiz de classe não é a dos trabalhadores. Num processo democrático e revolucionário como o que se vive actualmente em Portugal a verdadeira legalidade é a que vem da vontade livremente expressa das massas populares com a força que lhe empresta a componente militar do processo democrático.

O jovem Estado democrático português, na sua originalidade de formas, está a construir a sua própria legalidade, a instituí-la, mesmo numa fase transitória como a actual.

As ameaças de abandono da coligação governamental, felizmente desmentidas pelas entidades responsáveis dos partidos donde provieram, não são um processo que favoreça a democracia nem aqueles que as proferiram. Se tal processo fosse a norma de vida na coligação governamental há muito que ela estaria desfeita, com inegável vantagem e regozijo das forças mais reaccionárias.

Sabe-se quantas leis foram promulgadas contra objecções e discordâncias do PCP e não só. Nem por isso deixámos de nos submeter às normas da colegialidade das decisões no Governo Provisório e de acatá-las na prática.

Mais incisivamente poderíamos afirmar que muitas dessas leis não têm correspondência real com a verdadeira correlação de forças políticas existente no País e nem mesmo isso nos levou a alterar a nossa atitude em relação às outras forças da coligação.

Acusa-se o PCP de querer destroçar o Partido Socialista. É uma acusação que firmemente repudiamos. Pensamos que o enfraquecimento do Partido Socialista, pelas suas causas profundas, não favorece o processo democrático.

Não é na acção do PCP que devem procurar-se as causas das dificuldades internas do Partido Socialista Português.

Se a massa dos seus aderentes nele ingressou confiante numa política de esquerda, de defesa consequente do processo democrático, não é ao PCP que deve acusar-se por uma direcção contrária na consideração e solução dos problemas actuais do País, mas sim ao próprio Partido Socialista.

Quando se vem a público atacar velada ou abertamente o PCP; quando se vem tentar impor a dissolução arbitrária do MDP; quando se vem defender publicamente o regresso do MFA aos quartéis e se pretende reduzir a sua função política no reforço, defesa e desenvolvimento do processo democrático; quando se vem a público de maneira tão pouco serena e falha de realismo tomar posição contra a vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses a favor da unicidade sindical como forma de preservar através da lei a unidade da classe operária, vínculo da unidade das amplas massas populares, e até invocando um «basismo» artificial, é evidente que não é o reforço mas o debilitamento a consequência de uma tal política.

O PCP deseja sinceramente que o PS supere as suas dificuldades. O PS tem um papel importante a desempenhar na construção de um Estado verdadeiramente democrático em Portugal.

A política do aprendiz de feiticeiro que desencadeia forças que não pode controlar não poderá favorecer esse desejável papel. Não caímos nem cairemos na controvérsia estéril que leva à divisão e todos os portugueses politicamente informados sabem que o PCP tem tido uma infinita paciência para não responder no mesmo tom aos ataques que lhe têm sido feitos através da Imprensa e de outros órgãos de Informação controlados pelo PS e em dezenas de comícios e sessões de esclarecimento, onde a tónica geral tem sido o anticomunismo e o anti-sovietismo.

Para unir duas forças é preciso que as duas o queiram sempre no respeito da independência política e dos princípios porque cada uma se rege. O PCP deseja sinceramente reforçar a unidade com o PS, como com as outras forças da esquerda interessadas no processo democrático.

É esse também o desejo do PS? A grandiosa manifestação do dia 14 deve constituir um forte motivo de reflexão. Reflexão para a acção, como justamente se pronunciou um aliado socialista depois da inequívoca resposta das massas à questão da unicidade sindical.

Queremos confiar na capacidade do PS e na experiência política dos seus dirigentes para continuarmos lado a lado no largo caminho que conduz ao futuro. Esse caminho é o da unidade das forças democráticas como obreiras do movimento popular de massas e da aliança com o MFA, cuja papel político de vanguarda não pode ser escamoteado.

Tiremos a lição dos acontecimentos e lá onde o erro desviou a trajectória é preciso corrigir e acertar o passo para seguir avante.

Como se diz no último editorial do «Avante!», se se pretendesse amoldar ou amansar o processo revolucionário com uma carapaça que lhe fosse inadaptada não seria o processo revolucionário a ser abafado, mas a carapaça que saltaria em bocados.

Os acontecimentos dos últimos dias em que a grandiosa manifestação do dia 14 tem um tão grande relevo, aí estão a confirmá-lo e a constituírem um solene aviso a todas as forças realmente interessadas na edificação de um Estado democrático.

MAIS DE 300 MIL TRABALHADORES
MANIFESTARAM-SE EM LISBOA EM DEFESA DA UNICIDADE SINDICAL

A manifestação convocada pela Intersindical e apoiada pelo PCP, MDP/CDE, MES, MDMP, MJT e UEC demonstrou a firmeza e unidade dos trabalhadores contra as manobras divisionistas, consolidou a aliança entre o Povo e as Forças Armadas e o apoio popular à política antimonopolista e anti-latifundista do MFA e do Governo Provisório

Se algumas dúvidas ainda existiam relativamente ao problema da unicidade sindical, a voz unânime de centenas de milhar de trabalhadores enterrou bem fundo, durante a manifestação de anteontem, as manobras divisionistas que se pretendiam levar a cabo, invocando para isso e de uma maneira enganadora os próprios trabalhadores. A vontade do povo — não a frase que certa propaganda partidária utiliza para decorar cartazes de parede — manifestou-se inequivocamente pela unicidade e contra o «pluralismo sindical».

Em 14 de Janeiro de 1975 reviveram-se as jornadas do 1.º de Maio e do 28 de Setembro e era a mesma a vontade que animou toda a caminhada desde o Largo do Martim Moniz até à Praça de Londres, junto ao Ministério do Trabalho.

Convocaram a manifestação o PCP, a Intersindical, o MDP/CDE, o MES, o MDMP, a UEC e o MJT para que, com a presença massiça dos trabalhadores, certos partidos fiquem a saber que as *massas laboriosas não estão dispostas a renunciarem à liberdade* que o Movimento das Forças Armadas lhes permitiu.

Muito embora a concentração estivesse prevista para as 19 e 30, no Largo do Martin Moniz, o movimento era já intenso duas horas antes, não só no referido largo como junto ao Ministério do Trabalho. Dos mais variados locais do distrito de Lisboa e de outros distritos vizinhos chegaram camionetas e comboios especiais, pagos pelos que se deslocavam a Lisboa. A cidade era uma festa.

Os trabalhadores sabem o que querem

À hora marcada a manifestação pôs-se em movimento para alcançar a Praça de Londres. Avançando em filas cerradas pela Rua da Palma, começaram a surgir centenas e centenas de cartazes empunhados por delegações de sindicatos e de partidos, assim como de diferentes células do nosso partido e de representações de diversas empresas. Durante mais de uma hora o Martim Moniz vomitou — é este o termo — um mar de gente. E quando se pensava ter terminado a manifestação surgia mais um grupo numeroso vindo não se sabe donde. Estralejavam os foguetes e os morteiros. Três bandas de música dividiam-se pelo cortejo, tocando «Grândola, Vila Morena» e «Avante, Camarada».

Nos passeios, pejados de pessoas que aguardavam a passagem do seu sindicato, do seu partido ou da sua empresa, para se incorporarem no cortejo, o tema das conversas era a manifestação e as manobras que lhe tinham dado origem. Uma senhora dizia para uma amiga: **Faz lembrar o 1.º de Maio.** Mais adiante um operário afirmava: **Isto, as grandes empresas vão ser todas nacionalizadas. Têm de ser.** Outros grupos criticavam as manobras divisionistas e afirmavam a sua convicção que, depois daquela prova, não haveria lugar para dúvidas sobre o desejo dos trabalhadores.

O cortejo avançava lentamente. Viam-se delegações da Marinha Grande, Alcobaça, Sesimbra, Setúbal, Montijo, Barreiro, Almada, Baixa da Banheira, Leiria e tantas e tantas outras localidades cujos cartazes se perdiam no emaranhado das centenas de bandeiras e colgaduras que o desfile arrastava consigo.

O civismo da UEC

A União dos Estudantes Comunistas (UEC) *fez a sua concentração no campo de Santana, partindo dali para o Martim Moniz* para se juntar à manifestação. Neste percurso a delegação dos estudantes passou junto às instalações do Hospital de S. José. Sem ser necessária nenhuma ordem, os manifestantes, que anteriormente gritavam vários «slogans» em uníssono, mantiveram durante as proximidades do estabelecimento hospitalar um respeitoso silêncio. Esta atitude assumida em conjunto é digna de ser registada como um acto de civismo que, estamos certos, alguns agrupamentos não seriam capazes de respeitar, na sua fúria de rejeitar tudo e todos.

Entretanto, a manifestação continuava a caminhar na sua marcha pela unicidade sindical expressa na lei. As frases dos cartazes empunhados tinham como tónica dominante a unicidade sindical e o repúdio pelo chamado «pluralismo». Outros cartazes tinham escrito, geralmente em letras vermelhas, frases como esta: **Não ao capitalismo; Contra os latifundiários; Contra as manobras da reacção; Rumo à vitória com o MFA; Os inimigos são os monopólios, latifúndios e a reacção; Julgamento e castigo aos reaccionários; Pela reforma agrária; A banca é do Povo.** Gritavam-se também palavras de ordem, algumas das quais já conhecidas de outras grandes manifestações. Espectáculo indiscritível: as palavras de ordem nasciam na cabeça da manifestação para se prolongarem por todo o cortejo; e mal uma palavra de ordem estava a chegar ao fim da mole imensa já outro grito surgia, ecoando de forma cadenciada, até atingir as últimas fileiras.

Marinheiros com o Povo

Sucediam-se os grupos de trabalhadores a desfilarem. Os gritos **PCP** e **O Povo está com o MFA** submergiam toda a Avenida Almirante Reis.

Na passada terça-feira os trabalhadores portugueses prolongaram a jornada de trabalho para defenderem os seus interesses. As classes trabalhadoras definiram claramente, naquela noite, qual a sua opção e deram todo o apoio aos partidos que realmente defendem os seus interesses. O número de manifestantes presentes foi a prova indesmentível.

A manifestação avançava sempre, esmagando as últimas veleidades do chamado «pluralismo sindical». Os sindicatos responderam à chamada. Quando um cordão de marinheiros passou, *encabeçando um sector sindical*, o delírio da multidão atingiu o rubro. O grito de **O Povo Está com o MFA** tinha ali o seu significado real. Viam-se também numerosos soldados. A aliança do povo com o MFA — o cartaz de João Abel Manta tornado realidade.

Mais adiante, dezenas de bandeiras vermelhas do PCP, agrupadas, davam um colorido especial à manifestação. E era a alegria de gritar PCP. E surgiam as células do nosso Partido da Lisnave, Alfeite, Philips, Fábrica de Braço de Prata, Sorefame, Carris, TLP, Ferroviários, Professores, Marconi, CEL-CAT, Rádio e tantas outras que se tornava impossível fixar.

E surgiam mais cartazes de sindicatos, logo seguidos de bandeiras do MDP/CDE, do MES, da UEC ou do MJT.

Arroios

Mais de uma hora tinha levado a manifestação para sair do Martim Moniz. A multidão compacta gritava **unicidade, sim; pluralismo, não e banca privada, nacionalização.** Em frente à cervejaria Portugália os alunos do externato Sebastião da Gama tinham vindo para as varandas gritando **PCP** e aplaudindo as diferentes delegações que passavam.

Mais adiante, no quarteirão a seguir, frente à sede do Partido Socialista, em Arroios, os manifestantes tornavam mais forte o grito do **PCP.**

Segundo algumas opiniões, a manifestação de Terça-Feira, foi o **28 de Setembro das classes trabalhadoras. O povo diz não, diz não à reacção,** foi grito constantemente repetido.

Para que não houvesse dúvidas os trabalhadores vieram para a rua. Operários, de lancheira na mão, ao lado de camponeses e empregados de escritório, empregados bancários e intelectuais, estudantes e pequenos comerciantes e industriais, não tiveram receio do frio e da chuva.

E a manifestação avançava sempre. Cerca das 22 e 15 chegavam à Praça de Londres os últimos manifestantes. Muitos deles, com o regresso a casa, só iriam jantar perto da meia-noite. E, na manhã seguinte, esperava-os mais um dia de trabalho.

Um mar de bandeiras

Entre um mar de bandeiras da Intersindical, do nosso Partido e do MDP/CDE, a imensa mole humana depressa inundou o pouco espaço que restava na Praça de Londres, defronte do edifício do Ministério do Trabalho. Muitas horas antes de iniciada a manifestação, já aqui se aglomeravam milhares de manifestantes que preferiram aguardar no sítio da concentração principal. As placas e os passeios estavam repletos de uma multidão entusiasta, que depressa ocupou o pavimento da praça, quando a manifestação propriamente dita ainda não começara a desembocar em frente do Ministério.

O Povo está com o MFA — grito imenso e cadenciado de centenas de milhares de vozes... **ONDE ESTÁ O POVO SE ISTO NÃO É O POVO?** — perguntava com uma só voz a imensa multidão dos manifestantes.

Entre as palavras de ordem, surgia irresistível o nome do nosso Partido, na cadência entusiasta que os trabalhadores sempre lhe imprimem. **Fascista escuta, o Povo está em luta, Morte à CIA, Unidade, Unidade, Unidade Sindical na Lei, O Povo unido jamais será vencido, Abaixo a sabotagem económica,** eram algumas das palavras de ordem entoadas com o entusiasmo dos grandes dias, com a convicção inabalável dos grandes momentos revolucionários.

Alguns camaradas do Comité Central do nosso Partido, respectivamente José Magro, Carlos Costa, Álvaro Cunhal e Dias Lourenço como a gravura documenta, participam na manifestação, caminhando no meio dos trabalhadores

Mais de duas horas depois de a grande manifestação ter desembocado na Praça de Londres ainda chegavam grupos de milhares de trabalhadores, que procuravam romper pelas ruas de acesso. O frio agreste e a chuva da noite de Janeiro não arrefecia o calor dos manifestantes que se espalhavam pelas ruas vizinhas.

Falou, então, Carlos Carvalho, da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do Secretariado da Intersindical. Aplaudido com calor, saudou o MFA, o ministro do Trabalho e as organizações políticas **que a esta manifestação deram o seu apoio e cujo contributo para o processo democrático em curso tem sido decisivo.**

«Não temos dúvidas»

Interrompido pelos vivas calorosos ao MFA e pelo grito de **Abaixo a reacção** entoado por toda a massa de manifestantes, Carlos Carvalho prosseguiu: **Pôs o Governo Provisório à discussão pública o projecto de Lei Sindical para que os principais interessados sobre ele se pronunciassem. E nós somos os principais interessados, nós, os trabalhadores portugueses. E todos nós já nos pronunciámos de forma decisiva e firme sobre o que entendemos por liberdade sindical, porque nós, trabalhadores, não a queremos.**

Secundado pelos milhares de vozes que entoavam **morte à CIA** e **abaixo os monopólios,** Carlos Carvalho, depois de afirmar que **só a proibição legal do pluralismo sindical defende os nossos interesses** — acrescentou: — **é estratégia do imperialismo internacional esconder sob uma linguagem liberal, os verdadeiros interesses que o movem em relação aos trabalhadores. É que enfraquecer o movimento organizado das classes trabalhadoras é permitir a manutenção e o reforço da exploração em que se baseia a sociedade dividida em classes** (aplausos vibrantes. Morte à CIA). **Não temos dúvidas** — prosseguiu o dirigente sindical — **de que aqueles que entre nós defendem o pluralismo sindical, se a sua tese vencesse, tentariam amanhã aproveitar-se desse facto para nos dividir e melhor nos explorar. E é porque temos consciência disso que aqui vimos reforçar a posição por nós já assumida, de exigência de que a unidade e a unicidade sindical venham expressamente consagradas na lei.**

Sempre fortemente aplaudido e secundado por palavras de ordem como **o Povo vencerá,** Carlos Carvalho referiu-se seguidamente à confiança nas Forças Armadas e à sua aliança com o Povo, enumerando alguns objectivos de luta como a **nacionalização da banca e das companhias de seguros** (aplausos delirantes), a **nacionalização das indústrias de base e de transportes, a libertação da terra das mãos opressoras dos latifundiários um saneamento efectivo a todos os níveis,** a **luta contra o desemprego** e contra **os sabotadores e exploradores.**

Apoiado pelas vozes que entoavam fortemente **a banca é do Povo,** Carlos Carvalho terminou apelando para que se ponha termo aos despedimentos, se criem mais postos de trabalho e se lancem as bases de uma política económico posta ao serviço do Povo Português.

Salvaguardar a vontade do Povo

Falando seguidamente, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, depois de saudar os manifestantes e de agradecer o seu apoio ao Ministério do Trabalho e ao MFA, afirmou que a **reconstrução nacional, a vitalização da economia, terá de ser obra de todos. Portugal terá de ser a expressão da vontade do seu Povo conscientemente demonstrada. Salvaguardar a vontade do Povo, garantir a vontade da maioria, quando livre e conscientemente expressa, são princípios elementares da democracia e foi para isso que se fez o 25 de Abril** — frisou.

Depois de se referir à necessidade de avançar no **processo de reconstrução nacional,** o titular da pasta do Trabalho, sempre aplaudido pelos trabalhadores, prosseguiu afirmando: **quanto à questão da lei sindical já tive o ensejo de esclarecer o País relativamente a tal assunto. Na verdade** — sublinhou — **o problema já não é o da unicidade (...) mas o de respeitar-se, ou não, a vontade da maioria.**

Frisando que o nosso futuro e o dos nossos filhos será construído **com o trabalho, com a vontade de vencer todos os obstáculos, com rigor e realismo na actuação do dia-a-dia,** o capitão Costa Martins concluiu lembrando a necessidade da aliança do Povo com o MFA como um dos factores essenciais para a realização de uma verdadeira justiça social.

E a grande manifestação terminou, eram quase 23 horas, no meio do entusiasmo e da vibração dos grandes momentos em que realmente se vêem viver os anseios mais profundos do nosso Povo.

O DIA-A-DIA DE UMA VITÓRIA

A questão da unidade sindical e da sua expressão na lei (unicidade) tem sido preocupação central de todos os que intervieram na discussão do Projecto de Lei das Associações Sindicais.

Nesta cronologia muito sucinta procuramos registar alguns dos aspectos mais salientes desse debate:

12 e 13 de Outubro — Plenário da Intersindical no Porto. É aprovada por unanimidade uma moção que, substancialmente, reclama a existência de uma organização sindical única e a todos os níveis; a sua independência em relação ao Governo, ao patronato e aos partidos políticos; a garantia de processos democráticos em todos os escalões da organização sindical, a protecção legal de dirigentes e delegados sindicais; o direito de acção sindical na empresa e a proibição de qualquer acordo que limite a liberdade sindical.

Princípios de Novembro — É posta à discussão dos trabalhadores, através de todos os Sindicatos, o Projecto de Lei das Associações Sindicais.

Novembro — Prossegue em todo o País a ampla discussão do projecto de lei sindical. Nela tomam parte mais de um milhão de trabalhadores, em mais de 500 reuniões sindicais e de empresa. A tónica geral é posta na necessidade de ficar expressa na lei a unicidade sindical. Entre os 200 sindicatos filiados na Intersindical não houve praticamente nenhum que não trouxesse a público em comunicados e telegramas para entidades oficiais, a sua posição perante o projecto de lei. Num comunicado conjunto, a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, as Federações dos Sindicatos dos Escritórios e dos Caixeiros, o Sindicato dos Electricistas do sul e o Sindicato dos Motoristas de Lisboa reafirmam a sua determinação de continuarem a lutar por **uma organização sindical unitária onde caibam todos os trabalhadores independentemente das suas simpatias ou filiações partidárias.**

28 de Novembro — Reunião das Direcções dos Sindicatos *Metalúrgicos de todo o País*. Depois de amplas consultas, em assembleias gerais, plenários de empresas e reuniões de delegados, aprovam uma moção em que exigem a consagração legal de:

1. Uma central única de trabalhadores ao nível nacional;

2. A autonomia e a independência das associações sindicais face ao Estado e ao patronato; e

3. Ao mesmo tempo, «repudiam a criação de sindicatos por opção política, partidária ou religiosa».

Fins de Novembro — A Intersindical Nacional, ao terminar a discussão do projecto de lei das associações sindicais, dá uma conferência de Imprensa em que é divulgado um balanço extraordinariamente positivo daquele debate, através do qual ficou claramente definido que a imensa maioria dos trabalhadores portugueses exige a consagração da unicidade sindical na lei.

14 de Dezembro — Sob o título «A Unidade do Movimento Sindical E Uma Necessidade Histórica», a Intersindical publica um extenso documento, afirmando a dado passo:

Na situação actual em Portugal, a unidade da classe trabalhadora impõe-se não apenas na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores mas também na conquista de condições mais favoráveis à satisfação futura das suas necessidades e interesses colectivos. Depois de condenar as tentativas de divisão do movimento sindical, a Intersindical prossegue: **A liberdade não é um conceito abstracto. A liberdade tem um conteúdo de classe (...) Temos de distinguir a liberdade do liberalismo (...) Alguns defendem o pluralismo sindical por semelhança com o pluralismo político. Trata-se de uma farsa ou de uma confusão. O pluralismo tem como justificação exactamente a existência de classes sociais. Os partidos exprimem opções de classes relativamente às soluções políticas a adoptar (...) Muito diferentemente, ao movimento sindical, porque é próprio de uma só classe, não corresponde de nenhum modo o pluralismo organizacional. A dinâmica do movimento sindical pressupõe que a diversidade de opiniões viva no seu próprio seio — como forma de dinamizar o movimento e unificar a acção dos trabalhadores. O debate entre opiniões diferentes no seio do Sindicato serve a unidade dos trabalhadores — porque estes têm os mesmos interesses de classe.**

30 de Dezembro — Em comícios realizados em Lisboa, Vila Franca de Xira e Torres Vedras, pela Intersindical, dezenas de milhar de trabalhadores consagram a vontade unânime de manter e defender a unidade sindical, numa perspectiva de indefectível aliança entre o Povo e as Forças Armadas. Numa das intervenções, foi salientado que os exploradores, **falhadas todas as suas tentativas de infiltração na classe trabalhadora, recorrem agora ao último expediente organizando meia dúzia de lacaios e vendidos em pequenissimos sindicatos paralelos, que, embora sem valor numérico, não deixarão de se apelidar de «organismos de trabalhadores» e servir de quinta coluna na luta sindical. Não podem os trabalhadores conceber que tal oportunidade lhes seja dada. É necessário que a lei o impeça. A vontade dos trabalhadores já foi expressa, inequivocamente, em reuniões nas fábricas, em plenários nas empresas, em assembleias gerais dos seus organismos de classe. Mais de 90 por cento dos trabalhadores sindicalizados votaram na unicidade sindical.**

3 de Janeiro — O secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, entrevistado pela Televisão, faz algumas considerações sobre o projecto de lei das associações sindicais e deixa entender que o mesmo não poderá ir contra a vontade expressa pela imensa maioria dos trabalhadores portugueses, que se manifestaram inequivocamente pela expressão legal da unicidade.

7 de Janeiro — O ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, faz publicar no «Diário de Notícias» um artigo em que, sob o título «Unidade Sindical ou Medo à Liberdade?», considera **inconstitucional a imposição** de uma confederação sindical única no projecto de lei sindical. Referindo-se à intervenção do dr. Carlos Carvalhas na TV, o dr. Salgado Zenha, depois de citar legislação do sr. João Franco (Lei de 14 de Fevereiro de 1907) e da OIT (Convenção n.º 87), fala várias vezes de **liberdade sindical** e termina votando nela... **Não tenhamos medo da liberdade!** — proclama.

10 de Janeiro — Inúmeros sindicatos tomam posição publica contra os pontos de vista explanados pelo ministro da Justiça e defendem a unicidade sindical. Entre esses sindicatos contam-se o dos Bancários de Lisboa, Motoristas de Lisboa, Profissionais de Escritório de Lisboa e Trabalhadores da Indústria Vidreira da Marinha Grande. Recusando as opiniões do dr. Salgado Zenha, a direcção do Sindicato dos Profissionais de Escritório afirma a dado passo: **As leis são realmente leis quando democráticas, isto é, quando correspondem à vontade dos trabalhadores, os quais constituem, indiscutivelmente, a maioria da população.**

11 de Janeiro — O ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, volta a utilizar o «Diário de Notícias». Depois de conceder que, ***naturalmente, todos têm o direito de defender os pontos de vista que entendem***, tece considerações sobre o **diálogo** e assevera: **O diálogo une. O monólogo só desune, além de ser fatigante e monótono.** O dr. Salgado Zenha, que utiliza, desta vez, a carta à redacção, propõe um debate na televisão.

11 de Janeiro — Identificar «liberdade sindical» com «pluralismo sindical» é não só grave erro como deliberado ataque à organização de classe dos trabalhadores. Que neste momento da vida nacional venha dizer-se que afirmar em texto legal a unicidade sindical «traduz uma desconfiança em relação à capacidade das classes trabalhadoras para usufruirem da liberdade sindical — uma das liberdades por que mais tem lutado» — contêm simultaneamente uma grave provocação aos trabalhadores e nega a constatação de uma verdade — afirma a Intersindical num comunicado, no qual denuncia a propositada cegueira daqueles que pretendem criar sindicatos conforme a tendência política e ideológica perfilhada.

Depois de referir que se sabe quais são as organizações internacionais ao serviço do imperialismo, que procuraram e procuram lançar a divisão entre os trabalhadores, usando precisamente o argumento da «liberdade» sindical contra os trabalhadores, a Intersindical termina afirmando:

Sem deixar de estranhar que um membro de um governo provisório resultante de uma revolução legitimada pelo consenso popular se arrogue o direito de contrariar a vontade expressa dos trabalhadores portugueses, a Intersindical Nacional vem por esta forma reafirmar a vontade dos mesmos trabalhadores, expressa nas suas organizações sindicais aos vários níveis, de que seja legalmente consagrada na lei, ao contrário do que consta do projecto de lei das associações sindicais, o princípio da unicidade sindical em todos os escalões da sua organização. E fá-lo consciente de reflectir uma vontade que não pode nem deve ser ignorada, a da classe trabalhadora, a grande maioria da população activa do País.

13 de Janeiro — O ministro, dr. Salgado Zenha, reafirma os seus pontos de vista no «Diário de Notícias».

13 de Janeiro — A Imprensa publica um artigo do dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, onde a dado passo se afirma:

Considero grave vir a público dizer que a lei é inconstitucional quando quem o afirma é o ministro da Justiça de um governo de coligação e membro de um partido político da mesma. E tanto mais grave quanto os argumentos que apresenta, salvo o devido respeito pela opinião contrária, são subjectivos, carecem de qualquer base científica, ficando somente à deriva o «argumento de autoridade» que lhe confere o facto de ser ministro da Justiça.

Os trabalhadores portugueses e os sindicatos já escolheram o que lhes convém em discussões públicas, abertas e amplas sobre uma lei que lhes diz directamente respeito. E isto não pode ser negado. Não se pode dizer que a «lei é feita nas costas dos trabalhadores» ou contra a sua vontade. Por outro lado, os partidos políticos também já tinham tomado a sua posição.

Por isso, não me parece que os trabalhadores ganhem alguma coisa ou estejam interessados com estas epístolas circunstanciadas entre o senhor ministro da Justiça e o senhor secretário de Estado do Trabalho, por cima e ao lado da vontade dos trabalhadores ditando «paternalisticamente» os seus conselhos e as suas sentenças. O debate público sobre a lei sindical já teve o seu lugar; o debate oficial terá o seu assento no Conselho de Ministros, qualquer outro debate deverá ser sempre com a presença dos principais interessados, os trabalhadores e os dirigentes sindicais, na televisão ou em qualquer órgão de informação e isto sempre que o quiser — refere ainda o dr Carlos Carvalhas, afirmando e a concluir:

A meu ver é perfeitamente demagógico argumentar aqui com partidos únicos, procurando tirar efeito da situação existente no regime fascista. Recordo que a Confederação Geral dos Sindicatos, tal como está na lei, só pode resultar de um Congresso Nacional em que estejam representados pelo menos 50 por cento dos trabalhadores sindicalizados e aberto à participação de todos os Sindicatos existentes. Será isto antidemocrático?

14 de Janeiro — O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas **pronunciou-se, por unanimidade, pelo princípio da unicidade sindical, dentro do espírito de que as cláusulas do diploma deverão garantir a liberdade sindical, quer na filiação quer no processamento e representatividade das eleições das estruturas sindicais aos diferentes níveis.**

14 de Janeiro — O ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, em declarações públicas sobre o projecto de decreto-lei das associações sindicais e a unicidade sindical, afirma: **O que está em causa é respeitar-se a vontade da maioria.**

14 de Janeiro — Convocada pela Intersindical e apoiada por várias forças democráticas, entre elas o nosso Partido, realizou-se, em Lisboa, uma vibrante manifestação de apoio à unicidade sindical, que reuniu centenas de milhar de trabalhadores.

MILHARES DE TRABALHADORES MANIFESTARAM-SE EM BEJA

Também em Beja os trabalhadores vieram para a rua manifestar o seu apoio à unicidade sindical e repudiando todas as manobras contrárias aos seus interesses de classe. Àquela cidade do Baixo Alentejo convergiram trabalhadores agrícolas e operários não só daquela província mas também de diversas localidades do Algarve.

Os trabalhadores do Alentejo que desde sempre têm sofrido na carne a exploração dos grandes latifundiários foram bem claros nos desejos que os animam de não permitir que a exploração continui, ainda que através do processo enganador do chamado «pluralismo sindical».

A manifestação, convocada pela União dos Sindicatos de Beja, levou à Praça da República, naquela cidade, mais de cinco mil pessoas. Os trabalhadores empunhavam numerosos dísticos e bandeiras da Intersindical e dos partidos políticos e organizações que apoiaram a manifestação, PCP, MDP/CDE, MES, MDMP, MJT e UEC.

Usaram da palavra, durante a manifestação, António Pedro Valverde, trabalhador bancário, em representação da União dos Sindicatos de Beja; Diamantino, delegado do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel; José Soeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, e ainda um trabalhador dos Seguros. Em nome dos partidos que aderiram à manifestação intervieram, também, João Honrado, da Comissão Distrital de Beja, do nosso Partido; Joaquim Neves, do MDP/CDE, e um representante do MES.

Os manifestantes percorreram, em seguida, as ruas da cidade, gritando o seu apoio à Intersindical, ao MFA e ao Governo Provisório e exigindo a consagração na lei da unicidade sindical.

A expressão das classes trabalhadoras tem sido bem clara. E a partir de agora não pode haver dúvidas.

MANIFESTAÇÃO EM COIMBRA

Em Coimbra as massas trabalhadoras acorreram a incorporar-se na manifestação convocada pela comissão distrital do PCP, MDP/CDE do distrito de Coimbra, MJT, UEC e União Sindical de Coimbra, que se iniciou na Praça 8 de Maio, pelas 19 horas, onde se concentraram cerca de 30 mil pessoas.

No comício que então se realizou, os manifestantes escutaram várias intervenções de representantes da União Sindical de Coimbra, nomeadamente um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, outro dos Caixeiros e um terceiro da União Sindical.

Manuel Varela, que falou pelo Sindicato dos Metalúrgicos, fez uma pequena história sobre os acontecimentos após o 25 de Abril, as grandes confrontações e manifestações realizadas, com particular relevo para o 1.º de Maio e a manifestação de apoio ao Governo Provisório após o 28 de Setembro. Criticou também os que têm falado aos trabalhadores com ar paternalista e são ao mesmo tempo contra uma central sindical única, salientando a dada altura que a unidade tem um sentido bem concreto para os trabalhadores, que a liberdade passa pela defesa intransigente dos seus interesses, e, quem terá de decidir quais os interesses a defender serão os mesmos trabalhadores. Para estes, a liberdade passa a concretizar-se na luta contra os monopólios, recusando a liberdade à sombra da qual crescem os tentáculos do capitalismo opressor.

Em relação à aliança Povo-MFA, salientou a dada altura:

«Impedir que a aliança *histórica Povo-MFA vá por* diante, é servir os interesses da contra-revolução. Quem o fizer é contra-revolucionário.»

E mais adiante:

«Incapazes de acompanhar o processo histórico que estamos a viver, e sobretudo preocupados na defesa dos interesses do monopólio daquela mesma burguesia que conspirou no 28 de Setembro, e que continuará a conspirar sempre que vir ameaçados os seus privilégios de classe, completamente alheios e desligados das classes trabalhadoras, só lhes resta uma solução: dividir para reinar melhor. Por isso mesmo respondemos não ao pluralismo sindical.»

Por seu lado, António Agapito, que falou em nome do Sindicato dos Caixeiros, fez uma pequena história das lutas travadas por estes na contratação colectiva, luta essa da qual saíram vitoriosos, afirmando:

«Unidos na greve e conscientes da nossa força, provámos àqueles que usavam e abusavam dos despedimentos que os trabalhadores têm agora grandes possibilidades de combate e experiência revolucionária.

«A luta que milhões de trabalhadores empreendem pela consagração legal da unicidade sindical, não é senão um dos aspectos, mas um aspecto fundamental, da batalha decisiva que as forças progressivas estão hoje a travar contra as forças conservadoras e reaccionárias.

«Lá, onde a burguesia aliada ao imperialismo conseguiu forjar leis favoráveis à estratégia monopolista, os trabalhadores viram-se divididos perante as forças agressivas e exploradoras do capitalismo internacional.

«Neste Portugal libertado, as massas trabalhadoras têm a seu lado o MFA, irmanados nos mesmos ideais, e, juntos, saberão reconhecer e combater as manobras insidiosas e reaccionárias, saberão desmascarar os boatos tendenciosos, saberão calar a voz da traição.»

E terminou:

«Exigir a unicidade sindical, é fazer aceitar a vontade dos trabalhadores; dizer não ao pluralismo sindical, é defender a independência do povo trabalhador.»

Por último, e falando em nome da União Sindical de Coimbra, falou o bancário Viana.

Para além destas intervenções, foram apresentadas e lidas moções do MDP/CDE e do PCP. Também aqui foi aprovada uma moção que seria no final entregue ao delegado do Ministério do Trabalho.

Na manifestação, que iria terminar em frente à FNAT livre, podiam ver-se bastantes cartazes com palavras de ordem e apelando para a unicidade sindical, contra os monopólios, etc.

Durante o desfile cantou-se o «Avante Camarada», «Grândola Vila Morena», e no final o hino nacional.

Por seu lado, a Direcção da Organização Regional do PCP saudou os trabalhadores e o povo, em apoio da democracia e contra a reacção. O PCP, que durante o fascismo e depois do 25 de Abril, se bateu pela aliança das forças democráticas contra as forças reaccionárias, opôs-se aos ataques lançados de alguns sectores e apoiou abertamente a manifestação de Lisboa.

OS TRABALHADORES LUTAM PELA UNIDADE O IMPERIALISMO FOMENTA E PAGA A DIVISÃO

Desde o fim da segunda guerra mundial — época em que o capitalismo norte-americano investiu largamente na Europa para combater a unidade sindical — qué não se ouvia falar tão insistentemente em «pluralismo sindical». O argumento do «pluralismo», no nosso País, surgiu ainda o projecto-lei das associações sindicais não fora elaborado e estava longe a sua discussão pública. Aliás, comprovando o interesse que havia em combater a unidade sindical, muito antes de os trabalhadores se terem manifestado unanimemente e em liberdade por aquela solução, já alguns partidos políticos falavam do chamado «pluralismo».

E desde então não faltaram as iniciativas para fazerem vingar a desunião entre os trabalhadores: sucedeu o seminário da CISL, cujas posições a favor de uma pretensa liberdade sindical — traduzida no «pluralismo» — coincidem com as da CIA a este respeito; uma campanha orquestrada em favor do dito «pluralismo»; e a chantagem política a par de uma informação partidária por parte de um dos mais importantes órgãos de informação do País. Todos os processos estão a ser utilizados no intuito de contrariar a vontade expressa por mais de 1 milhão de trabalhadores portugueses que, sem equívocos, se manifestaram pela unidade contra a exploração dos grandes capitalistas e latifundistas.

O exemplo do passado

O que se passou em França e na Itália depois da segunda guerra mundial pode elucidar os menos esclarecidos sobre as intenções de alguns partidos políticos cuja fraseologia nos comícios não corresponde, na verdade, às suas intenções reais.

Finda a guerra, em 1945, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), em França, conseguiu ultrapassar as divergências promovidas do exterior e estabeleceu uma unidade real dos trabalhadores na luta pelos seus legítimos interesses. Em 1947 esta unidade fazia frente a todas as tentativas de exploração das classes trabalhadoras. E nesse mesmo ano dá-se a cisão na CGT, quando uma minoria cria uma nova central sindical denominada Force Ouvrière (Força Operária). A partir daí as lutas dos trabalhadores deparam com problemas por vezes intransponíveis e a nova central sindical não hesita em sancionar medidas que não interessam aos trabalhadores.

Mais tarde, já em 1967, o jornal «Le Monde» irá lançar a luz sobre todo o processo que se desenrolou naquela altura transcrevendo um relato publicado pelo «Saturday Evening Post» de Thomas Braden, antigo assistente de Allen Dulles na direcção da CIA, onde se confirmam os créditos concedidos a vários sindicatos franceses, italianos e alemães no intuito de quebrar a unidade sindical. Refere aquele agente que é nesse ano que intervêm Jay Lovestone, director da secção internacional da Federação Americana do Trabalho (AFL), e o seu assistente Irving Brown para organizar a central francesa Force Ouvrière com fundos fornecidos primeiramente por David Dubinsky, presidente do Sindicato Internacional dos Operários do Vestuário Feminino, e depois pela CIA, à qual apelaram depois de terem esgotado os seus recursos financeiros. E acrescenta Thomas Braden: *Eis como começaram as distribuições secretas de fundos aos sindicatos livres, que depressa se estenderam à Itália...*

Revela igualmente que tinha planeado, em pleno período de guerra-fria, fazer vir aos Estados Unidos o seu velho amigo Paul-Henri Spaak, antigo primeiro-ministro belga, para lhe pedir ajuda para a CIA. No entanto, Allen Dulles, então chefe daquele departamento secreto, teria falado deste projecto a William Knowland, líder da maioria republicana no Senado, o qual se teria oposto energicamente à vinda de um «socialista» aos Estados Unidos ainda que Allen Dulles lhe tivesse assegurado que *em numerosos países da Europa um socialista equivale mais ou menos a um republicanos* (isto é, um conservador).

Esclarecendo que em 1953 operavam já no seio de organizações internacionais, Thomas Braden frisou que as regras para a actuação eram precisas. Assim, não utilizavam senão organismos já existentes, preservavam a sua dignidade não os constrangendo a sustentar todos os aspectos da política oficial americana e mascaravam a importância dos interesses americanos.

Aliás a comparticipação americana é frisada por um dos dirigentes da Force Ouvrière, René Naegelen, ainda que em termos comedidos e não referindo a ajuda da CIA, quando escrevia no jornal «Populaire», de 15 de Maio de 1952:

Nós fomos ajudados pelos nossos camaradas do sindicato da confecção feminina de Nova Iorque, cujo presidente é o nosso amigo Dubinsky. Acrescento que estamos orgulhosos de receber uma ajuda que provém de cotizações de modestas operárias e operários... Entretanto, um artigo do «New York Times» de 13 de Dezembro de 1951 avaliava em 2450 milhões de francos o apoio financeiro dado pelos Estados Unidos à Imprensa francesa, só no ano de 1951.

Um americano tranquilo?

O panorama que atrás referimos é muito mais vasto e de meandros mais complicados, como seria de esperar. No entanto, foi nossa preocupação pôr em destaque declarações feitas por um agente importante da CIA e que esta agência nunca desmentiu, lamentando apenas que ele as tivesse proferido.

E a propósito do que se passa em Portugal convém recordar uma notícia publicada pelo «Diário de Lisboa» de 15 de Novembro de 1974, intitulada *O «pluralismo sindical» do sr. Irving Brown*, onde se diz:

Logo após a queda do regime caetanista, mais precisamente nos princípios de Maio, Portugal teve um ilustre visitante de nacionalidade norte-americana: o sr. Irving Brown. Para a maioria dos leitores, este nome nada diz, mas todos os conhecedores da história do sindicalismo europeu do pós-guerra e da «lenda» da CIA sabem quem ele é.

Irving Brown foi o agente da CIA que em 1948-49 financiou a divisão das confederações sindicais francesa e italiana. Não estando a CIA nada interessada na existência de uma central única de sindicatos em França e na Itália, enviou o sr. Irving Brown, dotando-o dos adequados meios financeiros, para criar a necessária cizânia, que levaria realmente à divisão dos sindicatos italianos e franceses. Neste momento, Brown já não é agente da CIA (ou diz que não é). Limita-se a ser — o que também é sinistro — representante da reaccionária confederação sindical AFL/CIO na Europa. Encontra-se presentemente neste lado do Atlântico destacado para Itália, onde tenta impedir a todo o custo a projectada fusão das três confederações sindicais daquele país.

Todas estas informações são dadas no «The Sunday Times» de 27 de Outubro findo, em reportagem de Godfrey Hodgeon e William Shawcress. Segundo estes jornalistas britânicos, Portugal está neste momento a causar inquietações no Departamento de Estado americano. A vinda de Irving Brown deve inserir-se neste contexto. Por isso, atenção, leitor, ao pluralismo sindical do sr. Irving Brown.

Pelos vistos o sr. Irving Brown não passa de um americano tranquilo que desde 1947 vem tentando — com alguns êxitos, a verdade seja dita — promover a desunião dos trabalhadores. Após quase 30 anos de actividade a tranquilidade não lhe falta.. e os dólares também não.

As preocupações da CISL

Foi com espanto que vimos uns senhores estrangeiros de cujas intenções duvidamos, a interferir clara e descaradamente nos assuntos sindicais do nosso País — assim referia um comunicado do Sindicato dos Motoristas de Lisboa a realização de um seminário da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres) num hotel dos arredores da capital e que mereceu da parte de certa imprensa partidária as honras de grandes títulos.

O mesmo comunicado manifesta também o seu repúdio pela ingerência, tanto mais de estranhar quanto é sabido o facto *de os trabalhadores massivamente se terem manifestado pela unidade e unicidade sindical*, tudo isto agravado *pelo facto de sobre a CISL recaírem as mais graves suspeitas de ligações com a CIA.*

Numerosos foram os sindicatos portugueses que nessa altura se ergueram contra a realização do seminário e todas as opiniões eram convergentes na denúncia daquela iniciativa. O Sindicato dos Empregados Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, num comunicado distribuído pela classe que representa, afirmava a dada altura: *Entretanto, e no período crítico que antecede a discussão em Conselho de Ministros da Lei das Associações Sindicais, a CISL, organização sindical mundial bem conhecida pela sua ligação à sinistra CIA, permite-se vir efectuar em Portugal um seminário onde se conclui que uma estrutura sindical única seria uma posição correcta, mas não deve ser imposta por lei.*

Será uma coincidência? Ou tratar-se-á de uma ostensiva medida de pressão do imperialismo capitalista?

Para acrescentar logo a seguir: *A Lei das Associações Sindicais foi discutida pelos trabalhadores; foram eles que optaram conscientemente pela estrutura sindical única, logo jamais se tratara de uma imposição da lei, mas sim da consagração legal da vontade da classe trabalhadora.*

Apesar de todas as manifestações de repúdio que se fizeram sentir, isso não impediu que a CISL levasse ate ao fim o seminário que iniciara com o apoio manifesto de certos elementos de um partido político e fingindo desconhecer a opção já feita pela esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, o que pode ser um sintoma da sua maneira de actuar.

Respondendo a um artigo do ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, publicado no «Diário de Notícias» de 7 de Janeiro último, o Sindicato dos Bancários de Lisboa recorda toda a actuação do sr. Irving Brown e acrescenta:

Bem ou mal-intencionados, aos trabalhadores portugueses surgem-lhes neste momento pela frente vários «Browns» com o mesmo objectivo: que a legislação sindical portuguesa permita a formação de mais do que uma única Central Sindical.

E nós sabemos porquê: se a legislação sindical francesa ou italiana não permitissem esse tal pluralismo o trabalho do sr. Brown para a CIA não seria tão fácil.

Esse tal pluralismo, que entre nós alguns defendem em nome da liberdade (!) sindical, permitiu que a CIA e o grande patronato dividissem os trabalhadores desses países; que investissem milhões para, em França, criarem uma central com o objectivo de exclusivamente sabotar a luta dos trabalhadores — a Force Ouvrière (FO), fundada pela CIA; que criassem, ao abrigo da tal «liberdade sindical» contemplada na lei francesa, a CFT (Confédération Française du Travail). A CFT (não confundir com CFDT) é uma central fascista, inspirada e alimentada pelo grande patronato, que abriga no seu seio elementos da ex-OAS, bandoleiros de toda a espécie e ex-desempregados a quem os monopólios arranjam trabalho com a condição de militarem na CFT. Os seus fins são os de lançarem o terror no seio dos trabalhadores, desacreditarem os organismos sindicais honestos, sabotarem as lutas dos trabalhadores, espiarem as suas atitudes e os seus dirigentes. A sua actividade celebrizou-se pelos assaltos realizados contra os emigrantes, espancando e raptando, com o fim de os manterem afastados dos verdadeiros sindicatos.

Alguns compatriotas nossos sofreram em França os «benefícios» da tal «liberdade sindical» que permite a formação legal de tais centrais. Aliás a colaboração da CFT com a PIDE foi bastas vezes denunciada em França.

Frisando que o ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, utiliza um argumento novo que os espanta, que é o de considerar anticonstitucional a expressão legal de uma confederação sindical única, acrescenta o comunicado:

Ora sendo o Programa do MFA uma verdadeira carta constitucional, conforme o sr. ministro reconhece, e sendo um dos principais objectivos desse Programa o reconhecimento da liberdade de os portugueses manifestarem a sua opinião sobre aquilo que lhes diz respeito, os trabalhadores portugueses mais não fizeram do que utilizar essa liberdade para discutirem o projecto-lei sobre associações sindicais e sobre ele manifestarem a sua opinião.

E a opinião maciça dos trabalhadores portugueses é contrária à do sr. ministro: eles manifestaram-se inequivocamente pela expressão legal da unicidade sindical.

Onde está a inconstitucionalidade? Naqueles que ao abrigo da carta constitucional reivindicam ao Governo que consagre legalmente aquilo que sabem ser do seu interesse? Ou naqueles que pretendem ignorar as decisões tomadas ao abrigo da carta constitucional?

Quem tem medo da liberdade? Aqueles que a utilizam para manifestar a sua opinião sobre o que directamente lhes diz respeito, ou aqueles que pretendem ignorar a opinião dos directamente interessados?

Temos bem presente que foi ao abrigo de pretensas constitucionalidades que foram libertados alguns sabotadores económicos e que continuam em funções juízes fascistas entre os quais alguns que prestaram serviço nos famigerados Tribunais Plenários.

É que se o MFA e o nosso povo se tivessem deixado emaranhar em formalismos «constitucionalistas» não teria havido 25 de Abril e, consequentemente, o sr. ministro não seria ministro.

O interesse do Plano Marshall

Mas regressemos às actividades divisionistas que sucederam na Europa logo a seguir a 1945. E, para isso, apresentemos uma breve cronologia: *Outubro de 1946* — 65.º Congresso da Federação Americana do Trabalho (AFL), em que é votada uma subvenção de 1 milhão de dólares para o apoio de uma política exterior da AFL, e Irving Brown é nomeado como representante da AFL na Europa; *Dezembro de 1946* — Brown vem à Europa fundar o departamento europeu da AFL; *Outubro de 1947* — 66.º Congresso da AFL, em que é expresso o apoio material aos movimentos fracionistas sindicais nos diferentes países; *Dezembro de 1947* — Cisão sindical em França; preparação de um «comité» sindical do Plano Marshall; *Março de 1948* — Primeira conferência sindical do Plano Marshall em Londres (nomeação de um «comité»); *Janeiro de 1949* — Sessão do Comité Sindical do Plano Marshall, em Berna, na Suíça; *Março de 1949* — Preparativos para a formação de uma nova central sindical internacional que sirva os interesses do grande capital; segundo a AFL a nova central sindical deve ser fundada na base corporativa enquanto outras organizações sindicais estimam que a central deve ser fundada sobre o Comité Sindical do Plano Marshall; *Abril de 1949* — Convocação, para Junho, em Genebra, de uma conferência preparatória de uma nova central sindical internacional; *Junho de 1949* — Conferência de Genebra e designação do «comité» provisório; *Julho de 1949* — Conferência em Londres do «comité» preparatório para a constituição de uma nova central sindical internacional; *Agosto de 1949* — Irving Brown declara ao «Figaro» que vão ser tomadas medidas contra o movimento reivindicativo em França; *Outubro de 1949* — O Congresso da AFL reafirma a sua política de intervenção nos assuntos sindicais dos outros países.

Ora a divisão operária em França foi financiada em dólares que não vieram só através da CIA, mas por ramificações que o imperialismo americano inventou para manter sob o seu domínio os outros países. O Plano Marshall foi o processo de colonizar a Europa e, para tal, não interessava um sindicalismo forte, tanto mais que as manobras divisionistas não tinham dado os resultados previstos como declarou um conselheiro do general Marshall, Jewel, ao analisar a situação em França e em Itália. Assim, o Plano Marshall despendeu também largos dólares para os movimentos sindicais europeus, e o «New York Times» de 2 de Abril de 1952 trazia na primeira página: *O primeiro grupo sindical francês a beneficiar da parte do Plano Marshall para os sindicatos foi a Federação dos Correios e Telégrafos, filiada na Force Ouvrière.*

Deste modo o Plano Marshall, a coberto da ajuda económica, tenta impor a tutela dos Estados Unidos em todos os domínios e abre a era da guerra-fria. O governo americano intervém em particular no movimento operário por intermédio dos seus agentes, um dos quais é Irving Brown. Este exige com o apoio de certas organizações sindicais americanas anticomunistas, uma luta aberta contra os comunistas na CGT francesa e a adopção por parte desta do Plano Marshall. Nas conversações que estas personagens têm com dirigentes da CGT a cisão é mesmo apontada caso a maioria não siga a orientação prevista. Contudo, o Comité Confederal Nacional da CGT, em Novembro de 1947, repudia esta ingerência por 83 por cento dos votos.

Nesse mesmo mês, em França, o movimento reivindicativo em pleno desenvolvimento conta com vários milhões de grevistas. O grupo fraccionário, agrupado em redor do jornal «Force Ouvrière», organiza a cisão em plena luta e constitui uma nova central (FO). Esta nova cisão enfraquece as forças da classe operária e provoca o desencorajamento entre certos trabalhadores. E a contra-ofensiva do grande capital vai então poder desenvolver-se com mais força.

Entretanto, ainda recentemente, um viajado político português numa entrevista concedida ao jornal francês «Le Monde» declarava que seria do máximo interesse um Plano Marshall para Portugal.

Defender o divisionismo é defender o capital

Em 1951, é criada a CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), com sede em Bruxelas. Concretizavam-se assim todas as manobras do Plano Marshall, que anteriormente preparara intensamente a constituição de uma nova central sindical internacional, depois de ter obtido a cisão na Federação Sindical Mundial. A nível internacional a divisão estava assegurada.

Recordemos agora que na última assembleia do Sindicato dos Bancários de Lisboa onde estiveram presentes cerca de 4 mil trabalhadores foi denunciada pela direcção um facto que comprova a ingerência externa nos interesses dos trabalhadores portugueses e a vontade que existe não só cá como além-fronteiras em estabelecer a desunião entre os trabalhadores.

Passemos a palavra à direcção: *É assim que, no início desta campanha desencadeada contra os trabalhadores bancários, surgiu no Porto o adido do Trabalho da Embaixada dos Estados Unidos a contactar activistas sindicais bancários cujas posições críticas face à direcção são conhecidas. Ofereceu-lhes o seu apoio e o de uma organização sindical com sede na Suíça.*

Depois disto não são necessários mais comentários.

A resposta da Intersindical

Apesar de numerosos sindicatos terem criticado asperamente as posições expressas pelo ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, num artigo publicado no «Diário de Notícias», a Intersindical Nacional, que integra mais de 200 sindicatos, refutou as afirmações feitas num artigo intitulado «Unicidade Sindical e a Liberdade do Medo».

Começa por referir o documento que *identificar «liberdade sindical» com «pluralismo sindical» é não só grave erro como deliberado ataque à organização da classe dos trabalhadores. Que neste momento da vida nacional se venha dizer que afirmar em texto legal a unicidade sindical «traduz uma desconfiança em relação à capacidade das classes trabalhadoras para usufruirem da liberdade sindical — uma das liberdades por que mais têm lutado» contém simultaneamente uma grave provocação aos trabalhadores e nega a constatação de uma verdade.*

E acrescenta o documento da Intersindical: *É indiscutível que, durante meio século de fascismo, os trabalhadores sempre lutaram por uma ampla liberdade sindical, continuam e continuarão a lutar por ela.*

Mas roça o insulto aos trabalhadores portugueses considerar-se que a consagração legal da unicidade sindical é prova de desconfiança na sua capacidade. Foram os trabalhadores, no uso da sua liberdade sindical, que se manifestaram de forma esmagadora e inequívoca no sentido de ser legalmente afirmado o princípio da unicidade sindical a todos os níveis. Quem tem legitimidade para vir contrariar esta vontade? Por certo não o MFA, em cujo programa se prevê «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras...». Flagrante inconstitucionalidade seria ir contra os interesses dos trabalhadores, como traição à revolução do 25 de Abril e aos princípios que a enformam, seria considerar que outros que não os trabalhadores devem definir as formas de defesa desses mesmos e próprios interesses.

Não foi por acaso que em cerca de 500 assembleias, de Norte a Sul do País, mais de 1 milhão de trabalhadores se manifestaram pela unicidade sindical. Fizeram-no na plena consciência de que, na fase actual do processo revolucionário, em Portugal, os seus interesses e conquistas só podem ser completamente defendidos, salvaguardados e alargados através de uma organização sindical que da sua unidade e coesão retire qualquer hipótese de desmembrar a sua força. Os trabalhadores portugueses não duvidam da necessidade da unicidade sindical para o progresso não só do seu movimento sindical como do próprio processo histórico revolucionário em curso, encetado pelo MFA. Os trabalhadores têm a certeza (e descobriram-no livremente, pela sua consciência de classe e pela importância decisiva que têm no processo em que estão empenhados) que, se a lei permitir a existência de mais do que uma organização sindical, a qualquer nível, os grandes monopólios e os seus agentes poderão, então sim, livremente, formar quantas organizações sindicais quiserem — fantoches — e assim desmembrar a força dos trabalhadores face ao patronato e à reacção.

Mais adiante o documento acrescenta respondendo ao ministro da Justiça: *Parece haver quem duvide de que a classe trabalhadora não tem o mínimo interesse em que o seu movimento colectivo possa ver-se dividido. E há, sem dúvida, quem esteja vivamente interessado em fomentar essa divisão. Todos nós sabemos quem. O grande capital monopolista e latifundista, principal inimigo da classe dos trabalhadores que sabota económica, social e politicamente o processo de democratização em que essa classe está empenhada. De estranhar é que haja ministérios em que o processo de saneamento se revele de extrema morosidade, comprometendo o bom funcionamento da administração pública que deve estar ao serviço do povo português. De estranhar é que sabotadores económicos interessados em que a democratização do País não prossiga sejam postos em liberdade. De estranhar e indignadamente.*

O «pluralismo sindical» no tempo do fascismo

Contra o bloco unitário do grande capital só o bloco unitário dos trabalhadores lhe pode fazer frente. Por isso, já o fascismo vendo nas amplas organizações dos trabalhadores verdadeiros perigos para os interesses que defendia pulverizaram o país trabalhador em centenas de sindicatos cujos efeitos negativos se sintetizavam no seguinte: sindicatos com poucos associados e sem suporte financeiro adequado e centenas e centenas de fábricas onde os trabalhadores estavam divididos por mais de 20 ou 30 sindicatos.

Agora que partidos políticos defendem intransigentemente o chamado «pluralismo sindical» no momento preciso em que a lei está para ser discutida a nível do Conselho de Ministros é de estranhar que nem um único sindicato tenha apoiado esse caminho. Donde se conclui que defender a unicidade sindical é defender os interesses dos trabalhadores aliás amplamente expressos pelos mesmos em centenas de assembleias realizadas para o efeito. E muito menos se pode culpar o Partido Comunista Português pela sua linha coincidir com os interesses das massas trabalhadoras.

SOBRE A UNICIDADE SINDICAL

1.O PCP confirma uma vez mais a sua posição de que a unicidade sindical é nas condições concretas do Portugal de hoje a melhor garantia da liberdade sindical.

A unicidade sindical fortalece a unidade de classe, assegura a livre constituição, direcção e gestão dos sindicatos pelos trabalhadores, garante a independência dos sindicatos em relação ao Estado, ao Governo, aos partidos e ao patronato. Inversamente, o chamado pluralismo, a proliferação dos sindicatos, seria de facto contrário à liberdade e independência do movimento sindical. O PCP afirma que a sua decidida posição em defesa da liberdade sindical faz parte da sua política geral de defesa das liberdades democráticas e insere-se no objectivo da construção em Portugal de um regime democrático no qual o Povo Português goze das mais amplas liberdades, no qual possam organizar-se e defender as suas opiniões todos os portugueses dispostos a viver em liberdade e a respeitar a ordem democrática.

2. A unicidade sindical foi amplamente discutida pelas massas trabalhadoras. Ninguém de boa-fé pode contestar a esmagadora aprovação que lhe foi dada. Esta aprovação e as novas adesões que a todo o momento se vêm registando da parte do movimento popular fazem da consagração da unicidade sindical a expressão de uma vontade do povo democraticamente manifestada.

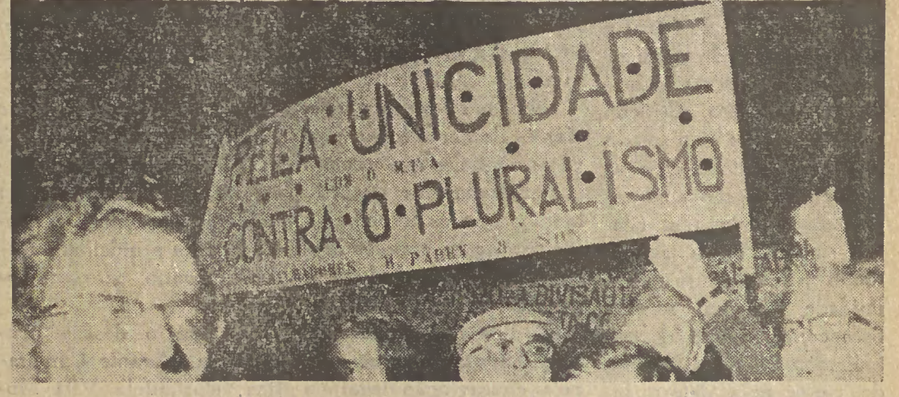
3. O processo revolucionário que se desenvolve no nosso País exige a unidade do movimento popular e democrático e a aliança deste com o MFA. A consolidação e desenvolvimento do movimento popular e democrático torna indispensável a unicidade sindical e o fortalecimento da cooperação e acção comum dos partidos e agrupamentos que defendem o programa do MFA. O PCP afirma a sua determinação de continuar a lutar pela unidade das forças democráticas, tal como luta pela unicidade sindical e pelo reforço da aliança Povo-Forças Armadas.

4. A manifestação que hoje tem lugar em Lisboa deve ser olhada como uma inequívoca afirmação da vontade dos trabalhadores de que a unicidade sindical seja inscrita na lei e de que uma firme política antimonopolista e antilatifundiária seja definida e posta em prática.

O PCP exorta todos os trabalhadores e o povo a participarem activamente nesta importante manifestação e a fazerem dela a expressão grandiosa e serena da vontade popular.

14 de Janeiro de 1975.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



CENTRO DE TRABALHO DA FÁBRICA SEICLA

Vencer as barreiras que o fascismo deixou, forjar a unidade, a cooperação, aprender a vida em colectivo, são objectivos que os trabalhadores da SEICLA — empresa de pré-fabricados — se propõem alcançar. Instalações que não eram utilizadas conheceram mãos proletárias e transformaram-se em Centros de Trabalho da célula do PCP na SEICLA. E em centro de cultura, e de convívio, que os comunistas sabem que a UNIDADE É O CAMINHO DA VITÓRIA.

Numa cerimónia simples, realizada no passado dia 10, fez-se a inauguração do Centro, seguida de um agradável almoço de confraternização, em que participaram os trabalhadores da empresa, camaradas e amigos, e os camaradas da DORL Alda Nogueira, Albano Nunes e Lino.

No Centro agora inaugurado funcionará uma biblioteca e vão iniciar-se cursos de alfabetização, dado que entre os trabalhadores muitos não têm a 4.ª classe e alguns são mesmo analfabetos.

É tempo de deixarmos de pensar só em nós e começar a pensar também nos outros. Já é tempo daqueles que sabem alguma coisa ensinarem os que sabem menos, como disse Mirita, uma empregada que é «das esquerdas» mas ainda não escolheu qualquer partido. **Primeiro preciso de ser mais esclarecida** — disse, — **depois optarei. Mas penso que esta iniciativa é muito positiva** — declarou — tecendo depois algumas considerações sobre a situação na empresa, que na verdade não se pode considerar famosa.

O salário deve ser fruto do trabalho produzido

Se no sector de escritórios os empregados estão descontentes devido à desorganização existente — só agora estão a fechar o ano de 1973, o que não se justifica pois praticamente não têm tido trabalho nenhum —, no que respeita à parte de fabrico a situação é mais grave e as razões de descontentamento dos operários ainda são maiores, como o testemunham as declarações da Comissão de Trabalhadores.

Na realidade, se é certo que até à data os salários têm sido pagos regularmente (o que os trabalhadores não deixam de achar estranho) o facto é que há dez meses que não se produz nada na empresa.

A SEICLA faz parte de um grupo inglês que terá como empresa «mãe» a SADIL, cuja existência levanta grandes dúvidas aos trabalhadores, que a consideram como uma empresa «fantasma».

A má administração, entre outros motivos, estará na base da actual situação de paralisação da empresa, que não está a realizar os compromissos assumidos com os clientes, como é o caso, por exemplo, do MEC (Ministério da Educação e Cultura), principal e quase exclusivo cliente, a quem já deviam ter sido entregues obras no valor de 13 000 contos e que ainda nem sequer foram iniciadas (!!!)

Os trabalhadores da SEICLA não querem apenas garantir os seus salários. Querem trabalhar, produzir, sentir que o salário que recebem corresponde ao que produzem e não é uma «dádiva», para não lhe chamar esmola. É com tristeza que operários que construíram a empresa declaram que há muitos meses não pegam no seu ofício.

Não podendo continuar nesta situação por mais tempo — como afirmaram, não possuem qualquer garantia para o dia de amanhã — os trabalhadores, através da sua Comissão, entregaram o caso às entidades competentes, que já estão a estudar o problema, parecendo haver grandes probabilidades da empresa vir a ser nacionalizada. O próprio MEC, como um dos principais interessados, já se manifestou a favor da nacionalização.

Os trabalhadores têm esperança. Confiam no Governo Provisório. Têm força de vontade, fazem planos, querem contribuir para a reconstrução nacional: «Precisamos de tantas escolas, há tanta gente sem casas; Os pré-fabricados que produzimos de boa qualidade.

Quantos problemas podemos ajudar a resolver. E queremos trabalhar.

Vontade não nos falta.»

Este é mais um dos muitos exemplos da grande consciência da classe operária, da sua vontade inequívoca de reconstruir Portugal.

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DO PCP DENUNCIAM MANOBRAS REACCIONÁRIAS

Em diversos pontos do país, a reacção continua a fazer das suas. Há hoje quem pense, tomando os desejos por realidades ou com outras intenções, que o perigo das direitas já não existe vivendo o nosso país numa situação em que consolidar as liberdades e reforçar o Estado democrático deixou de ser um objectivo prioritário. Os factos demonstram que assim não é. E o nosso Partido tem figurado na primeira linha dos que se mantêm vigilantes e prontamente denunciam as manobras reaccionárias. Disso são prova os documentos que a seguir transcrevemos.

VALENÇA DO MINHO: COISAS ESTRANHAS

A Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP divulgou o seguinte comunicado, sob o título **Negligência ou Algo Mais?**

Parece já não oferecer dúvidas a ninguém que patrioticamente viva o momento político nacional de que algo de estranho vem acontecendo em Valença do Minho.

Até que ponto os factos, insólitos, podem constituir um desencadear de deliberado processo reaccionário ou deverão ser considerados meras atitudes individuais — graves também, evidentemente — de saudosismo fascista, eis o que às autoridades competentes interessará averiguar. Porque entendemos realmente que as referidas autoridades, salvo o devido respeito, podem e devem averiguar.

Até porque a primeira hipótese pode não ser absurda. Até porque, insistimos, a zona fronteiriça pode ser a jugular aberta por onde se escoe inglória e criminosamente o hercúleo esforço de reconstrução da Economia Nacional.

É aliás, relacionado com esse risco já denunciado em anterior comunicado do PCP o facto agora verificado.

No passado dia 28 de Dezembro foi a CC de Viana do Castelo do PCP alertada para uma tentativa de fuga ilícita de capitais que se efectuaria nesse mesmo dia pela fronteira de Valença. Democratas de Braga, os autores do Aviso, deslocaram-se daquela cidade a Viana, para esse efeito. Não agiram levianamente, pelo contrário, traziam dados seguros sob o montante, avultado, a passar; hora exacta da tentativa; marca e matrícula do veículo.

Como lhe competia, contactou a CC do PCP o senhor comandante la PSP local, oficial de repetidamente comprovada fidelidade ao MFA e seu Programa que se prontificou a acompanhar um elemento da CC e os autores do Aviso a Valença do Minho.

E o que seria caricato se não fosse pelo menos criminosa negligência acontece. O veículo, exactamente o veículo denunciado surge exactamente à hora indicada. Isso, a exactidão desses dois pontos que deveria constituir um aviso para as autoridades aduaneiras a atestar a possível veracidade da denúncia, aberta, responsabilizada pela presença física dos seus autores, nada significou para o senhor director da Alfândega de Valença que se limitou a ordenar uma busca rotineira, autenticamente a «voil d'oiseau».

Quando se pensa no verdadeiro delírio com que por vezes se desmantela um carro na busca de uma inocente garrafa de... azeite!

E assim, na presença de patriotas defraudados no seu zelo e de um digno oficial, impotente para agir por se situar o assunto fora da esfera da sua competência, foi dada ordem ao veículo para seguir. Rumo à Espanha. Em paz.

Isto, repete-se, quando se denunciava abertamente um acto delituoso a praticar por pessoas — que se nomearam — num veículo — que apareceu — a uma hora — que se cumpriu.

Quantas tentativas mais ignoradas, se terão efectuado com seguro êxito, antes? E depois E agora mesmo?

Na realidade interessaria e muito que as autoridades competentes averiguassem porquê.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Tomar

Com a presença de mais de duas dezenas de guardas da PSP, realizou-se nas instalações desta Polícia em Tomar uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, orientada pelos camaradas Carlos Pinhão e Simões de Sousa, da DOROR, João Costa, da Comissão Distrital de Santarém e Gomes da Silva, da Comissão Concelhia de Tomar.

O camarada Gomes da Silva, numa breve introdução, referiu-se aos objectivos do nosso Partido, seguindo-se o camarada Simões de Sousa, que falou sobre a «barreira de gelo» que o fascismo ergueu entre a população e as forças militarizadas.

O camarada Carlos Pinhão acentuou, na sua intervenção, que, sendo a grande maioria dos guardas oriundos do sector trabalhador, nunca poderiam ser contra a vontade do povo trabalhador.

Seguiu-se um animado debate, que versou o socialismo na URSS, algumas posições do nosso Partido e problemas dos pequenos e médios camponeses.

Leiria

Também em Leiria e com a presença de cerca de 90 agentes, o nosso Partido realizou, a convite do novo comandante distrital, major Anjos Martins, uma sessão de esclarecimento para a PSP e na qual estiveram presentes os camaradas Osvaldo Castro e Francisco Lancinha, da DOROR, José Augusto Esteves da Comissão Distrital de Leiria, e Ana Maria, de Leiria.

Estabeleceu-se animado diálogo, tendo as perguntas incidido sobre religião, habitação nos países socialistas, problemas da terra e dos pequenos agricultores.

Marinha Grande

Integrada nas comemorações da Insurreição de 18 de Janeiro de 1934, realizou-se uma sessão de esclarecimento na «Ordem», com a presença do camarada Pedro Soares do Comité Central do nosso Partido. Estiveram ainda presentes os camaradas Osvaldo Castro, da DOROR, Ilídio Fortunato e Júlio Salvador, da Comissão Concelhia da Marinha Grande, além de sobreviventes do 18 de Janeiro. Presentes perto de 1000 pessoas.

O camarada Pedro Soares invocou o significado do 18 de Janeiro e fez uma análise do momento político e principais pontos do programa do PCP.

Beja

Com a assistência de cerca de 2000 pessoas realizou-se no ginásio do Liceu de Beja, organizada pela célula dos metalúrgicos da cidade, uma sessão de esclarecimento versando sobre a situação nacional actual e a política do Partido.

Várias questões foram colocadas pelos assistentes permitindo aprofundar algumas passagens da intervenção de abertura, proferida pelo director do «Avante!», que, juntamente com os camaradas Maria Piedade Morgadinho e António Gonçalves, da Direcção Regional do Alentejo e Algarve, responderam às perguntas feitas.

Alverca

Organizada pela célula do PCP da Argibay realizou-se na sala de risco dos estaleiros da empresa, com a presença de 150 operários uma sessão de esclarecimento sobre alguns aspectos da situação nacional e a política do Partido e ainda sobre os princípios que regem a organização do PCP. Um animado diálogo se estabeleceu entre a assistência e o director do «Avante!», que fez a intervenção inicial.

Por outro lado, promovida pela Comissão de Freguesia de Alverca do PCP realizou-se no salão da Casa do Povo de Arcena, com a participação de meio milhar de pessoas, uma sessão de esclarecimento. Depois duma intervenção inicial do director do «Avante!» seguiu-se um vivo debate com a assistência sobre várias questões da actualidade política nacional e a posição do PCP.

Coimbra

Com a participação de mais de 250 pessoas, realizou-se, no Centro de Trabalho do Partido, uma sessão de esclarecimento dirigida aos enfermeiros de Coimbra. Os camaradas Vital Moreira, Rui Clímaco e Margarida Bento falaram sobre o papel desempenhado pelo PCP na luta contra o fascismo e na linha de orientação defendida para a consolidação da democracia em Portugal, após o que se abriu animado e proveitoso diálogo. Diferenças entre socialismo e comunismo a vida numa sociedade socialista, papel aí desempenhado pelos sindicatos e a concepção de saúde nessas sociedades, foram alguns dos principais problemas debatidos.

S. Paulo de Frades

O problema da Reforma Agrária foi tema principal da sessão realizada no passado dia 4, por iniciativa da Comissão Concelhia de Coimbra, tendo assumido especial interesse o debate quanto ao problema dos baldios, particularmente sentido na freguesia.

Reveles — Abrunheira

Na sessão realizada no passado dia 5, em que participaram mais de 250 pessoas, após uma exposição sumária sobre a história do PCP, seu Programa e objectivos teve lugar um proveitoso debate acompanhado com manifesto interesse pela população.

Nelas

Com a participação de dois camaradas da Organização Distrital de Coimbra e um camarada de Nelas, membro da Comissão Administrativa da Câmara local, realizou-se a primeira sessão do PCP naquela vila, a que assistiram com vivo interesse cerca de 400 pessoas. Após uma intervenção inicial sobre os objectivos fundamentais e pontos específicos do Programa do PCP, iniciou-se entusiástico debate. Foram abordados diversos problemas sendo de destacar o interesse suscitado pelo problema da emigração que muito afecta aquela região. Dado o grande entusiasmo das pessoas, um provocador resolveu referir-se ao «imperialismo russo». Depois da mesa ter esclarecido de forma clara e inequívoca, a assembleia reagiu expulsando o provocador.

Vousela

Realizou-se uma sessão de esclarecimento em que participaram 200 pessoas, na sua maioria pequenos agricultores e trabalhadores. Uma tentativa de boicote por parte de um membro da ex-ANP foi prontamente impedida pela assistência.

Cesar — Oliveira de Azeméis

Realizou-se uma sessão com cerca de 300 pessoas que, da frieza que toda a campanha anticomunista local motivava passaram a uma participação entusiástica que se prolongou para além da sessão com discussões sobre o PCP e problemas locais.

Outras sessões

Para além destas realizaram-se ainda outras sessões em Seixo (Montemor-o-Velho); Lamego; Penalva do Castelo; Vila Nova de Paiva; Alcafache (Viseu); Figueiró do Campo; Ançã; S. Salvador (Viseu); Passos de Vilarigues (Vouzela); Vouzela; Figueira de Castelo Rodrigo; Almeida; Lugar da Marinha (Ovar); Maceda; Arada; Esmoriz; S. Vicente; Bobadela; Famalicão; Vengada (Vila da Feira); Sanfins; Hospital de S. João, to; Águeda; Alpedriz; Viana do Alentejo; Moscavide;; etc.

S. GIÃO: INTIMIDAÇÕES E AGRESSÕES

Nas Beiras, factos de outro género também se têm registado. De um deles nos fala o documento que passamos a transcrever:

A Comissão Concelhia de Oliveira de Hospital do Partido Comunista Português denuncia publicamente a ocorrência de certos factos passados na freguesia de São Gião como verdadeiros atentados das liberdades democráticas instauradas depois de 25 de Abril, e que contrariam o Programa e o espírito do Movimento das Forças Armadas.

O camarada Abílio Martins dos Santos que se encontrava temporariamente neste concelho, distribuiu a algumas pessoas da sua freguesia panfletos editados pelo Partido Comunista Português, que versavam assuntos relacionados com a recente prisão de alguns conhecimentos capitalistas e um outro sobre recenseamento.

Algumas das pessoas que se juntaram para receber os referidos manifestos insultaram e ameaçaram de espancamento o camarada Abílio dos Santos. Nestas cenas de intimidação destacaram-se os srs. José Fradique, António Moleiro, barbeiro que tentou voltar o carro do lesado, e António Moita, agricultor, que lançou a mão ao pescoço do nosso camarada. Entretanto, o presidente da Junta de Freguesia de São Gião sr. Boaventura, a quem foram distribuídos também os referidos manifestos, rasgou-os imediatamente à frente dos circunstantes assumindo ares de ostensiva provocação, exemplo que foi seguido por algumas pessoas. Destacamos a atitude do nosso camarada que não reagiu a estas indignificantes cenas. Não ficaram por aqui as manobras de intimidação destes provocadores.

No dia seguinte, 23 do corrente, quando de manhã, Abílio dos Santos se dirigia para o seu automóvel encontrou-o com os quatro pneus totalmente esfaqueados. Comunicou o sucedido ao posto da GNR de Oliveira do Hospital que tomou conta de todos os factos ocorridos.

A Comissão Concelhia de Oliveira do Hospital do Partido Comunista Português não pode deixar passar acontecimentos como estes em claro aos olhos das populações. Quem, à boa maneira do fascismo, intimida e tenta impedir a acção de democratização das forças democráticas mais consequentes, como o Partido Comunista Português, não pode de maneira nenhuma identificar-se com o 25 de Abril, com o processo revolucionário em curso, com os anseios de libertação do povo português.

Quem desta forma atacou os comunistas, não pretende virar-se apenas contra nós, mas contra todas as correntes de opinião democráticas empenhadas na renovação do nosso país.

Quem como o presidente de uma Junta de Freguesia de São Gião actua e se comporta como só os PIDES e os LEGIONÁRIOS actuavam, está forçosamente ao serviço da contra-revolução.

O Partido Comunista Português não pode deixar de alertar as populações para que não se deixem intimidar com semelhantes manobras. Só a unidade do povo com o Movimento das Forças Armadas, só a unidade de acção de todas as forças democráticas poderá libertar Portugal de todos os vestígios de fascismo que ainda existem. Por isso o combate e o isolamento da reacção, exprima ela as formas que exprimir e venha ela donde vier, é uma tarefa urgente não apenas dos comunistas mas de todos os verdadeiros democratas interessados na defesa e alargamento das liberdades conquistadas. Por isso, o saneamento das autarquias locais é tarefa indispensável de todos os portugueses verdadeiramente identificados com a revolução de Abril.

VISEU: A SITUAÇÃO NA INTENDÊNCIA PECUÁRIA...

Pelo seu lado, a Comissão Concelhia de Viseu do nosso Partido, em dois comunicados, refere-se a outros tantos problemas que estão a afectar o processo de democratização no distrito. Afirma o primeiro:

1 — O Partido Comunista Português, tem vindo constantemente a alertar os trabalhadores e as massas populares, a manterem activa vigilância com vista a dar uma larga e aberta colaboração à actividade do Governo Provisório e do MFA.

Para a construção de um Portugal democrático é imprescindível o saneamento das instituições, em que se apoiavam a grande burguesia monopolista para oprimir e explorar os trabalhadores portugueses.

2 — No distrito de Viseu, a situação no que respeita a saneamento é deveras alarmante, pois, está por realizar em grande parte dos organismos existentes, como é o caso da Intendência Pecuária de Viseu onde está dando origem a problemas graves que continuam a ser detectados por trabalhadores da mesma.

De facto, nesta instituição pública, continuam à frente dos destinos da mesma, indivíduos comprometidos com o regime anterior dispostos a não colaborarem com a nova situação dando origem à continuação de uma série de graves irregularidades a que estavam habituados a cometer durante o regime fascista.

3 — Impõe-se um rápido inquérito a todas as anomalias por estes indivíduos, pois o clima existente entre os trabalhadores é de medo e insegurança (por poderem ser despedidos, dado que sabem de mais) que não ajuda a uma actuação como seria de desejar da parte destes, denunciando publicamente os acontecimentos.

4 — Estas situações não podem continuar a existir. O PCP apela para os trabalhadores, as massas populares e todas as organizações democráticas a unirem os seus esforços no sentido que casos como este, sejam denunciados, para que se possa fazer um saneamento rápido em todo o distrito, condição essencial para o êxito do processo democrático em curso no nosso país.

E A ELEIÇÃO DAS COMISSÕES CONCELHIAS DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS

Afirma-se no outro comunicado dos nossos camaradas de Viseu:

1 — Constitui o saneamento factor fundamental para o êxito do processo de democratização em curso no nosso país. Torna-se cada vez mais imperioso intensificá-lo quer a nível de estruturas, quer a nível de indivíduos.

2 — Numa actividade tão responsável como a do Ensino Primário desprezado completa e propositadamente pelo regime fascista temos que assegurar homens honestos perfeitamente identificados com o processo democrático em curso e de modo nenhum altamente comprometidos com o regime deposto.

3 — Tendo-se realizado no passado dia 18 de Dezembro de 1974, eleições para a Comissão de Gestão Democrática da Delegação Escolar do Concelho de Viseu com vista a constituir-se através dessa eleição uma comissão composta de pessoas dispostas a trabalharem nos novos moldes criados após o 25 de Abril, viu-se ganhar as eleições uma lista encabeçada por alguns indivíduos que sempre foram fiéis servidores do fascismo e sempre contribuíram para que o obscurantismo e a ignorância servissem da melhor forma os interesses do capital e de todos aqueles interessados na exploração e opressão do povo português ao longo dos 48 anos de regime fascista.

4 — Todos os professores conscientes organizações democráticas e pais dos alunos, devem condenar energicamente e não permitir por todos os meios ao seu alcance que tal comissão eleita por indivíduos que de modo nenhum estão preparados para uma votação livre e democrática e que teimosamente continuam agarrados a conceitos caciqueiros, possa continuar à frente dos destinos do ensino primário no concelho.

5 — O PCP considera que acontecimentos como este, devem ser denunciados por todas as organizações democráticas e tomadas medidas para que acontecimentos como este não possam repetir-se pelo que representam de atentório contra a democracia.

SESSÕES E COMÍCIOS

HOJE

CALÇADA (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 horas.
LISBOA — Sessão de esclarecimento na «Conde Barão», na Av. 24 de Julho, 62, às 18 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento na Caixa de Previdência dos SMS de Lisboa — Rua Coronel Bento Roma, lote 1256, com projecção de filmes, às 21.
SANTA EULÁLIA — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
VILA REAL (Bairro de Santa Maria) — Sessão de esclarecimento, às 21.

AMANHÃ

ABRANTES — Comício, às 21 horas.
ÁGUAS SANTAS (Maia) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária de Moutides, às 21 e 30.
AMADORA — Sessão de esclarecimento no Grupo Recreativo do Bairro Janeiro.
ALDEIA DAS ELVAS (Aljustrel) — Sessão de esclarecimento, às 21.
AZURÉM (Guimarães) — Sessão de esclarecimento.
ARCOZELO (Gaia) — Sessão de esclarecimento na Escola de Pedra Alva, lugar do Corvo, às 21 e 30.
AMIEIRO (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento no Salão de Baile, às 21 e 30.
AREOSA (Porto) — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do Partido, às 21 e 30.
CINFÃES — Sessão de esclarecimento, às 21.
CRUZ QUEBRADA — Sessão de esclarecimento na Sociedade Cruz-Quebradense, às 21 e 30.
CUSTÓIAS (Matosinhos) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
EIRAS — Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo de Eiras, às 21 e 30.
EJA (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21.
GANDRA (S. Cosme, Gondomar) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 e 30.
LAGOA — Comício no cinema, às 21 e 30.
LAMOSO (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
LINDA-A-VELHA — Sessão de esclarecimento na Academia Recreativa, às 21 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento para engenheiros no IST com a presença do camarada Blanqui Teixeira, às 21 e 30.
LISBOA (Picheleira) — No Clube de Futebol Vitória, às 21 e 30.
MAFAMUDE (Gaia) — Sessão de esclarecimento na Liga de Socorros Mútuos, às 21 e 30.
PAÇO DE ARCOS — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro, às 21 e 30.
PORTO (Santo Ildefonso) — Na Escola N.º 54, Rua das Musas, às 21 e 30.
S. MARCOS DE ATABUEIRA — Sessão de esclarecimento, às 21.
SERPINS — Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia, às 21 e 30.
VENDA NOVA (Amadora) — Sessão de esclarecimento para os trabalhadores da Sorefame e Cometna, às 21 e 30.
VILA FRANCA DE XIRA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

SÁBADO

ALBUFEIRA — Comício no cinema, às 16 horas.
ALFENA — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21 e 30.
ALFERRAGIDE — Sessão de esclarecimento na Sociedade Amigos de Alferragide, às 21 e 30.
ARAZEDO (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
ARDEGÃES (Águas Santas, Maia) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária da Rua do Cristal, às 21 e 30.
ARRECIADAS (Abrantes) — Sessão de esclarecimento, às 21.
ALGÉS — Sessão de esclarecimento no Grupo Cénico 1.º Acto, às 21 e 30.
AMARANTE — Sessão de esclarecimento no Grémio da Lavoura, às 21 e 30.
AVEIRO — Debate sobre o ensino no ginásio do liceu.
BAIRRO DE S. JOÃO (Aljustrel) — Sessão de esclarecimento, às 21.
BRANDOA — Sessão de esclarecimento no Pavilhão Polivalente, às 21 e 30.
CABANAS DE VIRIATO — Sessão de esclarecimento, às 21.
CABEÇA GORDA (Beja) — Sessão de esclarecimento, às 21.
CARAMULO — Sessão de esclarecimento, às 21.
CHAMUSCA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
ESMOJÃES (Anta, Espinho) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21 e 30.
FEIÕES (Chaves) — Sessão de esclarecimento, às 21.
FELGUEIRAS (Margaride) — Sessão de esclarecimento na Escola do Ciclo Preparatório, às 21 e 30.
FONTE DA PEDRA (Santarém) — Sessão de esclarecimento, às 21.
FREIRIZ (Vila Verde) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 e 30.
GALITOS (Barreiro) — Sessão de esclarecimento, às 21.
GUILHUFE (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21.
LORDELO (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21.
MACIEIRA (Mortágua) — Sessão de esclarecimento, às 20.
MARINHA GRANDE — Comício comemorativo do 18 de Janeiro, com o camarada Álvaro Cunhal.
MAZAREFES (Viana do Castelo) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
MELRE (Gondomar) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
OLIVEIRA DO HOSPITAL — Sessão de esclarecimento no salão dos bombeiros, às 21 e 30.
PALHEIRA (Açafarge) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
PEDRAS SALGADAS — Sessão de esclarecimento no salão de festas do Hotel Universal, às 21.
PENA MAIOR (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
PENICHE — Sessão de esclarecimento.
PERAFITA (Freixieiro, Matosinhos) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
POMBALINHO (Santarém) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
PONTE DA BARCA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
PRADO (Santa Maria, Vila Verde) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 e 30.
RIO DE MOINHOS (Aljustrel) — Sessão de esclarecimento, às 21.
SABÓIA (Odemira) — Sessão de esclarecimento, às 21.
SANTO TIRSO (Ponte Velha) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 e 30.
S. COSME (Gondomar) — Sessão de esclarecimento na escola de Vinhal, às 21 e 30.
SEIXO (Mira) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
SENDIM (Bragança) — Sessão de esclarecimento, às 21.
TAPELOS (Soure) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.
TERCENA Sessão de esclarecimento no Grupo Recreativo da Tercena, às 21 e 30.
TRAVANCAS (Chaves) — Sessão de esclarecimento, às 21.
TRINDADE (Beja) — Sessão de esclarecimento, às 21.
VENDA DO PINHEIRO (Mafra) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
VILA REAL — Sessão de esclarecimento com projecção de filmes sobre países socialistas no salão dos bombeiros, às 21 e 30.
VILARINHO (Lousã) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 20 e 30.

DOMINGO

A DOS FERNANDOS (Almodôvar) — Sessão de esclarecimento, às 16 horas.
ALDEIA DAS AMOREIRAS (Odemira) — Sessão de esclarecimento, às 15.
ATOUGUIA DA BALEIA (Peniche) — Sessão de esclarecimento.
ARGANIL — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 16.
BORBA (Évora) — Sessão de esclarecimento no pavilhão gimnodesportivo, às 16.
CAMBEDO DE ARRAIA (Chaves) — Sessão de esclarecimento, às 15 e 30.
CARRAGOSA (Bragança) — Sessão de esclarecimento, às 15.
CASTRO DE AIRE — Sessão de esclarecimento, às 16.
COVA DO VAPOR — Sessão de esclarecimento, às 15.
COLOS (Odemira) — Sessão de esclarecimento, às 18.
CREIXOMIL (Barcelos) — Sessão de esclarecimento na escola, às 15.
CROCA (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.
DEGRACIA (Soure) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 14 e 30.
FERREIRA DE CAPELINS (Alandroal) — Sessão de esclarecimento na escola, às 16.
FOROS DA BRANCA — Sessão de esclarecimento na colectividade, às 15.
FRANCE (Chaves) — Sessão de esclarecimento, às 15 e 30.
GATÕES (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento no Clube Gatonense.
MARTIM (Barcelos) — Sessão de esclarecimento, às 15.
MATOSINHOS — Sessão de esclarecimento na escola de Sendim, às 21 e 30.
MIRANDA DO CORVO — Sessão de esclarecimento nos bombeiros, às 17.
MOIMENTA (Vinhais) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
MONDIM DE BASTO — Sessão de esclarecimento, às 21.
MORA — Comício, às 15.
PEDREIRA (Felgueiras) — Escola velha, às 16.
PIAS — Sessão de esclarecimento, às 15 e 30.
RELÍQUIAS — Sessão de esclarecimento, às 21.
S. CRISTÓVÃO DO SELHO (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na escola, às 10.
S. MATEUS (Vila Nova de Famalicão) — Sessão de esclarecimento na escola, às 10.
SEPULIDE (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 15.
TORNEIROS (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na escola, às 10 e 30.
TRAFARIA — Sessão de esclarecimento no café do sr. Adrião.
TREZOI (Mortágua) — Sessão de esclarecimento, às 17.
VILA POUCA DE AGUIAR — Sessão de esclarecimento no cine-teatro, com projecção de filmes sobre países socialistas, às 21 e 30.
VILELA SECA (Chaves) — Sessão de esclarecimento, às 21.

SEGUNDA-FEIRA

OLHÃO — Comício no cinema, às 21 e 30.
PÓVOA DE S. MIGUEL (Moura) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.

TERÇA-FEIRA

BEIRE (Paredes) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21 horas.
PINHÃO (Alijó) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.

QUARTA-FEIRA

EVEDAL — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20 horas.
PORTO — Sessão de esclarecimento para os trabalhadores da Comec (ex-Corbat), às 18.
SANFINS (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.

- No dia 9, o cardeal-patriarca de Lisboa visitou em São Bento o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves. Trata-se da primeira visita efectuada pelo cardeal ao chefe do Governo.

- O problema dos exames de condução, relacionado com toda a questão do trânsito e da circulação rodoviária, foi objecto de dois decretos do ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Os textos legais prevêm a construção de um centro para os exames de condução que possa assegurar uma maior eficiência nos resultados necessários à obtenção da carta.

- A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna foi autorizada, por decreto, a efectuar as despesas emergentes da preparação e realização do próximo acto eleitoral para a constituição da Assembleia Constituinte, «dentro das verbas inscritas para o efeito no orçamento em curso e no próximo ano económico de 1975 do respectivo Ministério, sem precedência de quaisquer formalidades, incluindo o «visto» do Tribunal de Contas».

- Os trabalhadores de duas tipografias (Elo - Publicidade, Artes Gráficas, Lda. e a Tipografia Silvas) recusaram proceder à execução de um livro do general Galvão de Melo, encomendado pela Portugália Editora. O referido livro fora anunciado — juntamente com uma biografia daquele ex-membro da JSN — no boletim daquela editora que incluía a entrevista com o brigadeiro Saraiva de Carvalho e em que se denunciavam tomadas de posição, acerca de Moçambique, do general Spínola.

- No seguimento de certa polémica, demitiram-se dois elementos da Comissão Ministerial de Saneamento e Reclassificação do MEC, dr. Mário Dionísio e prof. Torre de Assunção. Ambos apontaram as dificuldades de proceder a um saneamento apenas na base dos diplomas legais existentes acerca do assunto. Não obstante o facto de ambos se encontrarem a trabalhar numa estrutura que permitiria uma maior colaboração crítica e a participação na resolução das limitações legais ao saneamento, preferiram demitir-se privando o MEC e o Governo Provisório da sua colaboração. O prof. Torre de Assunção invocou motivos de saúde. O dr. Mário Dionísio não.

- Foi criado por Decreto-Lei o Gabinete Coordenador para a Cooperação que funcionará adstrito à Presidência do Conselho. O gabinete terá como funções o apoio consultivo a todas as iniciativas ligadas com a cooperação entre Portugal e outros estados de língua portuguesa. Nomeados pelo Presidente da República, os membros do Gabinete terão um importante papel na análise das relações de cooperação entre o nosso país e as ex-colónias portuguesas, dentro do espírito de cooperação definido pelo Programa do MFA.

- Prosseguindo o alargamento do MFA a todos os sectores das Forças Armadas, manifesta-se grande actividade na classe de sargentos. Os sargentos da Força Aérea reuniram-se em plenário na passada segunda-feira, debruçando-se sobre vários aspectos concretos da sua situação e manifestando o seu inteiro apoio ao processo de democratização do País.

- O Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgou no dia 9 de de Janeiro um comunicado que incluía o texto de um acordo cultural e científico celebrado entre Portugal e a Roménia. O referido acordo abrange vários sectores de actividade — ensino, artes plásticas, investigação científica, informação — e prevê várias medidas concretas — bolsas de estudo, equivalência de títulos universitários, visitas, etc.

- O passaporte de emigrante, medida repressiva do fascismo que criou durante largos anos situações injustas a milhares de portugueses, foi finalmente extinto por decreto da secretaria de Estado da Emigração.

- Foi prorrogado até 31 de Março o regime de incentivos fiscais na aquisição de casas.

- Foi criado o Conselho Consultivo de Crédito que se destina a colaborar com o Governo e com o Banco de Portugal no estudo de medidas relacionadas com o funcionamento do sistema bancário. Os trabalhadores encontram-se significativamente representados no novo organismo através dos presidentes dos sindicatos de bancários.

- O ministro Costa Martins conferiu, posse aos directores-gerais do Trabalho e das Relações Colectivas do Trabalho, respectivamente, drs. Joaquim Penha e José Barros de Moura, e, ainda, ao inspector-geral do Trabalho, dr. Joaquim Correia.

- Em seguimento do encontro havido entre o ministro da Justiça e o núncio apostólico, no dia 2 do corrente, no qual, entre outros assuntos, se tratou da revisão da Concordata, o procurador-geral da República deslocar-se-á a Roma na próxima semana, a fim de ser recebido pelo órgãos competentes da Santa Sé.

- Segundo informações das agências noticiosas, o Governo da República Popular da China declarou que «acolheu favoravelmente» a declaração do Governo português acerca da soberania da República Popular sobre a ilha Formosa, acrescentando-se que «existe, ainda, uma diferença entre a atitude do Governo português e a posição consequente do Governo chinês quanto ao problema de Macau».

- Foi determinada a instauração de um inquérito às condições de trabalho dos controladores aéreos do aeroporto de Lisboa, após uma tomada de posição daqueles trabalhadores.

- Integrado num conjunto de acções contra a criminalidade, o COPCON desencadeou uma operação no bairro do Casal Ventoso para detecção de indivíduos implicados em acções criminosas comuns. A acção foi extremamente bem acolhida pela população que dispensou aos soldados participantes toda a colaboração e manifestou a sua concordância pela intervenção, uma vez que os habitantes da zona se encontram entre os principais atingidos pelos marginais que se acoitam no bairro.

- Foi aposentado compulsivamente o eng. José Estêvão Abranches C. do Canto Moniz, inspector-chefe de Obras Públicas do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes.

- Reuniu em Lisboa o Secretariado Nacional das Autarquias Locais que tomou várias decisões relativamente ao incentivar de contactos das autarquias com outras estruturas, nomeadamente a intersindical. Reunir-se-á em breve a Comissão Nacional que tomará decisões definitivas acerca do local de realização do anunciado Congresso das Autarquias Locais.

- Foi distribuído o n.º 3 do Boletim da Associação Portuguesa de Escritores, que inclui materiais acerca dos projectos de actividade daquela associação, entre os quais se conta a realização de um Encontro Internacional de Poesia em Lisboa.

- A fim de estudar aspectos relacionados com o incremento das relações de Portugal com a UNESCO, encontra-se em Lisboa o director do Departamento das Relações com os Estados Membros daquele organismo internacional.

- Foi anunciada a próxima reabertura da Bolsa de Lisboa. A medida enquadra-se no esforço de normalização da vida económica, mas os moldes especulativos que caracterizaram a vida da Bolsa nos últimos tempos do fascismo têm determinado grande prudência do Governo Provisório a fim de que estas medidas não venham a constituir elemento perturbador da estratégia antimonopolista adoptada pelo Programa do MFA.

- A Academia de Ciências de Lisboa reuniu a semana passada em sessão plenária. Discutiram-se os dois séculos de história da instituição e a sua situação quanto ao futuro. A ver vamos.

informação

Independências e saneamentos no Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça divulgou no dia 9 um comunicado em que tenta responder às críticas de diversos sindicatos e organizações políticas à decisão judicial de libertar alguns do capitalistas detidos em 13 de Dezembro.

Afirma o comunicado que «entende este Ministério não dever silenciar frente àquela série de intervenções que, pelos seus termos, são lesivas da dignificação e independência dos tribunais, que o Programa do Movimento das Forças Armadas consignou como um dos seus imediatos e essenciais objectivos. Não está em causa a justeza ou o rigor da decião proferida, da qual, aliás, o Ministério Público, como representante do Estado, logo recorreu; o que importa salvaguardar é a independência com que as decisões judiciais devem ser proferidas, dentro de um clima de serenidade, isenção e objectividade».

E prossegue:

É manifesto que as decisões dos tribunais não estão isentas de crítica. Só que tal crítica se deve processar de modo a não colidir com a independência e dignificação judiciárias que o Programa do Movimento das Forças Armadas, programa político do Governo e Carta Constitucional do Povo Português, consagrou e que cumpre agora ao Governo Provisório no seu conjunto reforçar e renovar em termos democráticos.

«O Ministério da Justiça, na qualidade de representante do Executivo no domínio da Justiça Civil, assegurará, neste sector, o integral cumprimento daquelas directivas constitucionais, indispensáveis à instauração de uma verdadeira ordem democrática em Portugal.»

Por outro lado, no dia anterior, o Ministério da Justiça divulgara um outro comunicado sobre o saneamento naquele sector e em que se afirma nomeadamente:

«Vários órgãos de comunicação social têm ultimamente feito eco de comentários ao processo de saneamento do funcionalismo dependente do Ministério da Justiça, apodando-o alguns de demasiado tímido e manifestando outros perplexidade por oito meses após o 25 de Abril, continuarem no exercício de funções juízes que serviram nos tribunais Plenários.

Com vista a um integral esclarecimento da matéria e em ordem a um rigoroso conhecimento dos factos, tem-se por bem trazer ao domínio público o seguinte:

a) Na sequência do Decreto-Lei n.º 277/74 e do Decreto n.º 366/74, foram até à presente data instaurados pela comissão deste Ministério para o saneamento e reclassificação 57 processos, havendo sido suspensos 24 funcionários, transferidos 4, aposentados compulsivamente 7 e demitidos 2.

b) Deve salientar-se que o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de Junho, garantiu, nos termos da lei, a natureza vitalícia e a inamovibilidade dos juízes dos tribunais ordinários em efectivação de funções, razão pela qual, quanto aos juízes que ness asituação se encontram, está o ministro da Justiça impossibilitado de actuar, bem como a própria Comissão Ministerial para o Saneamento e Reclassificação.

A situação daqueles juízes, enquanto não for alterada a lei que disciplina o saneamento — e em breve assim virá a acontecer —, só pode ser objecto de apreciação disciplinar por parte do Conselho Superior Judiciário, órgão ao qual compete velar pela disciplina da magistratura judicial e sobre o qual o ministro da Justiça nenhuma tutela exerce nem pretende exercer.»

As intervenções públicas do actual ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, caracterizaram-se, nos últimos tempos, pela defesa de alguns princípios jurídicos bastante curiosos, entre os quais se destacou a ramalhuda conclusão de que a unidade sindical é anticonstitucional. Estes dois comunicados produzidos pelo seu Ministério não podem deixar de causar algumas apreensões pelas concepções formalistas que a eles presidem — sendo lícito concluir que as mesmas concepções presidirão a todo o trabalho do Ministério.

Afirma-se nos comunicados que a dignificação da magistratura faz parte do programa do MFA e daqui se tiram conclusões extravagantes. Acontece que o poder judiciário faz parte da estrutura do aparelho de Estado, conclui um dos seus elementos repressivos. O aparelho judiciário do Estado fascista não é obviamente igual ao aparelho judiciário do Estado democrático: não é igual nas estruturas, não é igual nos métodos, não é igual nas pessoas. Quando o Programa do MFA defende a dignificação e independência da magistratura, refere-se (como elementarmente se conclui) à edificação de um poder judicial democrático que por ser democrático será dignificado e ao qual será assegurada a independência. O objectivo do Programa do MFA não é a «dignificação» ou a «independência» do aparelho judiciário fascista! Não parece que as Forças Armadas que derrubaram o fascismo e a forças democráticas que contra ele lutaram estejam interessadas em assegurar a «dignificação» e a «independência» dos juízes que de braço dado com a PIDE/DGS condenaram milhares de democratas nos tribunais plenários ou com os acusadores públicos que rotularam de criminosos os portugueses que se bateram contra a opressão e a exploração.

O Ministéério da Justiça vem declarar que está disposto a fazer intransigentemente aquilo que ninguém lhe pede e declara que não tem meios legais para fazer o que se lhe exige. É estranho. O Governo Provisório também não tinha meios legais para iniciar a democratização de Portugal — e criou-os.

Não é com formalismos, piruetas legais, que se assegurará a dignidade e independência da magistratura, não é pretendendo dignificar pessoas e sistemas que se desacreditaram durante 50 anos de fascismo que se dignificará a magistratura. É pelo contrário atalhando definitivamente pelo saneamento e criando um poder judicial mais interessado em servir o Povo e a Liberdade e menos preocupação com o respeito pelas leis fascistas.

Gestão democrática nas escolas

A Assembleia de Escola, o Conselho Directivo e os Conselhos Pedagógico e Científico são os órgãos de gestão, institucionalizados por um decreto-lei do Ministério da Educação e Cultura, nas escolas do ensino superior.

A Assembleia de Escola será constituída pelos docentes e investigadores não docentes, estudantes e funcionários (técnicos, auxiliares e administrativos) e cabe-lhe estabelecer as bases gerais da acção cultural, científica e pedagógica da escola, além da apreciação do relatório anual do Conselho Directivo.

De acordo com o decreto-lei, as deliberações da Assembleia de Escola são tomadas por maioria dos votos expressos, dispondo cada corpo — professores, estudantes e funcionários — do direito de voto, cuja deliberação deverá ser tomada em assembleia de corpo, expressamente convocada para o efeito, devendo a proposta de voto obter dois terços de votos favoráveis.

Entretanto, através de um documento distribuído aos sindicatos dos professores, o Ministério da Educação e Cultura considera prioritária a remuneração do professorado, devendo as conversações iniciar-se ainda no presente mês de Janeiro.

«Operação Nortada» e o renascer da liberdade

O clima reaccionário, de medo e opressão, que há longos anos se vive no distrito de Bragança, onde a liberdade conquistada em 25 de Abril ainda mal parece ter chegado, começa finalmente a ser derrubado e a dar lugar à consciencialização de um povo que ensaia os primeiros passos no caminho da democracia.

Este despertar para a nova realidade portuguesa é já sem dúvida um fruto da acção desenvolvida pelos militares da «Operação Nortada», que tiveram a coragem de alertar as populações contra o reaccionarismo da região.

Com efeito, apesar de já há algumas semanas «andar no ar» um sentimento de insatisfação no seio estudantil brigantino, só depois da presença dos militares os jovens parecem ter acordado, tomando medidas concretas que levem à concretização da exigência expressa pela maioria esmagadora da população escolar: o saneamento imediato de dois professores, a quem acusam de terem estado ligados a organizações fascistas.

Assim, em plenário realizado no salão de festas do liceu de Bragança, foi decidido por maioria o boicote às aulas dos referidos professores — Fernando Subtil e Ângelo Patrício.

Paralelamente, encarregados de educação e professores tomam posição de apoio aos jovens estudantes e constituem-se em comissão, numa reunião realizada no passado domingo.

Ao mesmo tempo, uma onda antifascista parece invadir a região e começam a ser conhecidos outros nomes de pessoas que estiveram comprometidas com o fascismo. Para além dos dois professores já referidos, a permanência do prof. Alberto Eugénio Vaz Pires como director do distrito escolar está a suscitar a mais viva indignação, tanto nos meios escolares como nos meios democráticos locais.

Mas não só nos meios estudantis o saneamento está por realizar. As autarquias locais, organismos, forças militarizadas e muito em especial no clero, elementos reaccionários continuam a desenvolver todos os esforços para impedir o avanço do processo de democratização. Nomeadamente, é o clero regional que mais tem contribuído, consciente ou inconscientemente, para manter o obscurantismo fomentado durante 50 anos pelo regime fascista, agitando o fantasma do «terror vermelho», utilizando o altar, lugares públicos e privados, para espalhar uma campanha antidemocrática.

São exemplos apontados pelas populações os padres Adérito, do Vimioso, e Ribeiro, de Mirandela, este último comandante da ex-LP, que têm vindo a desenvolver campanhas anticomunistas, anti-MFA, antidemocratização nacional.

O MFA e o actual processo político

O Boletim do Movimento das Forças Armadas publicou no seu último número um artigo intitulado «O MFA e o actual processo político» que a seguir transcrevemos:

«Em 25 de Abril o MFA apareceu à luz do dia, revolucionando a vida política e social portuguesa e apresentando ao País um programa revolucionário, que foi amplamente apoiado e referendado pelo povo.

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril não acaba nem pode acabar com as eleições para a Constituinte, o Programa do MFA é nisto bastante claro, ao afirmar no seu ponto 3 a) que «o período de **excepção** terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa»; isto significa que até lá **e portanto durante todo o ano de 1975 a direcção do processo compete ao MFA.**

Não deverão as actuais forças políticas atribuir às eleições para a Constituinte um significado diferente daquele que elas verdadeiramente têm. As eleições serão um acto político significativo, como um dos primeiros passos do povo português na aprendizagem da democracia, elas servirão objectivamente para o povo escolher os homens que irão elaborar a Constituição. Podia o MFA ter decidido nomear, ele, essas pessoas; não o fez porque pretende que o povo português comece o mais depressa possível a trilhar verdadeiramente um caminho democrático.

Apesar de toda a vontade e desejo de caminharmos o mais rapidamente possível para a democracia, não podemos confundir desejos com

realidade e não podemos portanto pretender que as eleições sirvam para a definição de linhas políticas que distorçam os objectivos determinados no Programa do MFA ou para uma reformulação do Governo, porque isto são atribuições do MFA de que ele não poderá abdicar enquanto durar o processo revolucionário, sem trair a responsabilidade que assumiu e a confiança que o povo nele depositou.

Se em qualquer altura são sempre de condenar todas as manobras eleitoralistas e a caça aos lugares, no nosso caso concreto, uma política no sentido «eleitoralista» é índice de não se ter compreendido, ou de se estar mesmo fora do processo revolucionário.

As eleições não vão encontrar as soluções para os grandes problemas nacionais, essas soluções, poderão encontrar-se pela verdadeira inserção das forças políticas progressistas no processo revolucionário e pela sua colaboração franca e aberta com o MFA em todas as medidas de carácter revolucionário que seja necessário tomar.

Na actual fase da vida política portuguesa, são inconvenientes e podem ser nocivos todos os procedimentos que pretendam defender interesses pessoais ou partidários em prejuízo do interesse geral e da unidade das massas trabalhadoras.

Fizemos o 25 de Abril para acabar com o fascismo e para trazer ao nosso povo a liberdade e melhores condições de vida e trabalho, para isto, nos batemos, para isto arriscámos a vida e para isto continuaremos a arriscá-la; não nos podemos esquecer que para alcançar os objectivos propostos é indispensável a continuação do processo revolucionário, ainda com maior vigor.

Apesar de uma certa inexperiência política temos a consciência das grandes dificuldades e dos obstáculos que nos aparecem no caminho da libertação do povo português do colonialismo, do fascismo e do subdesenvolvimento; temos consciência da pesada herança que o fascismo nos deixou.

Por isso não podemos aceitar que forças políticas bem mais experimentadas, não se apercebam dos verdadeiros problemas nacionais e não compreendam que só através da unidade das forças progressistas e da unidade do povo trabalhador eles se poderão resolver.

O MFA, através da campanha de dinamização cultural e esclarecimento político, levada a cabo pelas Forças Armadas, tem recebido sempre a confirmação, de que continua a interpretar fielmente as aspirações e anseios mais profundos do povo português.

Seguros deste dado fundamental continuaremos a desenvolver todo o nosso esforço, para reforçar cada vez mais a unidade das FA, a unidade do povo e a unidade FA-POVO; neste sentido não permitiremos que se verifiquem medidas ou manobras políticas com fins alheios ao interesse do povo e do País, tendentes a dividir o povo trabalhador e separá-lo das Forças Armadas. Faremos todos os esforços e sacrifícios necessários à unidade das classes trabalhadoras, combateremos todas as medidas tendentes a dividi-las.

Após o 25 de Abril as FA reencontraram a sua dignidade, reencontraram o seu povo, neste momento podemos considerar que são o braço armado do povo e estão prontas não só a defendê-lo contra qualquer agressão, como lado a lado com ele estão ensaiando os passos que nos levarão à Democracia e à verdadeira Independência Nacional. As FA e o seu movimento trabalham abnegadamente para que se alcancem os objectivos nacionais de democratização política e económica, descolonização e verdadeira independência. Disso já deram provas e continuam a dá-las diariamente, sacrificando muitos momentos de descanso e por vezes a própria família. Temos a consciência da extraordinária responsabilidade que assumimos perante o povo, e da total confiança que o povo em nós depositou saberemos assumir a nossa responsabilidade e sermos dignos dessa confiança, que nos dá forças para aumentarmos a nossa firmeza e determinação à medida que aumentam as dificuldades e obstáculos.

Sabemos que as Forças Armadas estão à altura da sua missão fundamental que é neste momento uma missão de natureza política, e sabemos também que as FA não hesitarão em empenhar-se cada vez mais no seu cumprimento, levando à transformação de toda a vida político-social portuguesa; pela nossa parte não há dúvida nem hesitações, mas esperemos que elas também não existam por parte da forças políticas. Esperamos que se saiba superar o egoísmo pessoal e/ou o sectarismo partidário, e que se saibam conjugar esforços para vencer este desafio histórico e para conduzir o nosso povo para a Democracia e o progresso social.

Prontos a vencer maiores obstáculos e a suportar maiores sacrifícios, esperamos igualmente que haja uma consciencialização generalizada das dificuldades a vencer e dos maus momentos a passar. Esperamos que, cada vez mais, os exemplos de dedicação e de trabalho sejam um estímulo para todos e de que cada vez mais a unidade dos que trabalham seja uma realidade dia a dia maior.

Temos a certeza de que o povo nos compreende e compreenderá, por isso ousamos apontar a via da unidade, do esforço abnegado e do trabalho para todos os que querem verdadeiramente construir um Portugal democrático, livre e independente.

Contamos sobretudo com a nossa capacidade e o nosso trabalho para vencermos todas as dificuldades. Deveremos contar essencialmente com os nossos meios e possibilidades nos planos que fizermos e nos objectivos que nos propusermos alcançar: assim teremos a certeza de não falhar. Se nos ajudarem, tanto melhor; porém, não poderemos fazer depender o êxito dos nossos planos, ou a definição dos nossos objectivos da ajuda externa. A experiência histórica ensina-nos que essa ajuda esconde muitas vezes a dependência. Se connosco quiserem cooperar em condições mutuamente vantajosas, estamos de braços abertos e desejamos vivamente essa cooperação; mas deveremos tirar todas as dúvidas, de que não venderemos a nossa dignidade, seja a preço de migalhas como no passado, seja por maior preço.

Consideramos condições necessárias para vencermos as dificuldades existentes e levarmos a bom termo a nossa missão as seguintes:

— Unidade e coesão revolucionária das FA;

— Unidade FA — POVO e aliança com as forças democráticas progressistas.

— Desenvolvimento e fortalecimento das organizações sociais incluindo sindicatos;

— Eleições verdadeiramente livres;

— Firmeza na defesa da democracia e na defesa da descolonização;

— Intransigência no ataque à reacção.

Desde o 25 de Abril até hoje têm-se dado passos significativos para que estas condições se verifiquem; no entanto, teremos que continuar o trabalho quer dentro das FA conquistando-as completamente para o espírito do MFA, quer no seio do povo estreitando cada vez mais a unidade fundamental para o desenrolar de todo o processo.

Deveremos, igualmente, ser firmes, para impedir que a liberdade seja usada contra a democracia e contra a descolonização para tomarmos as medidas revolucionárias que forem necessárias, não nos deixando enlear na teia do legalismo fascista. Não poderemos hesitar no julgamento revolucionário dos crimes nacionais cometidos pelo sistema fascista.

Como síntese do que ficou temos que:

— O actual processo político é um processo revolucionário que não terminará com as eleições da Constituinte, mas continuará muito para além delas;

— É ao MFA por intermédio dos seus órgãos revolucionários. Comissão Coordenadora do Programa, Conselho Superior e Assembleia, a quem compete a direcção do actual processo revolucionário;

— É nas FA e no seu Movimento que o povo deposita confiança para que se alcancem os objectivos indicados no programa;

— As FA estão firmemente unidas e determinadas para atingir os objectivos de descolonização, democratização política e económica e independência nacional;

— A missão fundamental das FA durante o período de excepção, é de natureza política;

— As forças políticas deverão formar uma frente progressista e envidar todos os esforços na realização dos objectivos nacionais indicados.

— Deveremos contar, sobretudo, com as nossas forças, as nossas possibilidades, capacidades e meios, não ficando à espera e dependentes da ajuda externa, para a construção da democracia em Portugal.

— Deveremos estimular tudo o que leve à unidade e coesão revolucionária das FA, bem como à unidade FA — POVO:

— Não podemos pôr em causa o processo revolucionário e a Democracia por excesso de democratismo;

— A nossa capacidade da vigilância, firmeza e determinação revolucionária têm de estar sempre prontas a ser postas à prova;

— A liberdade não pode ser usada para atacar e liquidar a ainda débil democracia.»

Criado o Conselho de Informação

Por despacho do ministro da Comunicação Social foi criado neste Ministério o Conselho de Informação, constituído pelo secretário de Estado da Comunicação Social, subsecretário de Estado, director-geral da Informação, director-geral da Cultura Popular e Espectáculos, director dos Serviços de Informação, presidente do conselho de administração da Radiotelevisão Portuguesa, presidente da direcção da Emissora Nacional e director da ANI.

Segundo o texto do despacho, competirá ao novo órgão:

«a) Proceder periodicamente à análise e debate da forma como a opinião pública nacional e estrangeira vem sendo informada, especialmente em matéria de informação governamental.

«b) Analisar os resultados das sondagens de opinião pública empreendidas por entidades públicas ou privadas, sempre que tais sondagens se reportem a questões relacionadas com a política de informação.

«c) Identificar aspectos e problemas específicos para os quais sejam necessários acções concertadas e em profundidade, no sentido de neutralizar informações inexactas e tendenciosas.

«d) Sugerir e programar acções concertadas de esclarecimento e mobilização da opinião pública, a serem empreendidas pelo Ministério da Comunicação Social e demais órgãos de comunicação social dependentes do Poder Público.»

A criação do Conselho de Informação pode vir a constituir um importante incentivo para a dinamização de um sector em que o Governo Provisório tem defrontado algumas dificuldades. Na realidade, se tem sido inequívoca a posição progressista dos profissionais da Informação na sua generalidade e se a Imprensa e a rádio têm desempenhado um importantíssimo papel no processo democrático encetado no 25 de Abril, ao nível dos órgãos de comunicação social dependentes do aparelho de Estado a situação tem sido bastante diferente. Concretamente na RTP e na Emissora Nacional têm-se assistido ao surgimento de problemas de variada ordem, desde injustificáveis atrasos no saneamento, até à complacência com oportunismos de várias matizes. O PCP denunciou já mais de uma vez o surgimento de posições não só anticomunistas como contrárias ao Programa do MFA na programação da TV e os recentes programas acerca da legislação sindical demonstram exuberantemente de que forma a RTP pode ser — e está a ser — usada para interesses próprios.

Por outro lado, a chamada — prevista no despacho — aos trabalhos do Conselho de Informação de elementos qualificados dos vários sectores da informação permitirá certamente dar uma maior operacionalidade e eficiência à política de informação oficial.

Saúde pública, um direito a conquistar

Vai realizar-se, em fins do próximo mês de Fevereiro, o I Congresso Nacional de Saúde, que terá como ponto principal o lançamento das bases para a criação de um Serviço Nacional de Saúde, ao qual tenham acesso todos os cidadãos.

Os organizadores consideram a realização deste congresso um acto «eminentemente político, pois a teia de interesses que se imbricam nas actividades ligadas à saúde só poderá ser destruída por meio de claras medidas político-económicas de conjunto e nunca com meras disposições técnico-administrativas de circunstância».

A comissão coordenadora integra, além de diversas associações profissionais, nomeadamente sindicatos, representantes do PCP, do PS, do MDP/CDE e do PPD.

Com o Congresso visa-se «esclarecer e mobilizar as populações, incluindo os próprios trabalhadores da saúde, tendo particularmente em conta a situação alarmante do País em matéria de saúde e as suas razões globais».

Aprovado o Orçamento Geral do Estado

Foi tornado público o decreto-lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 1975. O preâmbulo daquele diploma justifica vários aspectos do orçamento e esclarece as diferenças de critério que presidiram à sua elaboração relativamente ao período fascista. Afirma-se nomeadamente:

«Como facilmente se compreende, a elaboração do Orçamento Geral do Estado para 1975 sofreu o impacte de toda a reorganização dos serviços públicos do País que surgiu com a revolução do 25 de Abril. A nova estruturação de alguns Ministérios, a integração ou mudança de serviços e a criação de novos departamentos a inscrever no orçamento fizeram com que, sob o ponto de vista puramente administrativo, se apresentasse particularmente trabalhosa a preparação do documento orçamental.»

E mais adiante:

«Julga-se, porém, necessário frisar que a administração financeira do Estado terá de adoptar princípios mais ordenados no que concerne às alterações orçamentais, pelo que se prevê que, salvo os casos de meras transferências de verbas dentro do orçamento de cada Ministério, as mesmas devam ter lugar apenas três ou quatro vezes por ano. Evitar-se-á, desse modo, a frequência assustadora com que em 1974 se procedeu a abertura de novos créditos, o que fez com que, na prática, o orçamento inicial se fosse quase que semanalmente alterando, tornando assim particularmente difícil o controlo orçamental que se impõe.

Cabe aqui dizer que era prática adoptada pelo regime deposto orçamentar determinadas verbas com valores subavaliados, como era o caso das despesas extraordinárias da defesa, para durante o exercício reforçar tais gastos que, desse modo, surgiam com menos realce na altura de apresentação do Orçamento. Tal prática, como é evidente, não foi agora adoptada, traduzindo o Orçamento a estimativa real de encargos e de receitas que neste momento é possível fazer.

O documento friza ainda a redução das despesas militares e a mobilização de verbas oficiais para investimentos do interesse geral para a economia nacional.

Acerca do orçamento, o ministro das Finanças fez uma intervenção na TV em que explicitou alguns aspectos do plano. Nomeadamente a respeito do aparecimento do défice, disse o dr. Silva Lopes:

«Nós, portugueses, não estamos muito acostumados a ouvir falar em défice orçamental, porque, no Governo do regime deposto, essa palavra era banida do nosso vocabulário económico e financeiro. Era banida, graças a um artifício que nós também poderíamos utilizar. É que juntava-se o produto do empréstimo orçamentado às receitas. Portanto, as receitas apareciam graças a esse contributo dos empréstimos a um nível muito superior àquele, que, de outra forma, seria registado e, dessa forma, nunca défice. Ora, se nós acrescentássemos o produto dos empréstimos a esse número, também não teríamos défice. Portanto, no que respeita ao aparecimento de um défice no orçamento, não se trata de uma coisa nova, existia já no passado, em valores inferiores àquele que agora é apresentado, mas não houve aqui, do ponto de vista da estrutura orçamental, nenhuma diferença. Houve apenas uma mudança da designação [...]

A CIMEIRA DO ALGARVE

PASSO DECISIVO PARA A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

O último grande passo para a completa liquidação do colonialismo português em África e para o fim do processo de descolonização iniciado com o triunfo do 25 de Abril toca o seu termo com a realização da cimeira do Algarve.

A luta do povo de Angola pela sua libertação do jugo colonial português convergiu com a luta vitoriosa do nosso próprio povo contra os opressores comuns, e hoje, no Portugal liberto do fascismo, o episódio da Penina não é outra coisa senão o diálogo entre povos irmãos em busca das soluções que melhor sirvam os seus interesses comuns.

Um diálogo de importância histórica para soluções nada fáceis de uma situação complexa.

É que em Angola convergem hoje interesses contraditórios, com as suas linhas de força divergentes, e encontrar o fulcro dos interesses superiores da independência exigiu dos negociadores um grande e paciente esforço de superação das questões secundárias e todo um trabalho prévio de desbravamento do caminho por forma a garantir à cimeira do Algarve o necessário êxito.

As conversações de Mombaça haviam permitido já avançar, por cima dos diferendos, para objectivos comuns imediatos. Apesar das divergências ideológicas que separam os três movimentos que vieram ao Algarve discutir com os representantes portugueses o futuro imediato do seu país, foi possível encontrar, sobre o próprio solo africano, o vínculo da unidade para superar a etapa actual da descolonização de Angola. Esse vínculo foi o «programa» comum.

«Não há uma identidade ideológica entre os três movimentos — disse à Imprensa Sahyd Mingas, membro do Comité Central do MPLA — o que temos de comum é o programa apresentado ao Governo português.»

Sobre esta base a questão das negociações com o Governo português estava naturalmente simplificada, pesem os difíceis problemas que foram objecto das negociações. Conhecidas as divergências, melhor se pode compreender a grandeza do esforço comum para o entendimento realizado pelas diversas partes à mesa das negociações.

À semelhança de Moçambique, um regime transitório vai agora governar Angola até à independência total. À altura de fecharmos o «Avante!» não são ainda conhecidos os termos exactos do acordo final, mas são já do conhecimento geral os moldes complexos do Governo de Transição que vai governar nesta fase o futuro país angolano.

Seria erróneo pensar que todas as principais dificuldades do futuro Estado de Angola ficarão vencidas com o acordo do Algarve. Problemas como os da reconversão das forças guerrilheiras do MPLA e da FNLA num exército unificado e do seu comando, o problema de Cabinda e outros, particularmente o da ameaça do neocolonialismo, que vem, por conhecidos canais, da parte do imperialismo estado-unidense, exigem das novas forças dirigentes de Angola, em particular as mais representativas dos interesses profundos do povo angolano, uma grande vigilância e uma firme decisão para a conquista definitiva e a defesa da independência do novo Estado.

Em especial, a questão de Cabinda, pela avidez dos interesses que disputam as suas principais riquezas e pela situação estratégica que ocupa próximo da embocadura do Zaire, merece uma grande atenção, não só às forças mais progressistas da nova nação angolana como das próprias forças democráticas portuguesas, estas, pelo menos, durante o período de transição para a completa independência de Angola previsto nos acordos da Penina.

Sabe-se que o império da Gulf não se contenta com a exploração exclusiva do petróleo angolano e que trabalha activamente para pôr de pé um pretenso movimento de «libertação» de Cabinda, sob a direcção da FLEC, uma organização fantoche, que se propõe lutar pela «independência» do enclave.

Cabinda é parte inalienável do território de Angola, decidiram os participantes da cimeira do Algarve e isso é já um compromisso de princípio que todos os democratas portugueses, militares e civis, não podem deixar de aplaudir.

Na órbita dos interesses comuns dos povos de Angola e Portugal, o que se passa na conferência da Penina assume uma relevância particular. Portugal democrático e livre e Angola livre e independente têm diante de si uma larga via de amizade e cooperação pacífica.

«Não podemos esquecer — disse Agostinho Neto na sua mensagem ao povo português — que os povos português e angolano foram vítimas de um mesmo sistema colonial-fascista e que, de formas necessariamente diferentes participaram num combate comum, o que justifica a existência e o futuro estreitamente dos laços de amizade, de fraternidade e de cooperação entre os dois povos.»

O novo Portugal democrático e Angola livre e independente poderão desenvolver no futuro relações frutuosas. Culturais e comerciais, em todos os ramos em que os interesses dos dois povos coincidam e, naturalmente, no estabelecimento de laços sólidos ao serviço da liberdade, da independência e da paz, muito pode ser feito nas novas condições saídas do acordo da Penina.

O PCP sempre manteve os mais sólidos laços com os patriotas angolanos que heroicamente se bateram pela independência da sua Pátria e acabam de ver triunfar a sua causa, designadamente com o MPLA, o mais lídimo representante do povo e dos trabalhadores angolanos.

Daqui saudamos todos os lutadores pela causa da independência, da liberdade e do progresso do povo de Angola, em especial o MPLA e o seu digno dirigente e amigo do povo português, Agostinho Neto, pelos felizes resultados até agora obtidos.

«EM CABO VERDE, O PAIGC TEM O APOIO INDISCUTÍVEL DAS MASSAS POPULARES»

— AFIRMOU VASCO CABRAL AO «AVANTE!»

Vasco Cabral, comissário de Estado da Economia e Finanças da República da Guiné-Bissau e membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC (Bureau Político), esteve de passagem por Lisboa, na sua viagem para Bruxelas, a fim de assistir a uma reunião de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico com a Comunidade Económica Europeia.

Muito embora o tempo fosse curto para tratar de assuntos oficiais que o fizeram desviar-se a Lisboa e para rever numerosos amigos que o procuravam após longos anos de ausência, o responsável pelo sector económico da Guiné-Bissau acedeu com agrado a responder a algumas perguntas da reportagem do «Avante!»

Assim, relativamente às dificuldades que atravessa presentemente a jovem nação e depois de recordar que tinham uma experiência de administração resultante da luta armada e que no presente importa a reconstrução nacional e a criação de instituições que se organizem no sentido da defesa do povo da Guiné-Bissau, acrescentou:

Ao tomarmos conta de todo o poder no território da Guiné tivemos de enfrentar dificuldades iniciais, algumas das quais ainda se mantêm, dado que tomámos zonas ocupadas pelo inimigo onde a população não estava tão politizada e, embora o nosso Partido tivesse sempre actuado e fosse um pólo de atracção, o certo é que não podia proceder senão clandestinamente, o que limita a eficácia e a actuação. Além disso a população dos centros urbanos, vivendo debaixo da engrenagem colonialista, sofreu as próprias consequências desse facto. Os funcionários públicos, por exemplo, não tinham hábitos de trabalho como os que são necessários para uma verdadeira reconstrução nacional. Tinham certos vícios — corrupção, falta de disciplina, burocratismo —, enfim, falta de hábitos sãos de trabalho. Essa uma das dificuldades que tivemos de enfrentar e estamos a enfrentar: mudar a mentalidade das pessoas, criar uma nova consciência e uma nova atitude em relação ao trabalho, criar hábitos novos que levem as pessoas a um espírito maior de cooperação voltado para o progresso da sua terra. Por outro lado encontrámos as dificuldades que são normais numa fase de transição que é a necessidade de mudar as leis colonialistas mas que não podemos mudar de um jacto. Contudo, abolimos tudo aquilo que colide com a nossa soberania e que constitui um travão para o progresso do nosso povo ou que, de qualquer modo, contraria o princípio fundamental da nossa luta que é o princípio da unidade Guiné-Cabo Verde.

Os colonialistas deixaram-nos um país atrasado

Analisando depois as dificuldades no plano económico e financeiro, *porque os colonialistas nos deixaram um país atrasado, com analfabetismo, com miséria, sem estruturas*, Vasco Cabral acrescentou:

Além disso, na economia dos colonialistas o que predominava era a actividade comercial através da qual certas empresas realizavam grandes lucros animadas de um espírito de ganância e sem a preocupação dos interesses do nosso povo. Nós, portanto, enfrentamos uma dificuldade que é a necessidade de abolirmos esse mesmo espírito ou converter a mentalidade que existe nesse sector transformando-a no sentido de defender os interesses do nosso povo. Por outro lado, existem poucos estudos sólidos sobre a existência das nossas riquezas e sobre a maneira de aproveitar os nossos recursos. Os que existem são insuficientes e estamos a trabalhar noutros para podermos dar uma orientação justa à nossa economia e para sabermos quais são os recursos de que dispomos. Pensamos que é muito importante, na fase actual da nossa economia, desenvolver a agricultura que é a base principal do nosso povo, pois cerca de 90 por cento da população vive da agricultura. Temos também de aproveitar a riqueza hidroeléctrica dos rios, coisa com que os colonialistas nunca se preocuparam, prospectar as riquezas do subsolo e utilizar essas riquezas no sentido do desenvolvimento do país. Temos de criar as indústrias, quase inexistentes. No plano financeiro estamos numa fase de austeridade em consequência desta fase de transformação que nos criou algumas dificuldades. Por exemplo, o orçamento que era para ser apresentado em Janeiro ficou decidido que só será apresentado em Junho. No entanto, algumas medidas já foram tomadas para benificiar as massas e, muito particularmente, as camadas mais desfavorecidas da população. Aumentámos os salários dos funcionários públicos de categoria mais baixa e os abonos de família. Eliminámos contudo os abonos de família para as categorias mais elevadas. E estamos a estudar uma remodelação de salários. Ao mesmo tempo, estmos a integrar os armazéns do povo — que foram uma experiência válida durante a luta pela libertação nacional — no panorama da nossa economia no qual eles jogam o papel primordial que tinham no passado durante a luta de libertação nacional mas agora extensivos a todo o território. Pensamos, igualmente, desenvolver o nosso comércio externo e conquistar novos mercados e já foram tomadas iniciativas nesse sentido. Foram elaborados alguns projectos com vista ao desenvolvimento do nosso país. No plano económico, tanto a cooperação com Portugal como as relações com os países africanos, os países socialistas, escandinavos e árabes, o panorama é promissor.

O povo de Cabo Verde manifesta-se pela unidade

Referindo-se à situação dos portugueses na Guiné-Bissau, Vasco Cabral confirmou que, inicialmente, se tinha verificado um certo êxodo mas que presentemente muitos regressam para ficarem, principalmente comerciantes, verificando-se que também os originários da Guiné que estavam em Portugal e noutros locais, como Angola e Moçambique, estão a voltar à sua terra natal para ajudarem a reconstrução que se impõe fazer com a ajuda de todos.

Seguidamente, o nosso interlocutor abordou a situação em Cabo Verde onde, segundo afirmou, a perspectiva é bastante boa. E depois de ter feito referência ao Governo de Transição recentemente criado e no qual estão integrados ministros do PAIGC, Vasco Cabral afirmou:

Mas a situação actual e real em todo Cabo Verde é que o PAIGC é a força decisiva e tem o apoio indiscutível das massas populares. Por outro lado, os militantes do PAIGC controlam todas as actividades. O povo de Cabo Verde manifesta-se pela unidade da Guiné-Cabo Verde e isso será uma realidade dentro em breve. Então será formada no arquipélago uma assembleia nacional popular, como já existe na Guiné, passo decisivo para a criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné e Cabo Verde que será o órgão supremo no nosso país. Toda esta evolução oferece perspectivas novas para o desenvolvimento do nosso país para se pôr cobro a uma situação de obscurantismo e para criar as condições para o futuro progresso da Guiné-Cabo Verde.

O PCP LEGALIZADO

Segundo um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado do passado dia 10, o Partido Comunista Português viu confirmada a sua legalização, sendo assim o primeiro partido político a ser reconhecido oficialmente como tal.

Encerra-se, pois, um processo legal iniciado em 26 de Dezembro último, quando uma delegação do nosso Partido entregou no Supremo a documentação para o efeito exigida por lei, no quadro do regime revolucionário iniciado em 25 de Abril.

PEQUENOS E MÉDIOS COMERCIANTES REUNIDOS EM ENCONTRO NACIONAL

Analisar a situação em que se encontram os pequenos e médios comerciantes, procurar em conjunto soluções para os problemas com que se debatem, unir e organizar a classe para lutarem ao lado das massas trabalhadoras contra o grande capital os monopólios e os latifúndios, verdadeiros inimigos do Povo Português, foram os objectivos definidos na conferência de Imprensa realizada pelo Partido Comunista Português no passado dia 14, ao informar os órgãos de informação da iniciativa de realizar em Lisboa, no próximo dia 19, no Instituto Superior Técnico, pelas 9 horas da manhã, o 1.º Encontro Nacional dos Pequenos e Médios Comerciantes.

Os elementos da Comissão de Iniciativa dos Pequenos e Médios Comerciantes do PCP — Fernando Cortês César de Azevedo, Domingos Carvalho, Augusto de Sousa, Jacinto Martins, João Almada, Carlos Lourenço, Joaquim Roque e António José Caetano —, que receberam os órgãos de Informação, abordaram alguns aspectos da difícil situação em que aquela classe se encontra, enfraquecida pela dispersão, pressionada entre os privilégios dos grandes monopólios, subjugada ao crédito bancário, estrangulada pelos cortes da banca, pelo galopar dos encargos, numa total insegurança social.

A realização deste 1.º Encontro Nacional — **aberto a todos os pequenos e médios comerciantes, com ou sem vinculações partidárias, sem distinção de credos religiosos ou políticos** — será o princípio de um trabalho em que há que ouvir, há que dialogar e em que se pretende conhecer a situação de muitos milhares de pequenos e médios comerciantes e tentar encontrar soluções, traçar perspectivas em comum, buscar garantias de futuro.

O fundamental, como afirmou Augusto de Sousa ao encerrar a conferência, **é definir quem é o inimigo — os MONOPÓLIOS — e mobilizar todas as camadas da população cujos interesses são contrários aos mesmos, na luta comum dos reais interesses do País.**

OPERÁRIAS DA CAMODA LUTAM CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Operários falando com funcionários do Ministério do Trabalho

As operárias da CAMODA — empresa de confecções situada na Póvoa de Santo Adrião — ocuparam as instalações da fábrica na passada sexta-feira, na sequência de um processo desencadeado com a tentativa da administradora em despedir uma das operárias e, posteriormente, face à oposição daquelas ao despedimento da companheira, ter ameaçado as trabalhadoras com um despedimento colectivo.

Perante esta atitude da administradora, *madame* Bárbara (filha do dono da empresa, o sr. Franz Denk), e também devido a factos estranhos que vinham ocorrendo, como, por exemplo, o caso da mercadoria produzida em Portugal com matérias-primas nacionais ser enviada para a Alemanha sem se verificar o envio dos lucros correspondentes, como seria normal, as operárias da CAMODA decidiram pedir a intervenção do Ministério do Trabalho.

A Inspecção de Trabalho, que, no sábado passado, se deslocou às instalações da fábrica, mostrou-se favorável à posição assumida pelas operárias, estando em curso uma sindicância àquela empresa.

Entretanto, durante a permanência dos delegados do MT na fábrica, a administradora afirmou que levantava a ameaça dos despedimentos, mas que iria declarar falência jurídica. Como tivesse também declarado que, se quisesse podia retirar material da fábrica, porque tudo aquilo lhe pertencia, as operárias decidiram manter a ocupação da empresa até que o Ministério do Trabalho se pronuncie sobre o futuro da mesma.

A luta das operárias da CAMODA é uma luta que se repete de norte a sul do País, em muitas outras empresas, mostrando com uma frequência cada vez maior a necessidade imperiosa de se tomarem medidas eficazes contra a sabotagem económica, na defesa dos trabalhadores e dos reais interesses do Povo Português.

EVOCAÇÃO DE ABEL SALAZAR

Realizou-se no dia 13, no cinema Batalha, pelas 21.30 horas, a anunciada sessão pública de homenagem a Abel Salazar, integrada no programa de âmbito nacional que o PCP, MDP-CDE e PS organizaram para relembrar essa extraordinária figura de humanista que à causa da liberdade e da democracia sacrificou títulos e honrarias.

«Símbolo de lisura, de probidade, de singeleza e bondade; modelo de isenção e abnegação» — assim definiu o prof. dr. Alberto Saavedra ex-presidente da Sociedade Divulgadora da Casa-Museu de Abel Salazar, a personalidade ímpar que foi recordada. Durante a reunião, usaram da palavra o prof. Rui Luís Gomes, pintor Amândio Silva e drs. Óscar Lopes e António Coimbra, que se referiram ao artista, ao pensador, escritor e cientista, bem como representantes dos três partidos políticos promotores da homenagem: eng.ª Virgínia de Moura (PCP), dr. Armando Bacelar (PS) e dr. Raul de Castro (MDP-CDE).

Do programa fez parte também a projecção do filme «Abel Salazar, Pintor de Realidades» e a actuação do coral da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a direcção do maestro Borges Coelho.

A PRESENÇA DO PCP NAS ILHAS ADJACENTES

Apesar de o 25 de Abril ainda não ter chegado a muitas zonas das Ilhas Adjacentes e da reacção se encontrar fortemente implantada em importantes sectores, desenvolvendo todos os esforços para impedir o proceso de democratização em curso no nosso país, a semente do movimento popular de massas nas Ilhas Adjacentes começa a germinar, apoiada no partido de vanguarda das classes trabalhadoras o Partido Comunista Português.

São exemplos dos progressos conseguidos as frequentes realizações de sessões de esclarecimento promovidas pelas organizações do nosso Partido naquelas Ilhas, que contam cada vez mais com a adesão massiva das populações locais. É significativo, por exemplo, o ocorrido numa sessão de esclarecimento realizada em S. Sebastião, na ilha Terceira, onde estiveram presentes cerca de 400 pessoas na quase totalidade camponeses. Quando alguns elementos da reacção local tentaram boicotar a sessão fazendo provocações e procurando lançar a desordem foi a intervenção de democratas da terra que levou os provocadores a abandonarem o recinto, provocando um grande aplauso do público.

As sessões de esclarecimento realizadas na ilha do Faial testemunham bem o interesse da população em ser esclarecida, patente nas numerosas questões sobre o Partido Comunista Português e o seu Programa, sobre a construção do socialismo e do comunismo, nomeadamente no que respeita à propriedade dos camponeses pobres e sobre diversos aspectos da actual Revolução Democrática em Portugal bem como questões respeitantes à possibilidade de se ser simultaneamente cristão e comunista e às grandes conquistas do campo socialista mundial em especial da União Soviética.

Também na cidade da Horta a população aderiu em massa à primeira sessão de esclarecimento promovida pelo PCP. A sala do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores do Distrito da Horta foi demasiado pequena para conter as centenas de pessoas que lá acorreram, sequiosas de informação. Após a intervenção inicial da mesa sobre a linha da orientação definida pelo nosso Partido, foram temas de debate a ditadura do proletariado e a democracia socialista, tendo assumido especial relevo a insistência com que muitos assistentes puseram a questão da necessária unidade das forças democráticas em Portugal, como o PCP tão insistemente tem defendido.

De assinalar também a sessão realizada nas instalações da Capitania do Porto da Horta, a pedido dos trabalhadores que asseguram aqueles serviços marítimos.

Os factos mostram de forma inequívoca como o trabalho desenvolvido pelos camaradas da DORIA (Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes) e das diversas organizações do PCP começa a dar os seus frutos, despertando as populações para a nova realidade portuguesa, mobilizando-as para a importante tarefa de reconstruir o país em que vivemos.

O CAMARADA GIEREK VISITA O NOSSO PAÍS

A convite do Presidente da República, chega amanhã a Lisboa, o camarada Edward Gierek, primeiro secretário do Comité Central do Partido Unificado Operário da Polónia.

Trata-se de uma visita de alto significado para o nosso País, visto ser a primeira vez que o chefe de Estado de um país socialista vem a Portugal. Esta visita é bem um símbolo das grandes transformações operadas no nosso País, após o derrubamento do fascismo.

O camarada Gierek, durante dezasseis anos operário das minas de carvão, viveu emigrado durante vários anos, na França e na Bélgica, tendo então sido um activo militante da luta antifascista. Regressado à Polónia em 1948, começou a trabalhar junto do CC do Partido Comunista, ao mesmo tempo que tirou o curso de engenheiro de minas. É membro do CC do PUOP desde 1954, foi eleito seu secretário em 1956 e, pouco depois, membro do Bureau Político. O seu alto cargo actual ocupa-o desde 1970.

PROPOSTAS SOBRE O SERVIÇO CÍVICO EM REUNIÃO PROMOVIDA PELA UEC

Algumas centenas de estudantes — candidatos ao 1.º ano da Universidade — reuniram-se no Porto, num encontro promovido pela União dos Estudantes Comunistas, com vista a, através de um debate amplo e colectivo, se chegar a propostas de concretização e classificação do Serviço Cívico Estudantil.

Conforme um comunicado distribuído pela UEC, foram aprovadas as seguintes conclusões, no que se refere à organização do Serviço Cívico Estudantil:

«Estruturas a organizar — Intersindical; estudantes (através das suas estruturas representativas); Governo; MFA; autarquias locais, serviços públicos, ligas camponesas (onde existam), União das Cooperativas e individualidades competentes através dos seus organismos; quanto a locais de trabalho — foi depois aprovada a seguinte moção: no sentido de definir concretamente as tarefas e os locais prioritários em que os candidatos ao 1.º ano da Universidade podem dar a sua colaboração através do Serviço Cívico Estudantil (SCE), o encontro desses mesmos estudantes, realizado no dia 10 de Janeiro de 1975, promovido pela União dos Estudantes Comunistas apela às autarquias locais, entidades responsáveis da administração e organizações de massas para que definam o mais rapidamente possível as necessidades de solução mais prementes das populações nos respectivos sectores.

Apontam-se, no entanto, como mais prováveis as regiões do Norte e Centro do País.

Necessidades dos estudantes que vão para o SCE: A situação dos Estudantes nestas condições deverá ser equiparada ao de um recruta no serviço militar, com alojamento e alimentação garantidos, salário igual e redução nos transportes. Os rapazes terão redução no serviço militar.

Campos de acção: critérios: deve ter-se em conta vários aspectos, como a idade e o sexo dos estudantes que participarão no Serviço Cívico Estudantil e, sempre que possível, as tarefas relacionadas com o curso que irão seguir. Em último caso, no entanto, serão os estudantes a decidir no acto de inscrição. Campanhas de enfermagem, educação sanitária, vacinação, apoio a escolas e centros de convívio da 3.ª idade, apoio a hospitais distritais e suddistritais,, levantamento de doenças endémicas e epidémicas, análise de águas, electrificação, levantamentos estatísticos das populações, levantamentos topográficos e de solos, terraplanagem, construção de esgotos e de bairros, participação em obras feitas pela população, amplas campanhas de alfabetização, animação de bibliotecas populares, controlo de preços, formação e dinamização de cooperativas e integração nas Campanhas de Dinamização Cultural do MFA.»

TRABALHADORES-ESTUDANTES EM ENCONTRO NACIONAL

Por iniciativa da Intersindical e do MJT, vai realizar-se nos dias 22 e 23 de Fevereiro o ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES, que deverá ser a jornada final de um período de trabalho intenso e dinâmico, nas Escolas, nas Empresas e nos Sindicatos.

A luta por uma integral democratização do ensino — afirma-se num comunicado conjunto do Secretariado da Intersindical e da Comissão Central do MJT — *é parte integrante de uma crescente democratização da sociedade portuguesa.*

Desde já e tendo em conta, por um lado, os objectivos a longo prazo e, por outro, a fase de transição que vivemos, consideramos que são possíveis e necessárias medidas concretas que façam avançar o processo de democratização do ensino, no sentido de o colocar ao serviço das classes trabalhadoras. Concretamente, são urgentes e possíveis medidas no sector do ensino nocturno.

Daí a iniciativa de realizar este Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes (...).

Será para isso necessário mobilizar e dinamizar as estruturas democráticas já existentes (associações, comissões pró-associação, comissões de gestão, comissões sindicais e pró-sindicais) e levar à criação de outras (grupos de trabalho, comissões pró-Encontro).

Assim se reforçará e ampliará a organização associativa e sindical. Assim se poderá cimentar a colaboração entre trabalhadores-estudantes e professores progressistas. Assim será possível que as medidas concretas, apontadas ao Governo Provisório para que as aplique, sejam o resultado fiel e mobilizador da participação de amplas camadas de trabalhadores.

INICIATIVAS EDITORIAIS

O PENSAMENTO POLÍTICO DE SALVADOR ALLENDE

A recolha dos principais textos de Allende

N.º 7 dos Cadernos Pontos de Vista

Preço 25$00

informação

- Na Colômbia, a Câmara dos Representantes pediu ao Governo que restabeleça rapidamente as relações diplomáticas com Cuba.

- Prossegue em Israel a repressão contra os adversários da política anexionista nas terras árabes ocupadas. Desta feita, um tribunal de Jerusalém condenou a doze anos de cadeia o chefe da Igreja greco-católica desta cidade, arcebispo Ilarios Kapucchi. Entretanto, mais de duas mil mulheres palestinianas detidas desde 1967 em Israel mandaram um telegrama de protesto ao secretário-geral da ONU, exigindo o fim das torturas a que os presos estão submetidos.

- O ministro da Energia e Minas do Brasil anunciou o aumento do preço da gasolina em onze por cento. Recorde-se que, desde a guerra no Próximo Oriente em 1973, a gasolina aumentou no Brasil 150 por cento.

- Acentua-se cada vez mais a grave situação de desemprego nos Estados Unidos. Números recentes, e oficiais, indicam que na semana de 23 a 28 de Dezembro foram pedidos 813 mil subsídios de desemprego, o que equivale a mais 135 mil do que na semana precedente e quase o dobro da mesma semana em 1973.

- Através de um comunicado conjunto divulgado em Paris, o Vietcong e os nacionalistas cambojanos anunciaram o aumento da sua cooperação na luta contra os governos fantoches dos respectivos países, militar e financeiramente apoiados, como se sabe, pelo imperialismo americano.

- A Dinamarca continua com um Parlamento extremamente fragmentado, estando nele representados nada mais nada menos do que dez partidos, nenhum deles com uma maioria que permita uma estabilidade governamental. Os resultados das últimas eleições confirmaram os sociais-democratas e os liberais de direita como as formações mais representativas.

- O Governo da Índia reconheceu oficialmente a OLP (Organização de Libertação da Palestina).

- Através do seu órgão central «Nuestra Palabra», o Partido Comunista Argentino pronunciou-se favoravelmente à constituição de um governo composto de civis e militares e de ampla coligação democrática, de molde a encaminhar o país para uma sociedade mais justa e verdadeiramente respeitadora das aspirações populares.

- No decorrer de uma visita oficial ao Líbano, o presidente Assad da Síria reafirmou a decisão do seu país em auxiliar os libaneses contra os ataques israelitas.

- A estrela de Kissinger vai empalidecendo. E já se apontam sucessores para o secretário de Estado americano. Um deles poderia ser Elliot Richardson, recentemente nomeado por Ford para embaixador em Londres.

- O Senegal e a jovem e vizinha República da Guiné-Bissau assinaram onze acordos, que resultam dos trabalhos de uma comissão mista criada pelo tratado de amizade e cooperação guineense-senegalês assinado em Novembro de 1973. Os acordos abrangem os campos económico, cultural, político e de segurança.

- O Japão, segundo tudo indica, vai consumir petróleo árabe por preços menores do que outros países, na medida em que as empresas japonesas independentes passarão a negociar directamente com os governos árabes, sem recorrer às grandes firmas petrolíferas internacionais. Acentua-se a concorrência entre o capitalismo nipónico e o capitalismo americano...

- A farsa da «abertura política» continua em Espanha. Depois de três outras «associações», uma quarta, que se afirma defender os interesses dos camponeses e das pequenas e médias empresas, anuncia a sua constituição. Os seus promotores, claro, são todos membros do Movimento, isto é, pela Falange. Os camponeses e pequenos e médios empresários espanhóis já podem dormir descansados...

- Pela primeira vez, um país será oficialmente representado no Vaticano por uma mulher. Trata-se da ugandesa Bernadette Olowo, de 27 anos, que é assim a primeira embaixatriz a ser aceite pela Curia Romana, que até agora só tem aceite a existência de representações masculinas.

- O expansionismo e o «chauvinismo desenfreado de grande potência» da China foram denunciados por Y. Tsedembal, primeiro-secretário do Partido Comunista Mongol. Num artigo publicado na revista soviética «Problemas do Extremo-Oriente», Tsedembal, relativamente aos problemas fronteiriços entre os dois países, evoca «a grande inquietação dos mongóis perante as actividades dos soldados chineses, que violam a fronteira, derrubam ou deitam fogo a florestas inteiras e fazem entrar no território da República Popular da Mongólia animais atacados de doenças infecciosas.»

- O ministro canadiano da Indústria e Comércio considerou uma intolerável ingerência nos assuntos internos do seu país as objecções recentemente levantadas por Washington à venda de equipamento industrial a Cuba por uma empresa subsidiária norte-americana no Canadá. Até com os seus próximos amigos o imperialismo americano enfrenta dificuldades.

- Numa entrevista concedida à revista «Fuer Dich», da RDA, Fany Edelman, secretária-geral da Federação Democrática Internacional das Mulheres, declarou que um dos principais objectivos do Ano Internacional da Mulher é contribuir para arrancar da sua situação os milhões de mulheres que, em todo o mundo, vivem ainda hoje em «escravatura, ignorância e opressão». Acentuou: «Esperamos que nas acções a desenvolver participem não apenas os movimentos femininos, mas todas as organizações sociais e políticas interessadas no progresso da mulher.»

- No Salvador, explodiram bombas na capital e em diversos pontos do país. Os atentados são atribuídos pela Polícia à organização clandestina Forças Populares de Libertação. Uma das bombas provocou danos consideráveis na sede do partido oficial, Conciliação Nacional.

- Numa iniciativa em favor do povo chileno em luta, a exposição itinerante do Conselho Internacional de Associações Gráficas (ICOGRADA) visitará a capital da RDA. A exposição, cujo tema é «O Cartaz ao Serviço da Humanidade», inclui cerca de 300 trabalhos de artistas de quinze países.

- Trinta e cinco técnicos de onze países da Europa, África e Próximo e Extremo-Oriente doutoraram-se em 1974 na Universidade Técnica de Dresde, na RDA. Os licenciados são originários, nomeadamente, da Índia, Iraque, Egipto, Líbano, Sudão, Bulgária e URSS. Além de milhares de estudantes da RDA, frequentam actualmente a escola mais de 200 estudantes de 58 países.

- A Comunidade Económica Europeia (CEE) vai estabelecer em breve contactos directos com o COMECON (Conselho de Assistência Económica dos Países Socialistas).

- Segundo um informador do Serviço Federal dos Impostos norte-americanos, o ex-presidente Richard Nixon ainda não pagou os seus impostos relativos ao ano de 1969.

- O Congresso venezuelano debaterá em Março próximo a possibilidade de a indústria petrolífera vir a ser nacionalizada. E tudo indica que esta seja a solução a adoptar.

- Decorrem em Havana as conversações entre Eduard Gierek, secretário-geral do PC polaco, e Fidel Castro, secretário-geral do PC cubano. Entretanto, Gierek recebeu o galardão Jose Marti, a mais alta condecoração do Governo cubano.

- Descontentes com o pré e as condições de vida, soldados franceses estacionados a Oeste do Reno, na antiga zona de ocupação francesa, desfilaram numa manifestação de protesto pelas ruas da cidade alemã de Karlruhe. As autoridades militares francesas consideraram o incidente de extrema gravidade, e afirmam que a manifestação não foi espontânea, mas sim organizada pelas esquerdas...

- Em Bruxelas, mais de 6 mil pessoas desfilaram pelo centro da cidade protestando contra as despesas feitas pelo Governo com as despesas militares, nomeadamente a anunciada compra de novos aviões bombardeiros.

- O conhecido Franz-Josef Strausss, presidente do partido alemão das direitas União Social Cristã, encontra-se em visita oficial à República Popular da China.

- Durante uma singela cerimónia realizada em Havana, o Prémio Ana Betencourt, da Federação das Mulheres Cubanas, foi entregue a Cármen Pereira, viúva de Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e grande obreiro da República da Guiné-Bissau.

- Foi apresentada uma petição ao Supremo Tribunal do Vietname do Sul, requerendo procedimento judicial contra a mulher do presidente Thieu, acusada de transacções ilegais de propriedades.

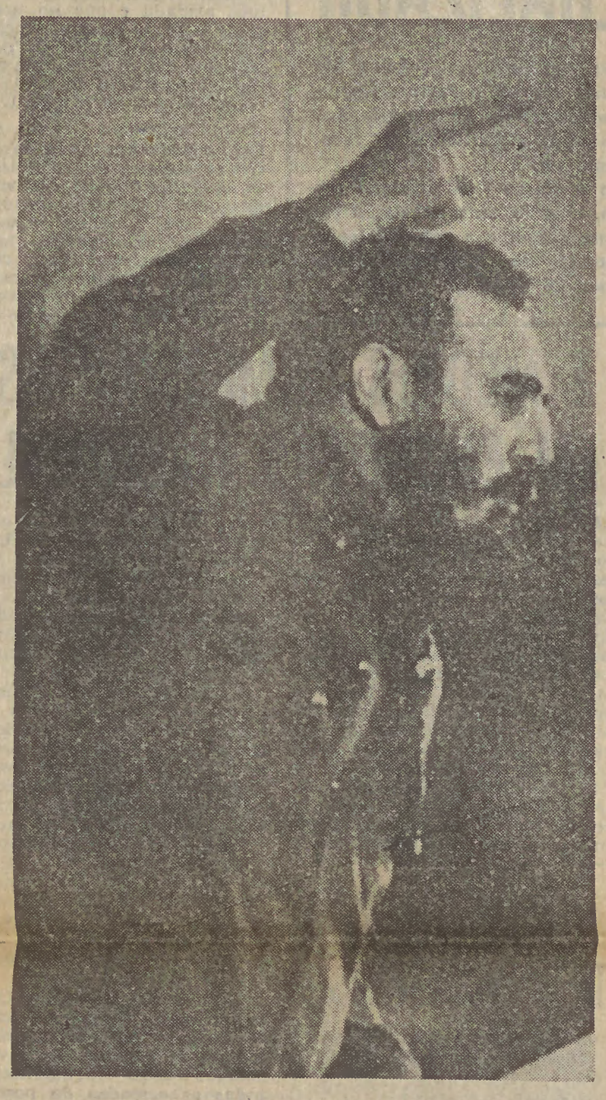
- A Imprensa norte-americana revelou, citando uma fonte governamental, que os Estados, violando um acordo já com dois anos, têm continuado a efectuar voos de reconhecimento sobre o Vietname do Norte.

Fidel Castro pronuncia-se sobre a situação na América Latina

A nova lei de comércio externo aprovada nos Estados Unidos causou um coro de protestos em muitos países latino-americanos, nomeadamente na Venezuela e no Equador, aparentemente os mais prejudicados. Falando perante uma delegação de jornalistas mexicanos de visita a Havana, o camarada Fidel Castro referiu-se largamente não só a este problema concreto mas também à situação geral na América Latina, na qual o imperialismo americano luta por manter os privilégios económicos que vêm do passado, mas que cada vez são mais postos em causa pelos povos oprimidos do Sul.

Salientou Fidel:

«Penso que muitos países compreendem agora melhor o significado do boicote económico contra Cuba. Quando os Estados Unidos de súbito



retiraram a quota cubana do açúcar e a distribuíram por muitos países latino-americanos nenhum protestou. Todos receberam benefícios, digamos, dos despojos da economia cubana.

Agora, a actual medida discriminatória surge e muitos países reagem, e bem, com indignação. Na nossa posição, tanto política como moral, sentimos que o direito está plenamente do nosso lado e que se justificam quaisquer medidas que adoptemos.»

Referindo-se à possibilidade de a discriminatória lei ser debatida numa sessão da OEA especialmente convocada para o efeito, salientou:

«Esta é uma circunstância muito especial e curiosíssima. Parece que estes Governos tencionam ir à OEA para acusarem os Estados Unidos de agressão económica. É realmente interessante. É um espectáculo novo. Vejamos o que acontece.»

Fidel abordou a eventualidade de uma agressão americana contra Cuba. A este respeito, salientou:

«Os norte-americanos receberam muitos golpes por todos os lados e já não estão numa posição que lhes permita aventuras bélicas e agressivas onde lhes apeteça.»

Sobre o que se tem passado nos últimos anos em Cuba — invasões, sabotagens, subversão e bloqueios, sob iniciativa americana:

«É claro, tivemos de nos aprontar para nos defendermos da agressão norte-americana. Se tivéssemos fraquejado, eles ter-nos-iam engolido, mas pudemos ser suficientemente fortes.»

Referindo-se à diversidade do movimento revolucionário nos diversos países, Fidel Castro, acentuando as íntimas relações existentes entre Cuba e a União Soviética — «o país que nos apoiou nos momentos críticos decisivos» —, acrescentou:

«A História é governada por leis e todos os processos socialistas se baseiam em premissas semelhantes, embora não haja dois países onde os processos decorram da mesma maneira.

Não é possível copiar dogmaticamente a solução de outro país, mas os princípios que governam um processo revolucionário são os mesmos e há uma doutrina, precisamente a que criticou o capitalismo e estabeleceu as bases e princípios para a luta revolucionária.

Isto é, não há neo-socialismo. Há um único socialismo. Há uma única doutrina científica, que é o marxismo-leninismo.»

O camarada Castro abordou ainda a actual crise do imperialismo:

«Esta é uma situação única, numa nova situação, porque, pela primeira vez, o imperialismo, o capitalismo, enfrenta os dois problemas, a inflação e a recessão, ao mesmo tempo. Agora a sociedade de consumo que eles criaram começa a desapontar muitas pessoas, grande número das quais começa a repensar as coisas.»

Os nacionalistas rodesianos não estão sós

As recentes conversações de Lusaka sobre o futuro da Rodésia foram agora postas em causa pela decisão do Governo ilegal de Salisbúria em suspender as libertações de prisioneiros que desde há tempos vinha a efectuar. Com o pretexto de que o acordo de cessar-fogo não estava a ser cumprido, Lardner Burke, ministro da Lei e da Ordem, disse ter tomado a decisão de «não libertar mais ninguém». Assim, cerca de 320 prisioneiros continuam nas cadeias e nos campos rodesianos, só tendo sido libertados cerca de 60 nacionalistas.

É significativo que esta decisão tenha sido tomada poucos dias antes dos encontros a realizar com o Comité Central do Conselho Nacional Africano, a fim de preparar a prevista Conferência Constitucional. Aliás, é curioso verificar a natureza do pretexto invocado pelo regime de Salisbúria, quando o próprio gabinete de Ian Smith impediu recentemente, na altura da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico à Zâmbia, que ele se encontrasse com os dirigentes nacionalistas.

A verdade é que os racistas de Salisbúria recorrem a todos os meios para manter os privilégios da minoria branca que governa o país. E, à falta de outros, o argumento da força continua a ser o seu preferido. No passado dia 10, interrogado a este respeito, o encarregado da Defesa rodesiana não desmentiu operações em curso na Alemanha Federal para recrutar mercenários destinados a enquadrar as tropas rodesianas.

Acontece que a relação de forças na África Austral se modificou. E na última sessão da Conferência de Libertação da Organização de Unidade Africana, o presidente tanzaniano, Julius Nyerere, afirmou que o regresso à luta armada seria inevitável, se as autoridades rodesianas não aceitassem um governo maioritário para resolver o problema constitucional. Quanto a Samora Machel, presente na reunião, não teve dúvidas em afirmar que, caso não fosse encontrada uma solução pacífica, Moçambique estava disposto a auxiliar a luta armada no Zimbabwe. Os nacionalistas rodesianos não estão sozinhos.

O regime franquista em dificuldades

Em Espanha, nos últimos dias, têm sido quase diárias as confrontações violentas entre as forças policiais e trabalhadores descontentes com o Governo. As zonas mais afectadas pela tensão social são as de maior densidade operária e de maiores tradições de luta contra o franquismo, mas noutras igualmente irrompe a revolta popular.

Em Barcelona, operários de empresas como a Seat, a Lavis e a Hispano-Olivetti saem para a rua, enfrentam a Polícia que carrega sobre eles e efectua prisões. A administração da Seat tinha anunciado o despedimento de 398 trabalhadores e a suspensão de 19 500, durante uma semana e sem vencimento, devido a terem participado numa greve de um dia em apoio de reivindicações salariais. Numa das manifestações de rua, participaram cerca de quatro mil operários da maior fábrica de automóveis de Espanha, reforçados por grupos de estudantes universitários, tendo a Polícia sido obrigada a disparar balas de borracha.

Os metalúrgicos das Astúrias têm feito greves intermitentes, e os patrões encerraram duas oficinas, em Gijon e la Felguera. O descontentamento acerca da forma como têm sido conduzidas as negociações acerca dos contratos de trabalho trouxe para a rua, em Saragoça, cinco mil operários de diversas empresas. Em Navarra, o número de trabalhadores despedidos nos últimos dias ultrapassa já largamente o milhar, estando em curso greves em vinte empresas.

Como se constata, o panorama não oferece dúvidas. A classe operária e os trabalhadores, o povo espanhol, escondem cada vez menos a sua oposição ao regime franquista, o qual se vê minado por contradições que já não sabe como resolver. As anunciadas medidas de liberalização, conforme era fácil de prever, longe de resolverem as dificuldades do regime mais as acentuaram, na medida em que denunciaram a sua incapacidade para encaminhar o país para a sociedade democrática que o povo deseja. Apesar de toda a sua demagogia, os próprios governantes não escondem uma certa intranquilidade, e, ainda recentemente, numa entrevista ao jornal «ABC», o chefe do Governo, Arias Navarro, confessou não estar «plenamente satisfeito com a maneira como as coisas decorreram durante o seu primeiro ano à frente do Governo».

Não foi por acaso que há dias um semanário espanhol divulgou uma sondagem à opinião pública segundo a qual muitos espanhóis têm opiniões contrárias à legislação vigente em Espanha ou à política governamental sobre assuntos políticos vitais ou questões morais. Aliás — noticia a ANI — desde que o Governo permitiu, o ano passado, a publicação de sondagens deste tipo, já se averiguou que a maioria dos espanhóis é pela nacionalização das principais indústrias e bancos; advoga o encerramento das bases militares norte-americanas em solo espanhol; apoia a legalização do divórcio; gostaria de escolher as autoridades em eleições directas; pugna pelo pluralismo político; quanto a preferências políticas, a maioria dos que responderam às sondagens optou pelo socialismo.

O franquismo é incapaz de resolver os principais problemas do povo espanhol; o descontentamento cresce; o medo desaparece; são cada vez em menor número os que acreditam numa «evolução» do regime; a classe operária reforça a sua organização e intensifica a sua luta. O franquismo tem os dias contados.

O fascismo não morreu

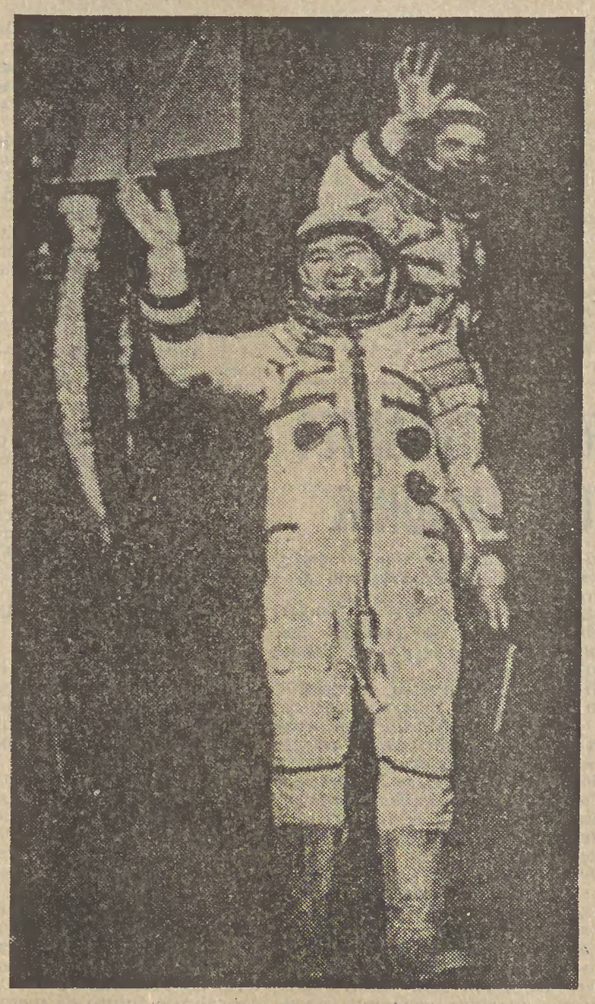
Nos últimos dias, rebentaram bombas em Salónica, na Grécia, e em Milão, na Itália, tendo em ambos os casos os atentados terroristas sido reivindicados por organizações extremistas da direita. Felizmente não se registaram vítimas mas, naturalmente, houve pânico entre as populações. A existência em Itália da organização fascista Ordem Nova é bem conhecida, e as autoridades gregas estão a investigar as possíveis ligações no seu país com aquela sinistra «irmandade do crime».

Entretanto, o Ministério da Justiça italiano revelou terem sido detidos quatro compatriotas, que participaram, na cidade francesa de Lyon, numa reunião da organização fascista clandestina Ordem Nova Europeia, cujo objectivo é acabar com os regimes democráticos actualmente existentes na Europa e instaurar sistemas totalitários semelhantes aos de Hitler e de Mussolini. Os delegados presentes na referida reunião pertenciam à Suécia, Dinamarca, Bélgica, Holanda, França, Suíça, Alemanha Federal, Espanha, Itália, Checoslováquia e Jugoslávia.

Como salta à vista, o perigo da extrema-direita na Europa está longe de ter desaparecido. Os nostálgicos do passado, os exaltadores das «raças superiores» e de outros mitos semelhantes, não morreram com a guerra, e ei-los que se agrupam e conspiram para edificarem em liberdade as suas estátuas de homenagem aos tristemente célebres «heróis» do nazismo e do fascismo. Trata-se de uma verdadeira ofensiva da reacção, a qual, como se sabe, em muitos países da Europa está escudada nos próprios poderes constituídos. Só a unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, a organização e firmeza dos partidos e forças progressistas, poderão travar tal ofensiva. E perante estas notícias que nos vêm de longe, não podemos deixar de sorrir de certos ingénuos (quando é só de ingenuidade que se trata...) que, aqui mesmo entre nós, num país que ainda há poucos meses era para todo o mundo um símbolo do fascismo, afirmam que o perigo das direitas já não existe...

Missão espacial soviética ao serviço da paz

Pela quarta vez, uma tripulação de cosmonautas soviéticos instala-se numa estação orbital Salyut. Os homens no espaço são Alexis Guvarev e Gueorgy Gretchko, ambos de 43 anos. A Salyut estava no espaço desde os



últimos dias do ano passado, enquanto a nave Soyuz-17 que transportou os cosmonautas largara de território soviético no passado dia 10. A missão destina-se à concretização de um vasto programa de experiências e de pesquisas científicas.

Solidariedade internacional com o povo chileno

A repressão terrorista no Chile segue a par com o afundamento económico do país. O regime fascista de Pinochet quase não deixa passar um dia sem que novas detenções sejam realizadas, ao mesmo tempo que as condições de vida da classe operária e dos trabalhadores em geral se deterioram cada vez mais. Nos últimos dias registaram-se novas prisões, todas elas, como é hábito, sob o pretexto de actividades comunistas. Onze cidadãos, incluindo, nomeadamente, professores e estudantes, foram detidos na cidade de Curico, sob o pretexto de terem organizado uma Frente da Resistência Civil contra o Governo Militar. Entretanto, prosseguem também os julgamentos: doze militares foram condenados a penas que os-

cilam entre os 180 dias e os quinze anos, acusados de colaborarem com a esquerda chilena. A pena mais pesada (15 anos) recaiu sobre um sargento, enquanto dois tenentes-coronéis foram condenados um a três anos e outro a 270 dias de prisão. Noutro julgamento, um advogado cristão progressista foi condenado a quatro anos.

Ismaria Gonzalez, deputado venezuelano do Partido de Acção Democrática, que teve recentemente oportunidade de visitar o martirizado país, confessou que, pelo que pudera observar, a violação dos Direitos Humanos é cada vez mais intensa, enquanto cresce também o descontentamento geral. E acentuou: «O povo chileno vive numa atmosfera de incerteza e ansiedade, constantemente perseguido pela Polícia Militar. A pequena actividade sindical existente está completamente dependente de autorização dos comandos militares.»

Perante a situação que não cessa de se agravar, torna-se cada vez mais imperioso reforçar a solidariedade internacional com o povo chileno. Uma forte determinação neste sentido tem sido patente entre as forças progressistas de todos os países, e com os seus resultados: ainda há dias a Junta se viu obrigada, perante as pressões recebidas, a soltar dois ex-ministros de Allende, Clodomiro Almeida e Jorge Tapia.

Também ao nível de certas organizações específicas essa determinação não tem sido esquecida: é o caso do Tribunal Russel, reunido pela primeira vez para denunciar os crimes do imperialismo americano no Vietname, e que agora se debruça sobre situações semelhantes na América Latina, nomeadamente no Chile e no Brasil. No decorrer de uma das sessões foi revelado, por exemplo, que desde Setembro de 1973 foram mortos 20 mil chilenos, presos 150 mil, expulsos 14 mil e despedidos 90 mil trabalhadores!

Por outro lado, uma comissão internacional vai reunir-se pela terceira vez no próximo mês, no México, a fim de também «julgar» os crimes da Junta Militar e da oligarquia que a apoia. Da comissão organizadora fazem parte Samuel Sivs, da Academia de Ciências da URSS, Marko Jasskeleinen, da Finlândia e Alfredo Varela, da Argentina, incluindo-se entre os participantes legisladores, juristas e dirigentes políticos e estudantis de diversos países. O presidente mexicano Echevarria presidirá à sessão inaugural..

A resistência e o espírito de luta do povo oprimido, a solidariedade internacional de tantas formas manifestadas são uma garantia de que a hora da libertação não tarda. O Chile vencerá!

Presos políticos torturados no Uruguai

De vários sectores e países surgem denúncias à situação no Uruguai. No ano passado, o custo de vida aumentou 103 por cento e a situação das classes exploradas degrada-se cada vez mais. Ao mesmo tempo, o regime fascista de Bordaberry não tem outra resposta a dar aos protestos populares que não seja uma brutal repressão. Não há cadeias que cheguem para o número de encarcerados por motivos políticos — mais de 6 mil — sendo as autoridades obrigadas a recorrer, para o efeito, a vagões de caminho-de-ferro e a barcos... Entretanto, num documento recente, a Federação Mundial dos Sindicatos lembra que a Federação Sindical do Uruguai desde há um ano que se vê obrigada a trabalhar na clandestinidade, e denuncia as torturas a que os presos políticos estão sujeitos no Uruguai. Afirma o documento: «O regime de Juan Maria Bordaberry exprime a sua crueldade nos dirigentes operários como Jaime Perez, membro do actualmente encerrado Parlamento Nacional, que foi selvaticamente torturado na sede da Polícia de Montevideu.»

O regime de terror, constituído de civis e militares de direita, imposto ao povo do Uruguai, enfrenta dificuldades crescentes, que lhe vêm tanto da firme oposição e resistência no interior, à frente da qual se destacam a classe operária e os nossos camaradas do PCU, como da ampla solidariedade internacional, de que a notícia acima é exemplo. A recente libertação do camarada Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai, foi já uma grande vitória, que constitui um poderoso incentivo para o reforço da luta popular no Uruguai. E só a luta dos povos oprimidos — no Uruguai como no Chile — poderá levar de vencida as ditaduras que, com o apoio americano, ainda sobrevivem na América Latina.

Sindicalismo europeu e dólares americanos

Um antigo funcionário da CIA revelou em Washington que esta organização abria e lia a correspondência de dirigentes sindicais americanos, a fim de vigiar a utilização que estava a ser dada ao dinheiro por ela destinado aos sindicatos europeus anticomunistas. Os subsídios eram canalizados através de organizações sindicais americanas. Segundo as revelações, a correspondência violada era a de George Meany, presidente da maior federação sindical americana, Jay Lovestone, antigo dirigente da AFL-CIO, e Irving Brown, o conhecido (tristemente conhecido) representante dessa organização na Europa.

Esta notícia vale por si e dispensa desenvolvidos comentários. Mais uma vez se prova a descarada interferência do imperialismo americano nos meios do sindicalismo europeu que lhe são adversos, isto é, que defendem os verdadeiros interesses dos trabalhadores e não aceitaram a sedução dos dólares. Trata-se de factos incontroversos, e só espanta que haja (há-os em Portugal) quem, na prática e objectivamente, defenda os mesmos objectivos das organizações e dos sindicalistas enfeudados à estratégia imperialista do divisionismo dos trabalhadores, e depois se reclame do socialismo...

COMO FUNCIONA NA URSS A DEMOCRACIA SOCIALISTA

Quando um partido chega ao Poder, a sua natureza de classe nota-se na sua atitude para com a democracia, nos órgãos de Poder que ele estabelece, nos métodos de administração do Estado, no papel que cabe às organizações sociais e na concretização dos direitos e das liberdades do homem.

A atitude que o Partido Comunista da União Soviética tomou em relação à democracia vê-se nos esforços insistentes para desenvolver todas as suas formas, tanto nos moldes do Estado como no de organizações públicas.

O envolvimento das amplas massas populares, através do próprio Partido Comunista, nas actividades políticas e estatais constitui uma das vias mais importantes de desenvolvimento da democracia socialista e um meio de garantir uma activa participação dos operários, camponeses e da «inteligência» no governo do Estado. É exactamente no Partido que milhões de trabalhadores recebem as suas aulas de educação política, inteirando-se de fundamentos e de métodos de administração que, mais tarde, servem de base para o seu trabalho no aparelho do Estado, na economia ou na vida social.

Cerca de quatro milhões de comunistas, ou seja um quarto de toda a sua força numérica, trabalham nos órgãos dirigentes do País. Aí estão amplamente representados, em todos os níveis, os operários e os camponeses. Nos CC dos partidos comunistas das repúblicas federadas, nos «comités» do partido dos territórios e das regiões, eles constituem cerca de 30 por cento; nos «comités» do partido dos distritos, cidades e bairros, a sua parcela vai até 40 por cento, atingindo a metade nos «comités» do partido e nas direcções das organizações de base.

Cinquenta milhões de soviéticos participam no governo do Estado e de organizações públicas

O PCUS, que observa rigorosamente as normas da democracia dentro do partido, serve de exemplo para o resto da sociedade. Ele empenha todos os esforços para elevar mais ainda o papel dos sindicatos, do Komsomol e de outras organizações públicas no fortalecimento das bases legislativas da democracia socialista, procurando envolver as mais amplas massas do povo no governo do Estado e da sociedade.

Eis algumas das estatísticas relativas à composição dos órgãos de administração estatais e públicos na URSS: 2,2 milhões de soviéticos são deputados dos Sovietes, desde os locais até o Soviete Supremo; 32,8 por cento dos deputados são operários; 17,9, camponeses, 11,5 milhões de pessoas são activistas sindicais, 6 milhões de jovens trabalham nos órgãos do Komsomol. Acrescente-se, ainda, os 6,1 milhões de reuniões permanentes que tratam dos problemas de produção e se realizam nas empresas. E isto não é tudo ainda. Mesmo levando em consideração que uma parte das pessoas trabalha simultaneamente em órgãos diferentes do Estado e públicos, concluímos que mais de 50 milhões de soviéticos, ou seja, um entre cada duas pessoas que constituem a população activa, participam, de um modo directo, no Governo do Estado ou de organizações públicas.

O PCUS concretiza, consecutivamente, os preceitos leninistas sobre a concessão do poder absoluto aos Sovietes. O Partido procura que eles produzam um impacto cada vez mais sensível sobre o fomento económico e cultural, contribuam para a elevação do bem-estar do povo, melhorem as condições de vida e de lazer da população, façam respeitar as normas de vida social e as leis socialistas. A lei sobre o estado civil dos deputados, aprovada há pouco tempo, ampliou consideravelmente os seus poderes. Ao mesmo tempo o partido faz com que as actividades dos Sovietes se realizem sob um controlo permanente das massas populares. Os órgãos executivos apresentam, de um modo regular, relatórios das suas actividades aos Sovietes, os quais, por sua vez, informam das suas actividades o eleitorado em reuniões de que participam, cada ano, dezenas de milhões de soviéticos. Trata-se de um vivo exemplo dos esforços, por parte do partido, para atribuir às actividades dos Sovietes um carácter verdadeiramente democrático.

O Partido Comunista, o Estado e as organizações públicas têm o mesmo objectivo — o de construir o comunismo. Contudo, no sistema político do socialismo, cada uma destas instituições tem um papel e uma função diversos que correspondem à sua natureza social e ao conjunto dos interesses públicos a que eles atendem. O Partido Comunista, que considera a confusão destas funções tão nociva à causa do socialismo como qualquer oposição de um instituto sociopolítico a outro, procura resolver este problema através da elevação do papel e da responsabilidade de todas as organizações partidárias, estatais ou públicas pela execução da sua missão.

As relações do PCUS com os órgãos de governo representativos, com o do Governo do Estado ou com as organizações públicas possuem um carácter democrático mas não administrativo. Isso decorre da natureza sociopolítica do partido e da própria natureza do socialismo considerado em termos de um regime social e político. Assim, ele é definido pela Constituição soviética, pelo Programa e pelos Estatutos do PCUS. E assim ele é na prática.

As mais amplas massas confiam no Partido

O PCUS actua como o guia das massas, o *leader* e o organizador colectivo da vida social. O partido não substitui os órgãos do Estado ou organizações públicas. Ele elabora e oferece ao povo a sua política, decisões cientificamente baseadas dos problemas momentosos que a sociedade enfrenta, servindo, por outro lado, de organizador político na sua concretização.

Este trabalho é feito pelas organizações e grupos do partido através dos comunistas que trabalham na máquina do Estado e nas organizações sociais de todos os níveis. O partido põe-lhes a tarefa de realizar activamente as suas funções, não marcar passo no trabalho, assegurar, com o seu próprio exemplo ou pela persuasão, a concretização da linha do partido em todos os domínios da vida do Estado e da sociedade. Ao reforçar as responsabilidades dos seus efectivos e exigindo-lhes prestações de contas regulares, as organizações do partido ajudam-nos, ao mesmo tempo, com conselhos ou oferecendo-lhes assistência prática.

As possibilidades do partido no sentido de exercer influência sobre as actividades dos Sovietes ou das organizações sociais cresceram em muito graças ao aumento numérico das fileiras partidárias, à ampliação considerável da rede das organizações de base do partido, a uma melhoria no trabalho do partido e ao aumento ininterrupto da influência e do prestígio do partido no seio das massas populares. Não é por acaso que os soviéticos elegeram cerca de um milhão de comunistas para os Sovietes e 3,5 milhões para os órgãos dirigentes dos sindicatos. Trata-se de um vivo exemplo de confiança das mais amplas massas no Partido Comunista e na sua política.

As relações sociais socialistas e o regime social correspondente, bem como a orientação ideológica e a estrutura organizativa do próprio Partido Comunista e os métodos de trabalho que ele usa, dão origem a uma situação em que a actividade dirigente do PCUS cria as premissas mais seguras para o desenvolvimento da democracia.

SEARA NOVA

Proletariado Revolucionário, Luta de Classes e Nova Intelectualidade
por Augusto Costa Dias

A Construção da Democracia, Oito Meses Depois do 25 de Abril
por Fernando Correia

Dividir para Reinar
por Alberto Pedroso

Unidade e Pluralismo Sindical
por Albano Lima

Bento Gonçalves e o 18 de Janeiro de 1934
por Fernando Guerreiro

O Poder Popular de Cuba

Novos livros Estampa

O TROTSKISMO
Léo Figuères
Colecção Práxis, n.º 4
Preço 60$00

O JORNAL ESCOLAR
Célestin Freinet
Colecção Técnicas de Educação, n.º 11
Preço 40$00

REFORMA OU REVOLUÇÃO
Rosa Luxemburg
Colecção Clássicos de Bolso, n.º 9
Preço 40$00

O ESQUERDISMO, DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO
Lenine
Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 1
Preço 40$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa

A ALDEIA BÚLGARA DE HOJE

A aldeia búlgara impressiona os estrangeiros que visitam a Bulgária. Representantes de países desenvolvidos e representantes de países em desenvolvimento não escondem a sua surpresa e admiração. Para os que conheceram a vida nas aldeias há 30 anos atrás, as modificações são enormes.

Antes da segunda guerra mundial, nas aldeias búlgaras quase não havia casas de tijolos, energia eléctrica e água canalizada, ruas asfaltadas, edifícios. O aspecto das aldeias mostrava a pobreza e a miséria dos camponeses, que envelheciam aos 30 anos analfabetos, sem nunca terem ouvido rádio, sem terem ido ao cinema. As crianças nas aldeias andavam descalças, deixavam cedo a escola para poderem trabalhar no campo. Nas aldeias viviam 77 por cento da população naquele tempo! A agricultura representava 65 por cento da renda nacional e na agricultura trabalhavam 80 por cento dos trabalhadores. O baixo nível técnico, a grande divisão da terra em pequenas parcelas, os meios primitivos de trabalho, tudo isto limitava o rendimento das culturas agrícolas e as receitas dos camponeses.

As primeiras transformações começaram com a criação de cooperativas de camponeses, com a concentração e a intensificação da produção agrícola. As grandes cooperativas de camponeses, as propriedades agrícolas do Estado (com áreas de mais ou menos 4000 hectares e, mais tarde, os complexos agro-industriais (conjuntos de 5-6 e mais explorações agrícolas) permitiram elevar o nível de mecanização da agricultura, aumentar duas vezes mais a produção agrícola total e tornaram possível o aumento rápido das receitas das famílias nas aldeias.

De 1956 a 1973, as receitas dos camponeses aumentaram mais de 3 vezes, o seu aumento anual ultrapassa os 7 por cento, e as receitas dos assalariados rurais aumentam 5 por cento ao ano. Antes da guerra as receitas dos camponeses eram 3,5 vezes inferiores às receitas dos operários, hoje, são quase iguais. O nivelamento das receitas da população das aldeias e da população das cidades é uma das maiores conquistas alcançadas pelo povo da Bulgária depois da guerra. Juntamente com o rápido desenvolvimento das forças produtivas nas aldeias, com os enormes benefícios sociais (reformas por velhice e invalidez, assistência médica gratuita, férias pagas, etc.), o contínuo aumento das receitas dos camponeses representa uma base sólida para a elevação do seu nível de vida.

As aldeias búlgaras causam uma forte impressão, sobretudo pelo elevado nível de bem-estar material dos seus habitantes e pelo conforto de que eles desfrutam. Existem em cada aldeia sólidos edifícios de habitação, edifícios administrativos, lojas modernas, policlínicas, centros culturais, praças, jardins, instalações desportivas, tornando-as semelhantes a pequenas cidades. Mais de 700 000 famílias camponesas construíram depois da guerra novas casas de habitação. O interior dessas casas em nada se diferencia do das habitações das cidades — com os seus electrodomésticos, televisores, rádios, móveis modernos. Dezenas de milhar de famílias nas aldeias possuem carros. Não são só as casas bem mobiladas e os automóveis a prova das boas condições de vida materiais dos camponeses búlgaros. A eles pertence quase 30 por cento dos investimentos na economia do país. Os camponeses constituem grande parte dos turistas que viajam no país e ao estrangeiro. Têm grande poder de compra e são os maiores consumidores de artigos caros.

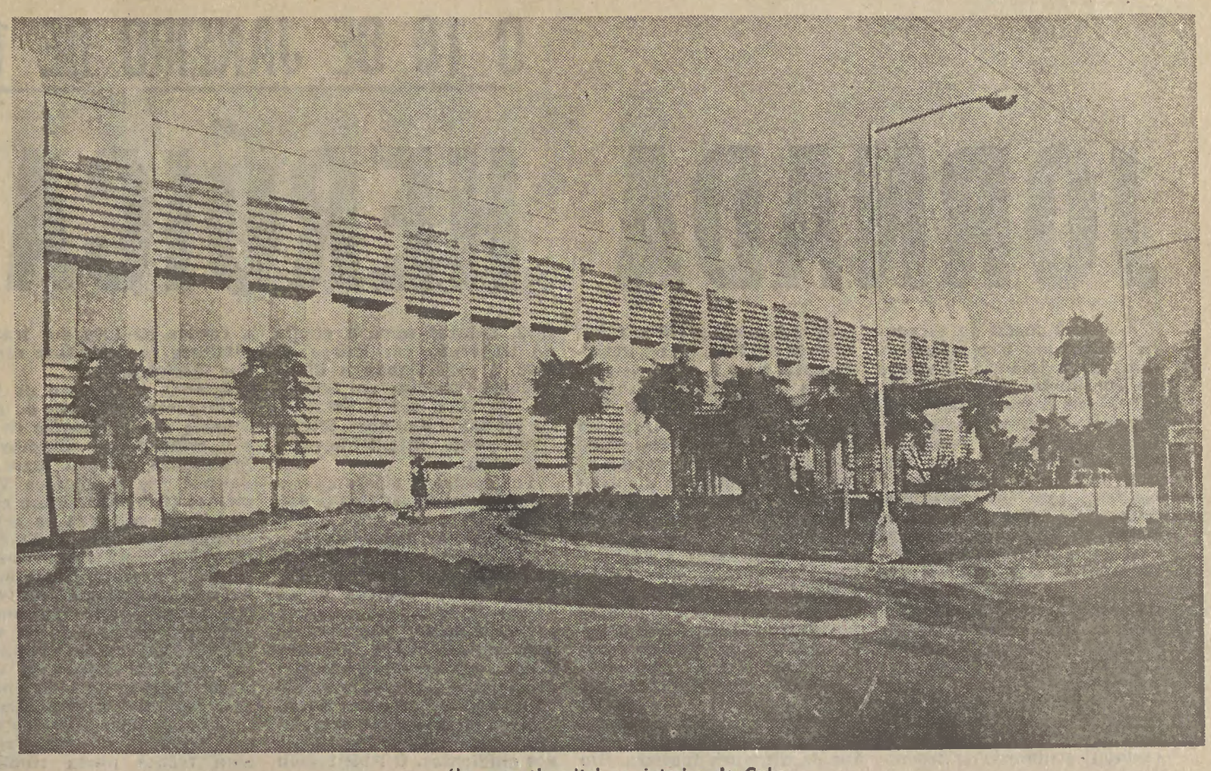
Os serviços de saúde nas aldeias na Bulgária são dos mais bem organizados do Mundo. Os filhos dos camponeses há muitos anos que não sabem o que são doenças como a malária, a paralisia infantil, o tifo e outras. A mortalidade infantil, que era de 146 por mil antes da guerra, está hoje reduzida a 31 por mil. Das 2570 policlínicas para mulheres e crianças, existentes no país, 2070 estão nas aldeias. De 956 jardins de infância que há no país inteiro, para crianças até 3 anos, 521 estão nas aldeias. Os moradores das aldeias utilizam os serviços médicos das aldeias e também os serviços médicos das cidades regionais, assim como os grandes centros de medicina do país, que estão igualmente à sua disposição.

É característico da jovem geração das aldeias, assim como nas cidades, o desejo de adquirir maiores conhecimentos e qualificação profissional mais elevada. Este desejo nasce das iguais possibilidades e da igualdade de direitos que têm todos os cidadãos búlgaros. Oitenta por cento dos filhos dos camponeses terminam vários tipos de escolas médias e uma grande parte deles terminam cursos superiores. Quase metade dos estudantes da Bulgária são filhos e filhas de camponeses. Os alunos das escolas médias pertencentes às cooperativas e complexos agro-industriais têm almoço gratuito na escola e os estudantes dos cursos superiores, filhos de membros das cooperativas, têm bolsas de estudo.

Aos camponeses são oferecidas todas as possibilidades de satisfazerem os seus interesses culturais, ali mesmo onde moram. As bibliotecas nas aldeias são mais de 6150 e possuem mais de 17 milhões de livros. Os cinemas são 3148 (de um total de 3586), com mais de 550 000 projecções anuais para cerca de 30 milhões de espectadores. Nas aldeias há 3850 salas de leitura, Casas de Cultura, bibliotecas, salas para ensaios, nas quais têm lugar concertos, espectáculos de teatro e outros. Junto às salas de leitura existem coros, conjuntos musicais, conjuntos teatrais, de dança e conjuntos populares, nos quais participam 200 000 pessoas. Nas salas de leitura das aldeias, funcionam mais de 360 escolas de música e existem em permanência 600 círculos de literatura, recitação, arte, desenho.

Em três dezenas de anos, a Bulgária conseguiu liquidar o atraso secular das suas aldeias, conseguiu mudar totalmente a sua face, dotar as aldeias com todo o conforto necessário a uma vida útil e feliz.

Serviços rurais de saúde sempre prontos a intervir



Um novo hospital no interior de Cuba

GRANDES PASSOS EM FRENTE DA MEDICINA SOCIAL EM CUBA

Nos fins de 1973 realizava-se no Hospital Vladimir Ilich Lenin, de Holguín, no centro da província do Oriente, uma delicada operação cirúrgica.

Pela primeira vez na América Latina eram separados cirurgicamente dois siameses as irmãs Mayelín e Maylín Téllez Quesada, nascidas a 27 de Dezembro de 1973, no hospital materno da cidade de Victoria de las Tunas. Estavam ambas unidas por um fígado comum.

Visto no seu aspecto puramente científico, o acontecimento constitui, por si só, uma prova do desenvolvimento alcançado pela assistência médica cubana, mas é, acima de tudo, um símbolo de uma transformação muito mais profunda de toda uma região da ilha, submetida até ao triunfo revolucionário ao mais absoluto abandono:

Holguín é a principal cidade da zona norte da província do Oriente. O Ministério da Saúde Pública criou aí, na maior província do país, uma direcção de carácter provincial que domina Oriente Norte com a responsabilidade de atender um milhão e 400 mil habitantes em seu redor, dos quais 43 por cento são menores de 15 anos e 56 por cento habitam em zonas rurais, algumas em intrincadas regiões montanhosas, cenários das lutas guerrilheiras contra a tirania em 1958.

Nesse ano só existiam nesta zona cinco hospitais estatais, 22 médicas, 22 enfermeiras e 296 camas e o pressuposto para a saúde da população ascendeu a 98 mil e 59 pesos, o que perfazia um «per capita» de centavo mensal para cada habitante.

Não existiam estatísticas, nem serviço rural, nem estomatologia ou neurologia, cardiologia ou gastrenterologia; em resumo o Estado cubano não oferecia serviços qualificados de nenhuma especialidade. Os poucos serviços privados estavam, pelo seu alto preço, muito acima das possibilidades da população da região.

Nessas circunstâncias muito triste teria sido o destino de Mayelín e Maylín, filhas de um operário que recebem hoje gratuitamente, a mais esmerada atenção. A sua mãe recebeu durante a sua gestação os cuidados necessários, teve um parto feliz numa unidade assistencial e foi transladada para um dos centros hospitalares mais qualificados do país. Estes não estão, como antes, na capital da República, senão a poucos quilómetros de quem o necessita.

Já em 1973 a zona norte do Oriente dispunha de 30 hospitais e 32 policlínicas para o serviço à população. Destes centros, funcionavam em zonas rurais quatro hospitais com os recursos necessários para todo o tipo de assistência e ambulâncias para uma rápida deslocação a centros especializados, se o caso o requeresse.

Nessa província existem 3 mil e 741 camas assistenciais e sociais e o pessoal de enfermaria soma já 1200, enquanto os técnicos e o pessoal médio chegava, aproximadamente, a 800.

Em 1972 gastaram-se na saúde pública mais de 19 milhões de pesos na província e em 1973 o pressuposto foi ainda maior, alcançando um «per capita» de quase 17 pesos.

Oriente Norte dispõe de 514 médicos e 161 estomatólogos, e agora trabalham seis clínicas estomatológicas onde não existia nenhuma instituição deste carácter.

O desenvolvimento dos programas distintos orientados pelo Ministério da Saúde Pública reduziu notavelmente a taxa de mortalidade.

A taxa de mortalidade infantil foi, em 1972, de 30,4 por cada mil nascidos vivos, o que corresponde à taxa prevista para a província em 1976, no programa traçado para a redução destes índices em todo o país.

Enfermidades como a poliomielite foram eliminadas no norte do Oriente e em toda a Cuba. O paludismo era, nesta zona, endémico e havia em 1958 mais de 6 mil casos em toda a província de Oriente. Uma intensa campanha acabou totalmente com esta enfermidade.

Outro dos êxitos que a saúde pública do norte do Oriente alcançou com a Revolução foi a docência médica e média, que nunca antes tinha existido.

No Hospital Lenin, construído em 1965 com a ajuda da União Soviética, formam-se, agora, 373 jovens em carreiras de Medicina, enquanto no Hospital Pediátrico Octávio de la Concepción y le la Pedraja, 30.

Em relação com outros serviços, funcionam 7 lares maternos, que dedicam a sua atenção às mulheres parturientes que habitam zonas rurais muito distantes e isoladas. Esta medida contribuiu para que o parto institucionalizado se elevasse a mais de 95 por cento no Oriente Norte.

O fabrico de próteses, as oficinas de electromedicina e outras instalações de serviços do Ministério da Saúde Pública, são índice da cuidada atenção de que a população da zona dispõe.

Em fins de 1973 iniciou-se o serviço médico domiciliário para meninos e pessoas idosas ou inválidas, nas cidades de Holguín e Victoria de las Tunas, que será estendido, neste ano, a outras localidades.

Entre os planos do norte do Oriente conta-se a construção de um hospital de 450 camas em Victoria de las Tunas e outro de 250 camas em Puerto Padre, assim como o acabamento de outros dois hospitais em pequenas localidades com 100 camas cada um.

Todos os serviços médicos, nesta zona do país, como aliás em toda a Cuba, são gratuitos e contam com especialistas altamente qualificados, capazes de realizar complicadas intervenções cirúrgicas como a que citámos, e que são demonstrativas da dedicação do Estado revolucionário no cumprimento da sua obrigação pela defesa da saúde do povo.

BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

União Soviética

● Cerca de 12 milhões de cidadãos soviéticos podem celebrar o fim de ano numa nova casa. E mMoscovo, aproximadamente quinhentas famílias mudam-se diariamente para uma casa nova. Desde 1970, 45 milhões de habitantes da URSS, ou seja, quase um em cada cinco, melhoram as suas condições habitacionais, como resultado do programa social adoptado pelo XXIV Congresso do PCUS.

47 milhões de trabalhadores, praticamente um de cada dois trabalhadores ou empregados, obtiveram aumentos salariais nos últimos quatro anos. Além disso, outros 40 milhões puderam melhorar os seus vencimentos com as rendas de reforma e invalidez, pensões e outros subsídios estatais. Desde 1970, os subsídios estatais ao ensino gratuito e assistência médica, assim como férias pagas, elevaram-se cerca de um terço para a família soviética de, em média, quatro pessoas.

● Aviões de passageiros da URSS, concebidos nas oficinas de Antonov, Iliuzhin, Tupelev e Yakovlev, são utilizados, com êxito, em numerosos países da Europa, África, Ásia e América Latina, segundo se depreende de um resumo anual sobre aviões de passageiros no mundo inteiro, publicado recentemente pela revista técnica britânica «Flight Internacional».

O avião An-24, com dois turbopropulsores, segundo a lista, ocupa o quarto lugar entre os aviões mais utilizados do mundo. Mais de 675 exemplares deste tipo provam a sua eficácia nas linhas tanto da União Soviética e da RDA como da Guiné, Mali, Egipto, Iraque, Congo, Cuba e Mongólia.

Aumentou consideravelmente o número de aviões de curto alcance JAK-40, exportado, entre outros países, para a Itália e o Afeganistão. Segundo a revista «Flight Internacional», estão actualmente a funcionar 600 exemplares deste tipo de avião.

República Democrática Alemã

● As editoras da RDA publicaram este ano, 2400 primeiras edições assim como muitas reimpressões. Durante o mês de Dezembro, a editora de crianças publicará dez novas obras, entre elas um manual de óperas para crianças, editado pela primeira vez na RDA. Trata-se de um resumo da história da ópera, de quatro séculos, e da vida e obra de famosos compositores.

● Na RDA, mais de 80 por cento das mulheres aptas a trabalhar exercem uma profissão, o que significa que cinquenta por cento dos trabalhadores são mulheres.

Do conjunto das mulheres que trabalham, 90 por cento cursaram, nos últimos 25 anos, a escola profissional, 79 por cento adquiriram o diploma de mestra e 74 por cento o diploma de operária qualificada. Mais de 90 por cento das mulheres que cursaram escolas superiores receberam o seu diploma depois de 1946.

República Popular da Checoslováquia

● A sessão anual dos comités nacionais Interkosmos dos países socialistas, inaugurada no dia 9 de Dezembro, em Praga, tem como principal tema as perspectivas da investigação cósmica no próximo plano quinquenal. Nas deliberações deste órgão supremo para a colaboração dos países socialistas na investigação e utilização do cosmos para fins pacíficos participam delegações da Bulgária, RDA, Cuba, Mongólia, Polónia, Roménia, URSS, Checoslováquia e Hungria.

República Popular da Polónia

● Médicos e pilotos do serviço aero-sanitário polaco prestam anualmente os primeiros socorros em mais 11 000 casos. Trata-se do transporte de pessoas ou de reservas de sangue, necessitadas com urgência, e de instrumentos especiais em caso de acidente.

República Popular da Mongólia

● Na Mongólia, o incremento médio anual do produto total social e do produto nacional nos primeiros três anos do actual plano quinquenal alcançou 6,8 e 5,5 respectivamente. As receitas, em dinheiro, da população aumentaram 21,1 por cento desde 1971.

O 18 DE JANEIRO DE 1934 NA MARINHA GRANDE

JORNADA HERÓICA DO PROLETARIADO

A consolidação da ditadura militar nos três primeiros anos de existência deveu-se às debilidades do movimento operário e democrático nesse período — e, também, ao facto do capitalismo português atravessar então o seu melhor período de estabilização relativa, com um amortecimento das lutas de classe. A partir de 1930, porém, agravara-se a crise geral do capitalismo — e os seus reflexos também se fizeram sentir duramente em Portugal. De 1930 a 1934, segundo cálculos da época, os salários reais baixaram 40 por cento, entre os operários industriais, e 75 por cento entre os operários agrícolas; a jornada de 8 horas deixou de ser respeitada; o número de desempregados subiu a 150 mil. Esta situação foi o factor determinante para a vaga de greves e lutas reivindicativas que então se registaram. Característica fundamental do momento era o facto desse ascenso de luta de massas se fazer nas condições da existência de um Partido Comunista que começava já a desempenhar um papel importante na direcção dessas lutas.

Nas novas condições, as formas da ditadura militar tornavam-se insuficientes para conter o movimento revolucionário. E por isso a ditadura — representando os interesses do capital financeiro e dos latifundiários — passou a exercer-se em formas abertas de ditadura fascista. Em 1932, Salazar toma a chefia do Governo; em Março de 1933, é promulgada a Constituição fascista; em Setembro de 1933, sai o Estatuto do Trabalho Nacional. Simultaneamente, intensifica-se a repressão.

Foi contra a classe operária e, mais especificamente, contra os comunistas que a violência repressiva do fascismo começou a desencadear-se mais brutalmente. Depois de sucessivas vagas de repressão lançadas contra os comunistas, oficialmente proclamados pelos fascistas como o «único inimigo verdadeiramente perigoso», o Governo de Salazar passa então à ofensiva contra os sindicatos livres, para a fascização dos sindicatos. O PCP tomou a cabeça da luta dos trabalhadores contra essas medidas fascistas.

Quando o governo de Salazar decretou as leis de dissolução dos sindicatos livres e a criação dos «Sindicatos Nacionais» em seu lugar, a Central dos Sindicatos Vermelhos (CIS) dirigiu um apelo público a todas as organizações sindicais para a formação de uma frente única contra o decreto. Nesse mesmo mês de Setembro de 1933, foi editado um manifesto com uma tiragem de 100 mil exemplares, com as assinaturas das 3 organizações sindicais. Apesar da resistência dos dirigentes anarquistas e socialistas, pela primeira vez em Portugal se estabeleceu uma frente única sindical entre as centrais de tendência comunista, anarquista e reformista.

No decurso desta campanha, sob a influência da realização da frente única sindical e graças à actividade do Partido Comunista, realizaram-se em vários pontos do País, e sobretudo em Lisboa, assembleias onde milhares de trabalhadores aprovaram unanimemente resoluções de protesto contra a fascização dos sindicatos.

Em 18 de Janeiro, data fixada pelo Comité da Frente Única para a realização de uma jornada de protesto contra os decretos fascistas, foram organizadas importantes acções de massas: greves gerais e demonstrações públicas nos mais importantes pontos do País.

Nesse dia, a classe operária da Marinha Grande escreveu uma das mais heróicas páginas de proletariado português, passando da greve geral a uma tentativa insurreccional.

Devido aos erros cometidos na preparação da jornada do 18 de Janeiro e às influências anarquistas e esquerdistas que levaram a orientá-la no sentido de uma greve insurreccional, para a qual não estavam criadas condições, os trabalhadores sofreram uma séria derrota. Mas da luta saiu prestigiado o Partido Comunista, que apresentara o caminho das acções de massas, greves e manifestações de rua, como a táctica a seguir, justamente quando se revelou o erro das tácticas anarquistas, que, lançando-se isolados em esporádicas acções terroristas, viram rapidamente destroçadas as suas organizações.

Posteriormente, a direcção anarquista, incapaz de se adaptar às novas condições, continuou a sua fraseologia ultra-revolucionária, caminhando paar o fracasso completo com a sua táctica da acção individual, com a sua orientação política esquerdista, a separação das massas populares, o anticomunismo.

Quanto ao Partido Socialista, a sua morte foi a desistência de uma acção independente em defesa dos interesses da classe operária, a sua identificação com a burguesia liberal, e o colaboracionismo com a ditadura, (que lhe concedeu aliás uma situação de legalidade preferencial até à sua autodissolução).

Nestas duras provas — só o Partido Comunista conseguiu manter-se e consolidar a sua posição, conquistando a hegemonia no movimento operário. Após os golpes sofridos com a repressão ao 18 de Janeiro — o Partido reconstruiu-se, reconstruiu o movimento sindical e, incutindo às massas nova confiança nas suas forças, preparando-as através da luta e acções parciais para novas ofensivas, viu a sua influência crescer e realizou, sob a sua direcção, a unidade da classe operária.

AS LIÇÕES DO 18 DE JANEIRO

Dois destacados dirigentes da classe operária fizeram, em épocas diferentes, a análise do 18 de Janeiro, extraindo dessa jornada de luta dos trabalhadores portugueses as lições que se impunham. Foram eles: Bento Gonçalves e José Gregório. Pela importância de que se revestem ainda hoje essas análises, apesar de passados que são mais de 40 anos sobre esse acontecimento, e, também, pelo facto de serem muito pouco conhecidas das largas massas trabalhadoras, «Avante!» transcreve algumas das passagens mais significativas dos trabalhos destes dois camaradas.

No seu trabalho intitulado «Duas Palavras», Bento Gonçalves analisa o 18 de Janeiro e tira dessa luta várias conclusões tácticas de grande interesse:

«Quando seis decretos do fascismo português (para a fascização dos sindicatos) vêm a lume — escreve Bento Gonçalves —, nós começámos por encará-los bastante a sério, e o nosso pensamento geral consistiu em propor a união de todas as forças da classe operária para a luta contra eles, principalmente contra a aplicação do Estatuto do Trabalho Nacional. Conseguimos realmente a constituição de um «Comité de Unidade» com a Comissão Intersindical, a CGT, a FAO, a Comissão dos Sindicatos Autónomos e a Comissão dos Trabalhadores do Estado. Apresentámos um documento no qual dávamos larguíssimo lugar aos métodos de luta a empreender. Dizíamos em substância que era necessário convocar reuniões de assembleias gerais (...) que era preciso patentear bem altamente e bem publicamente que os trabalhadores estavam contra a fascização dos sindicatos, que desejavam continuar a dispor do direito de organização independente. Porém, nós não tínhamos ainda vencido o nosso provincianismo anarco-sindicalista. As tendências da «marcha a todo o vapor» para a ilegalização do movimento manifestaram-se logo nas primeiras reuniões. A CGT pugnava pela «greve geral revolucionária» — palavra de ordem que não tinha um mínimo de condições de aplicação.

A massa retardava em geral para a acção revolucionária. A sua vanguarda politicamente organizada é que criava uma mentalidade para a barricada. Foi fácil cair neste círculo vicioso: se a massa retarda, é impossível preparar a luta sobre a base de uma acção de massas —, mas precisamente porque a massa retarda é que é preciso efectuar a acção a nossas próprias expensas. Assim pensavam aqueles que em várias outras ocasiões já tinham atestado a sua falta de paciência política.

A nossa palavra de ordem havia sido: «Greves e manifestações de massas» contra o Estatuto do Trabalho Nacional. Esta palavra de ordem era inteiramente realizável. Marinha Grande, Silves, Barreiro, etc., poderiam com relativa facilidade ter ido para a greve. Rememorando por outro lado as assembleias possíveis, não é arrojado dizer que mais de 50 mil trabalhadores poderiam ter feito ouvir a sua voz dessa maneira.

Que este era o bom caminho inicial demonstrou-o a prática exuberantemente. Nos meios alheios à CGT estas assembleias efectuaram-se de um modo federal. Tiveram lugar em vários sindicatos. E, o que é importantíssimo, elas constituíram a norma de acção de muitos sindicatos e associações da província, que viviam desrelacionados dos organismos centrais da classe operária.

A prática de todos os factos que posteriormente se desenrolaram demonstrou também que só aquele seria o verdadeiro termómetro. Efectivamente, percorrendo a história dos principais feitos positivos e importantes da classe operária, regista-se que todos eles tiveram como ABC da sua eclosão o empreendimento de campanhas de esclarecimento, propaganda e agitação públicas, tendentes a mobilizar as forças que lhe poderiam dar corpo e actividade. Uma greve geral revolucionária, por exemplo, é o desfecho duma situação revolucionária já atestada nos factos, de resistência momentânea, infligindo-nos por outro lado um maior número de prisões e, portanto, maior número de baixas, tanto no Partido como entre a parte mais destacada da classe operária da Marinha, que sem ser do Partido era, no entanto, a alma da organização sindical e de muito prestígio entre a massa. Deste facto não se pode nem deve desligar as dificuldades com que a direcção do Partido se bateu durante anos no sentido de conseguir criar a organização do Partido no maior centro industrial vidreiro.

3.º) Na noite de 18 de Janeiro, ao executar o plano relativo às linhas telefónicas, todas foram cortadas menos a que ligava a estação dos correios à estação do caminho-de-ferro. Ao chefe dos correios, que dormia no 1.º andar, onde tinha um dispositivo de ligações concentradas, não foi difícil, num breve espaço de tempo, tentar a ligação por meio de todas elas. Como esta era a única intacta, comunicou por ela com Leiria. Imediatamente saíram as tropas de Leiria, que só chegaram de manhã à Marinha, às 7 da manhã, por terem encontrado a estrada interrompida com os obstáculos ali postos pelo operariado. De novo ficou demonstrado como tais falhas em planos de ataque ao inimigo custam sempre muito caro à classe operária e ao Partido. Se não fora esta falha dentro do plano elaborado, teria sido possível aos operários deterem a vila por mais tempo em seu poder, juntar muito mais trabalhadores, que, às 7 horas, vinham para o trabalho. Tudo isto, por pouco tempo que durasse, seria de grande efeito político para o operariado e traria novas dificuldades ao fascismo.

O movimento do 18 de Janeiro também teve a participação dos anarquistas locais e de operários que influenciavam. Deste modo se pode afirmar haver nesta data a mesma característica de unidade que sempre existiu na organização sindical, desde 1931 até então.

No entanto, devem-se ao nosso Partido os êxitos alcançados pela classe operária da indústria do vidro à escala nacional. Os erros, as deficiências havidas não apagam esta verdade que bem fundo calou no coração dos operários e jovens vidreiros.

Não é exagero quando afirmamos que é também nas lutas da classe vidreira e nos exemplos praticados pelos seus melhores filhos, no período a que nos vimos referindo, que se pode encontrar uma das causas de outras posteriores, a firmeza e combatividade de que tantas provas têm dado nos últimos anos esta parte do proletariado português.»

O edifício da Câmara, à esquerda do qual se situa a fábrica de vidro onde os agentes da GNR estiveram presos

Mesa-redonda com os sobreviventes

«O movimento do 18 de Janeiro, quer alguns grupos queiram, quer não queiram, com todas as suas deficiências e os seus lados positivos deve-se exclusivamente ao PCP», destacou-se na mesa-redonda realizada no passado dia 11 na Marinha Grande, com a participação de sobreviventes dessa corajosa jornada de luta da classe operária portuguesa.

Com início no dia 1 de Janeiro, a Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande tem vindo a realizar um programa comemorativo que se encerra depois de amanhã com um grande comício, no Pavilhão da Embra, em que participará o camarada Álvaro Cunhal.

Nesse rograa se inmcluiu a mesa-redonda com os sobreviventes do 18 de Janeiro, realizada no sábado, no Grupo Recreativo do Casal Galego, a que o «Avante!» esteve presente.

Momentos importantes dessa histórica jornada, factores que conduziram ao eclodir dessa acção, papel que nela teve o PCP, importância da unidade sindical para a vitória dos trabalhadores foram alguns dos temas ali abordados por vários dos participantes, entre os quais, Manuel Baridó, Adriano Neto Nobre, António Jubileu, Bernardino Brás e outros.

O PCP pela criação de um sindicato único

«Numa mesma fábrica, suponhamos, na Santos Barosa, que todos conhecem, fabricava-se vidraça, garrafas e cristal. Pois, havia a associação de classe dos cristaleiros, a associação de classe dos garrafeiros e a associação de classe dos manipuladores de cilindros de vidraça. Entretanto, 50 por cento da população trabalhadora da indústria do vidro não pertencia a qualquer sindicato — diz M. Baridó.

«Em 1929 o PCP fez uma reorganização e procurou alastrar a sua organização por todo o País. Colocou como tarefa a alguns do seus militantes marinhenses pôr de pé a organização política aqui na Marinha. Um dos objectivos fundamentais do PCP na Marinha Grande foi, além da criação de uma organização política, procurar por todos os modos unir num sindicato único todas as organizações de classe pulverizadas. So assim, unidos numa única barreira, afirmava o Partido, os operários poderiam fazer frente à ofensiva da exploração capitalista.»

Em 1929 foi criado na Marinha Grande o Sindicato Nacional dos Operários Lapidários, que até ali não estavam organizados em nenhum sindicato e cuja missão fundamental era unificar todos o operários vidreiros num sindicato único. Isso conseguiu-se em 1931, à excepção dos rabalhadores da vidraça que continuavam à parte, constituindo uma espécie de elite, mais bem paga, que cada vez mais se afastava da sua classe.

«Na acção que esse Sindicato desenvolveu a partir de 1931 deve ser destacada também a participação das mulheres, até ali desprezadas, e que travaram importantes lutas.

O objectivo fundamental do Sindicato, a partir da data em que foi criado, foi, precisamente, o de nivelar os salários em toda as fábricas e acabar com um desconto injusto de 10 por cento praticado pelos patrões desde 1920 a pretexto da crise.

De 1931 a 1933 o Sindicato dos Vidreiros não mais teve um momento de descanso. Teve vitórias. Teve derrotas. Conseguiu nivelar os salários e melhorar as condições do pessoal não diferenciado. Travou longas lutas como a greve dos Roldões, que durou 9 meses e terminou vitoriosa.»

Unidade sindical — lição do 18 de Janeiro válida para o presente

«O 18 de Janeiro visto à luz de hoje foi politicamente errado — diz outro dos sobreviventes. Mas o 18 de Janeiro é um marco histórico na luta dos vidreiros, é um marco histórico na luta do proletariado português. Dele devemos tirar a lição de que o proletariado se deve unir, se deve organizar num mínimo de associações de classe, constituindo uma frente única, para poder levar por diante tudo aquilo que nós ambicionamos — o bem-estar de todos os trabalhadores.»

«No 18 de Janeiro destacou-se ainda, e muito antes do 18 de Janeiro, na luta do nosso sindicato já nós o que pretendíamos era a unidade sindical. Fala-se hoje muito em unidade sindical e fala-se muito em pluralismo sindical. Nós, já há 40 anos viamos a necessidade dessa unidade sindical e podemos dizer que a conseguimos realizar aqui na Marinha Grande.

«A propósito — acrescenta M. Baridó — quero salientar o momento que estamos a viver, em que os trabalhadores e os sindicatos se manifestam pela unicidade sindical contra determinadas correntes que pretendem impor o pluralismo sindical, (com que interesses, não sei explicar). Ora, a experiência tem-nos dito — disse-nos o período do fascismo e disse-nos antes do fascismo — que a pluralidade sindical não resolve os problemas dos trabalhadores. A única maneira de os resolver é através duma organização sindical única que defenda as suas justas reivindicações.»

O 18 de Janeiro lançou a semente à terra

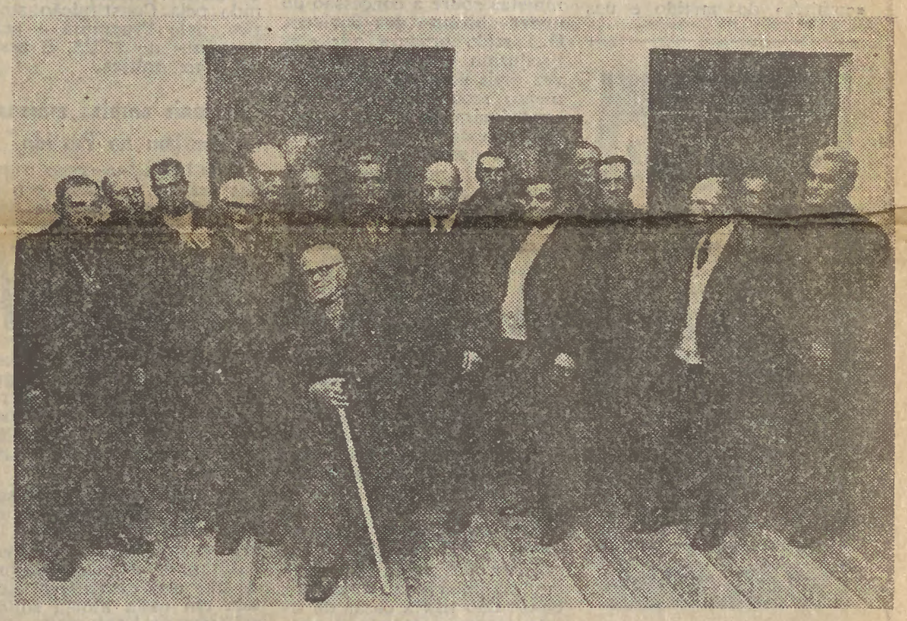
«Diz-se que o 8 de Janeiro teve revezes, teve lados positivos e negativos. Quanto a mim — diz Manuel Baridó — o lado mais positivo que teve o 18 de Janeiro podemos verificá-lo precisamente, aqui, na Marinha Grande.

O nosso Partido criou raízes, lançou a semente à terra, semente que só depois do 18 de Janeiro começou a florescer. E floresceu como? Precisamente com o sangue derramado pelos antifascistas da Marinha Grande. Nós vemos hoje (e muitos dos que aqui estão nesta sala ainda não eram nascidos) que logo de crianças, nas suas casas, com os seus pais, os seus avós, todos começam a beber a água da linha política do Partido. Por isso podemos dizer com orgulho que a Marinha Grande é um dos grandes baluartes do Partido Comunista».

Esta mesa-redonda, a que acorreram em massa os trabalhadores da Marinha Grande, prestou também justa homenagem às mulheres — esposas, mães, irmãs, noivas dos que tomaram parte na heróica jornada do 18 de Janeiro, e que tiveram um combativo papel na luta pela libertação de muitos deles.

No final, e expressando a inequívoca vontade do proletariado vidreiro da Marinha Grande de ver salvaguardada a unidade e unicidade sindical, foi aprovada por aclamação o envio de uma moção ao Primeiro-Ministro, ao ministro do Trabalho e ao ministro da Justiça.

Por aclamação também os trabalhadores da Marinha Grande aprovaram uma saudação dirigida ao Comité Central do Partido Comunista Português, reafirmando-lhe todo o seu apoio.



Sobreviventes da heróica jornada

JOSÉ GREGÓRIO

Evocar a jornada do 18 de Janeiro é homenagear os homens que nela participaram, é antes de mais nada evocar e homenagear um dos filhos destacados do proletariado português que a essa luta deixou o seu nome ligado: José Gregório — o camarada «Alberto».

Filho de operários, José Gregório nasceu a 19 de Março de 1908 na Marinha Grande. Nunca pôde frequentar a escola, e ainda não tinha 8 anos quando iniciou a sua vida de operário vidreiro.

Entre muitas das lutas em que participou e organizou, contam-se a greve de jovens operários da Companhia Industrial Portuguesa, quando tinha apenas 14 anos; a greve, seguida de manifestações nas ruas da Marinha Grande, dos trabalhadores do pinhal de Leiria; a greve de 200 operários da fábrica dos Roldões, que se prolongou durante 9 meses, ao fim dos quais obtiveram todas as suas reivindicações e uma indemnização de 35 contos para o seu Sindicato; as greves dos operários vidreiros de Pataias, da Fontela, no período de 1931 a 1934, e a grande jornada do operariado português (18 de Janeiro de 1934), contra a fascização dos sindicatos livres, luta que na Marinha Grande teve grande amplitude e que culminou com a ocupação da vila pela classe operária durante várias horas.

José Gregório foi, desde muito jovem, um destacado militante sindical. Tinha 18 anos quando participou na reorganização da Associação dos Garrafeiros. Em 1931 participou na constituição do Sindicato Nacional da Indústria do Vidro, sendo mais tarde eleito para a direcção desse sindicato.

Em consequência da perseguição policial que lhe foi movida após o 18 de Janeiro, e por determinação da Direcção do Partido, em cujas fileiras ingressou no ano anterior, foi para Espanha em 1934, sendo preso em Orense. Devido à acção do Partido, do Socorro Vermelho Internacional e da classe operária de Orense, que incluiu a sua libertação no programa reivindicativo da greve geral então desencadeada, foi libertado.

Durante a sua estadia em Espanha e mais tarde na União Soviética, desempenhou diversas tarefas partidárias. Em 1938, regressou ao País, sendo preso nesse mesmo ano. Por se ter recusado firmemente a dar quaisquer informações à Polícia, foi barbaramente espancado durante horas consecutivas por vários facínoras da PIDE até perder os sentidos. Em 1940, após dois anos de prisão, foi libertado.

Em 1941, foi incumbido da montagem da tipografia do «Avante!». No ano seguinte, após ter realizado tarefas de organização no Algarve, foi destacado para o Norte, onde trabalhou em ligação com as organizações do Porto, Vale do Vouga, Coimbra, Figueira da Foz e Trás-os-Montes.

Em princípio de 1943, foi chamado ao Secretariado do Partido, do qual faziam parte os camaradas Álvaro Cunhal e Manuel Guedes. Desde essa data até 1956, José Gregório fez sempre parte do Secretariado e só por imperiosos motivos de saúde, em 1956, deixou de pertencer a este organismo.

José Gregório foi eleito para o Comité Central em 1943, no III Congresso do Partido, e reeleito nos IV e V Congressos. Fez a alocução de abertura e o informe «O Partido e as grandes greves de 1942 e 1943», no III Congresso. Foi relator dos informes ao IV Congresso sobre o trabalho sindical e sobre a luta contra a repressão fascista. Até que a saúde lhe permitiu fez sempre parte da Comissão Política do Comité Central.

José Gregório é um dos homens a quem o nosso Partido, a classe operária portuguesa e o nosso Povo mais devem; a reorganização do Partido em 1940 e 1941, as grandes greves de 1943, 1944, 1945 e 1947, a criação do MUNAF, do MUD e MUD Juvenil, as jornadas eleitorais de 1945, 1949 e 1951 e muitas outras acções de massas, estão estreitamente ligadas à vida e actividade de José Gregório.

Homem de carácter íntegro e dotado de uma extraordinária força de vontade, José Gregório é um exemplo para todos os militantes do Partido. Como disse o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, perante o tribunal fascista que o condenou, José Gregório pertenceu ao número dos homens que possuem «a extraordinária virtude que é a dedicação ilimitada ao nosso Povo e à nossa Pátria» que são o «orgulho do Partido e do Povo».

A vida de José Gregório foi abreviada em consequência da perseguição policial e dos prolongados e difíceis anos de luta clandestina na qual contraiu uma grave doença do coração.

José Gregório morreu em Junho de 1961 na Checoslováquia.

(«Avante!» de Julho de 1961.)

COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO DE 1934

GRANDE COMÍCIO ÁLVARO CUNHAL MARINHA GRANDE

EMBRA 18 JANEIRO 1975

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

EXCURSÃO À MARINHA GRANDE

Os nossos camaradas do Barreiro e Almada estão a organizar para o próximo dia 18, caravanas automóveis à Marinha Grande na data em que, naquela localidade, se encerram as cerimónias que ali têm decorrido, comemorativas do 18 de Janeiro.